



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XX — Nº 70

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

Sessão Conjunta

Em 3 de junho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.348-B-64 na Câmara nº 247-64 no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viagem.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Disposição a que se refere

##### Rodovias

- 1 BR-359 (totalidade).
- 2 BR-367 (totalidade).
- 3 Da BR-369 as regiões: "Boa Esperança, Campos Gerais, Alfenas, Sorocaba, Caconde, Pirassununga".
- 4 Da BR-373 as regiões: "Ipiatã, Ponta-Grossa, Relógio, Barracão".
- 5 Da BR-383, as regiões: "Conselheiro Lafaete, Caxambu".
- 6 BR-417 — Totalidade.
- 7 BR-419 — Totalidade.
- 8 BR-420 — Totalidade.
- 9 BR-457 (totalidade).
- 10 BR-458 (totalidade).
- 11 BR-461 (totalidade).
- 12 BR-474 (totalidade).

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 16 de junho do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

- Ao Projeto de Lei nº 3, de 1963 (C.N.), que dispõe sobre subsídios e dá outras providências (veto parcial);
- Ao Projeto de Lei nº 3.458-B-61, na Câmara e nº 18, de 1965, no Senado, que estende aos securitários o disposto nos artigos 224, 225 e 228 da Consolidação das Leis do Trabalho (veto total);
- Ao Projeto de Lei nº 2.424-B de 1964, na Câmara e nº 320, de 1964, no Senado, que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências (veto parcial).

Senado Federal, em 11 de maio de 1965. — Auro Moura Andrade.

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias

22 e 23 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 22 de junho:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 817-B-59, na Câmara dos Deputados e nº 251-64 no Senado Federal, que permite consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

Dia 23 de junho:

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-61, na Câmara e nº 144-63, no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção, sobressalentes e ferramentas destinados às indústrias de filmes virgens e à produção de matérias-primas indispensáveis à sua produção.

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.245-F-62, na Câmara e nº 78-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País, e dá outras providências.

Senado Federal, 26 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

#### Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 30 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 2.628-B, de 1961, na Câmara e nº 79-64, no Senado), que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Senado Federal, 1 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1951, entre a União Federal e Felisberto Olimpio

Art. 1º É mantido o ato, de 12 de dezembro de 1951, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1951, entre a União Federal do Livro, da função de Técnico especializado em lexicografia revisão e coordenação de textos.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Publicado no Diário do Congresso Nacional de 27-5-1965, republicado por ter saído com incorreções.

## COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1964 (.... Projeto de Lei nº 2.424-B de 1964 na Câmara) que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

## 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 1965.

As 10 horas, do dia 2 de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Meneses Pimentel, Bezerra Neto e Irineu Bornhausen e os Senhores Deputados Ary Alcântara, Argilano Dario e Gil Veloso, reuniu-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1964 (Projeto de Lei nº 2.424-B de 1964 — na Câmara) que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Em obediência ao preceito Regimental assumiu a Presidência o Senhor Senador Meneses Pimentel que, declarando instalada a Comissão Mista, determinou seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrividor o Senhor Deputado Gil Veloso.

Concluída a votação, abriu-se o seguinte resultado:

## Para Presidente

Senador Meneses Pimentel ... 5 votos  
Deputado Ary Alcântara .... 1 voto

## Para Vice-Presidente

Deputado Argilano Dario ... 5 votos  
Deputado Gil Veloso .... 1 voto

O Senhor Presidente, após agradecer a suas partes a sua eleição designa o Senhor Senador Irineu Bornhausen Relator da Matéria precepu a Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário a Presidente, Ata que, uma vez aprovada, seja assinada pelo Senhor Presidente.

## 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM DOIS DE JUNHO DE 1965.

As 18 horas do dia 2 de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Meneses Pimentel, presentes os Senhores Senadores Meneses Pimentel, Bezerra Neto e Irineu Bornhausen e os Senhores Deputados Ary Alcântara, Argilano Dario e Gil Veloso, reuniu-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1964 (Projeto de Lei nº 2.424-B de 1964 — na Câmara) que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Indicando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Irineu Bornhausen que, na qualidade de Relator, teve considerações substanciais em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Veto do Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais desejasse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, José

EXPEDIENTE  
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 50,

Ano ..... Cr\$ 96

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 136

## FUNCIONARIOS

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 39,

Ano ..... Cr\$ 76

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 103

— Excecionadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos a quem preferir a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Soares de Oliveira Filho, Secretário a Presidente, Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## RELATÓRIO

Nº 43, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.424-B, de 1964 (nº 320 de 1964 no Senado), que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

Relator: Sr. Irineu Bornhausen.

Com fundamento no disposto no artigo 43, § 1º, e 49, inciso II, da Constituição, o Senhor Presidente da República houve por bem vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.424-B, de 1964 (nº 320 de 1964 no Senado), que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

## TEMPESTIVIDADE

Foi obedecido, na apresentação do veto presidencial, o decênio instituído pelo artigo 70, § 2º, da Constituição.

## ORIGEM E RAZÃO DO PROJETO

O projeto é originário do Poder Executivo.

O Senhor Presidente da República, em Mensagem nº 583, de 1964, na forma do artigo 4º do Ato Institucional, submeteu a matéria à apreciação do Congresso Nacional, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda.

Ficou esclarecido, na referida Mensagem, que a proposição substancial de consolida todos os projetos de lei em andamento no Congresso Nacional "referentes a concessão de estímulos fiscais para indústrias, por propostas dos Grupos Executivos da GELIA, GELMAPE, GEIMAR, GEIPEI,

GEIN e GEICINE, e outras indústrias básicas, cujo material importado, em parte, já foi desembarcado nas Alfândegas, mediante termos de responsabilidade, que se faz mister serem normalizados".

## TRAMITAÇÃO DO PROJETO

A proposição, na Câmara dos Deputados, foi objeto de estudos por parte das Comissões da Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, tendo sido aprovada, finalmente, com várias alterações.

No Senado, após a audiência das Comissões de Finanças, de Constituição e Justiça e de Redação, o projeto foi aprovado com seis (6) emendas.

Depois de reexaminado na Câmara, que manteve quatro (4) das emendas do Senado, o projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

## OS VETOS, ORIGENS DOS DISPOSITIVOS VETADOS E RAZÕES DOS VETOS

O Senhor Presidente da República, no entanto, confiante na veracidade da leitura da Mensagem Presidencial nº 250, de 1965, houve por bem vetar, por considerá-los contrários aos interesses nacionais, várias expressões e dispositivos constantes da proposição, a saber:

## 1) No artigo 1º

a) As expressões — "e materiais" e "desde que não exista produto nacional idêntico" existentes da letra c do item II.

A redação atual do item II, letra c, isenta dos impostos de importação e de consumo os

"equipamentos e materiais destinados à instalação, ampliação, renovação e manutenção de emissoras de televisão, legalmente autorizadas a funcionar, desde que não exista produto nacional idêntico".

Se for mantido o voto, a redação passará a ser a seguinte:

"equipamentos destinados à instalação, ampliação, renovação e manutenção de emissoras de televisão, legalmente autorizadas a funcionar".

Origem do dispositivo vetado: Esse dispositivo do projeto é originário da Emenda nº 2, apresentada no Plenário da Câmara pelo Deputado Ewaldino Pinto, o qual, justificando-a, afirmou que "desde que autorizada a funcionar pelo órgão governamental competente — COGTEL, deve ser concedida, a qualquer emissora de televisão, a isenção que tem sido concedida a algumas".

Razões do veto: O Senhor Presidente da República vetou as referidas expressões porque:

"O disposto no artigo 2º do Projeto exclui dos benefícios da Lei os materiais com similar nacional registrado. Logo, o objetivo da restrição suprimida está atendido.

De outra parte, alioceou "Produto Nacional Idêntico" poderá trazer dificuldade de interpretação, porquanto, além de tradicional, o conceito legal e "Produto Nacional Similar".

A inclusão de "materiais" estende de forma excessivamente ampla e ilimitada os favores da isenção a uma atividade singular. Mesmo a imprensa escrita não goza desse privilégio.

A limitação da isenção aos equipamentos mantém a equidade da isenção".

b) A letra m do item IV, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo sobre os:

"(1) equipamentos destinados a fabricas de celulose e de pasta mecânica e suas transformações, regularmente importados até esta data, liberados mediante termos de responsabilidade autêntica ou qualquer outra isenção condicional ou sujeita a revogação".

Origem do dispositivo vetado: É originário da Emenda nº 3 do Senado (nº 2 de 1965, do Senado), da Comissão de Constituição e Justiça, da autoria do Senador Bezerra Neto, que a apresentou com a finalidade de estender "a isenção do imposto de consumo também às importações destinadas a indústrias básicas, que vão contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico do país".

Razões do veto: Em sua Mensagem, o Senhor Presidente da República afirma que:

"A legislação em vigor isenta a importação de equipamentos destinados à fabricação de celulose e pasta mecânica, sujeita a determinadas normas e condicionantes que são normais a essa espécie de estímulo fiscal conferido em benefício da indústria nacional.

O dispositivo vetado visa a incluir casos de importações liberadas, cuja isenção esteja condicionada ou sujeita a revogação, o que leva a admitir tenham sido despachadas fora das condições legais.

Nesse sentido, a adoção do dispositivo poderia resultar em efeito contrário ao interesse nacional e particularmente do Tesouro".

c) A letra b do item IX, que isenta dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro:

"b) pelo prazo de trinta e seis meses, para importação de equipamentos, conjunto de equipamentos, peças e acessórios, sem similar nacional, destinados especialmente às indústrias de couro, inclusive de artefatos de couro, inclusive de

çadas que aproveitem matéria prima nacional, de acordo com projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Tecidos e Couros (GEITEC), por bancos de desenvolvimento, estações ou pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil ou órgãos do Desenvolvimento Regionais".

**Origem do dispositivo votado:** A disposição votada teve sua origem no Substitutivo apresentado ao projeto pela Comissão de Economia da Câmara dos Deputados em 11.11.64.

**Razões do veto:** O Senhor Presidente da República vetou esta disposição por entender:

"Inconveniente criar a diversos órgãos, muitos deles não bem definidos, a facilidade de aprovar projetos que determinam a concessão da isenção. Em benefício da produção, produção de artigos de alto valor econômico e industrial e recomendável que apenas o órgão federal com atribuição de coordenar a política de estímulos ao setor tenha a competência para aprovar os projetos que mereçam a isenção, porquanto a decisão do órgão, no caso o GEITEC, relaciona o elenco de estímulos e as condições em que devem ser concedidos".

d) A letra h do item IX, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro:

"h) até 31 de dezembro de 1966, nos equipamentos e materiais, seus sobresselentes e ferramentas, destinados à instalação ou expansão de fábricas de equipamentos e de fitas de gravação, bem como material-pilona para a fabricação dos produtos mencionados".

**Origem do dispositivo votado:** O Deputado Brasil Pinto apresentou, no Plenário da Câmara, a Emenda nº 3 e justificou-se dizendo que:

"Os diversos tipos e as fitas de gravação incentivam, por a sua fabricação incentivar, de vez que a importação atualmente feita, daquelas mais precárias, onera sobremaneira nossa balança comercial".

**Razões do veto:** O Sr. Presidente da República vetou o dispositivo por julgar que:

"O setor beneficiado não se enquadra dentro das atividades básicas ou prioritárias que merecem tratamento especial governamental. A isenção de um setor não as caracterizantes de atividade significativa para o desenvolvimento econômico do País, induzindo uma inversão que subverte inclusive os critérios de incentivos que vêm sendo ordenados pelo executivo, na promoção dos investimentos necessários ao desenvolvimento nacional".

e) A letra i do item IX, que dá isenção dos impostos:

"i) tanques, tanques, seus sobresselentes e ferramentas, materiais, ferramentas, materiais-pilona e material-pilona, destinados à fabricação de equipamentos e de fitas de gravação, bem como material-pilona para a fabricação dos produtos mencionados".

**Origem do dispositivo votado:** Esta disposição teve a sua origem na Emenda nº 4, apresentada no Plenário da Câmara pelo Deputado Paulo Macarini, englobada pelo Substitutivo da Comissão de Economia daquela Casa.

**Razões do veto:** As razões apresentadas pelo Sr. Presidente da República para vetar a referida disposição são as seguintes:

"O dispositivo amplia isenção já prevista em Lei. Por outro lado, cria discriminação entre empresas que se dedicam ao mesmo setor, desvirtuando a direção seguida pelo Governo na distribuição de estímulos, que se orienta por setores de atividades — e não pelas empresas que a ela se dedicam. Por outro lado, a lei não é definitiva e passível de interpretação ampla, abrangendo outros setores que não o de energia elétrica, desde que a pessoa jurídica que explora a atividade seja considerada de economia mista. A adição desse critério poderá trazer consequências negativas ao programa de estímulo de estímulo a investimentos no País, sem que resulte em efeito positivo a economia dos setores beneficiados nominalmente".

f) As expressões "taxas de melhoramento de portos e de renovação da Marinha Mercante e de emolumentos consulares", constantes do item XIV. A redação completa do item XIV é a seguinte:

"XIV — Isenção de impostos de importação e de consumo, de taxa de despacho aduaneiro, taxas de melhoramento de portos e de renovação da Marinha Mercante e de emolumentos consulares, para máquinas e respectivas peças e sobresselentes, sem similar nacional, desenhadas a composição e impressão de livros, jornais e revistas".

**Origem do dispositivo votado:** O item XIV tem a sua origem na Emenda nº 5, apresentada pelo Deputado Onágas Freitas no Plenário da Câmara, englobada no Substitutivo da Comissão de Economia daquela Casa.

**Razões do veto:** Em sua justificativa, o Sr. Presidente da República, ao vetar o dispositivo, afirma:

"Trata-se de resguardar da isenção taxas especialmente relacionadas com proteção de serviços portuários e de transporte marítimo, cuja criação visa especificamente ao reaparelhamento de atividades de infra-estrutura. Torna assim de manifesta inconveniência econômica a isenção das mesmas, além de induzir um princípio único do qual não gozam outras atividades culturais e sociais".

g) As expressões "taxas de melhoramento de portos e de renovação da Marinha Mercante e de emolumentos consulares", constantes do item XV, cuja redação integral é a seguinte:

"XV — Isenção dos impostos de importação e de consumo, de taxa de despacho aduaneiro, taxas de melhoramento de portos e de renovação da Marinha Mercante e de emolumentos consulares, para a importação de equipamentos industriais e agrícolas, sem similar nacional, visando a instalação, bem como a ampliação, no País, de fábricas de papel destinadas à impressão de jornais, periódicos e livros, até 1970, inclusive".

**Origem do dispositivo votado:** A disposição votada surgiu da Emenda nº 6, apresentada no Plenário da Câmara, pelo Deputado Paulo Macarini.

**Razões do veto:** O Sr. Presidente da República vetou as referidas expressões pelas mesmas razões apresentadas quando da formulação do veto às expressões do item XIV, acima transcritas.

h) O § 3º, que dispõe:

"Os benefícios previstos no item XV deste artigo somente serão

concedidos a brasileiros ou a pessoas jurídicas cuja totalidade do capital social pertença exclusivamente a brasileiros".

**Origem do parágrafo votado:** A primeira redação dessa matéria originou-se no Substitutivo apresentado pela Comissão de Economia da Câmara. Inicialmente, como parágrafo único do artigo 1º, foi modificada, pela Comissão de Redação daquela Casa (Emenda nº 4 do Senado), que o aditou às disposições ocorridas.

**Razões do veto:** Justificando o seu veto, o Sr. Presidente da República afirma que:

"A restrição da atividade em cada um no Congresso Projeto de Lei que esta seção examinada por comissões especiais. Devido à amplitude da matéria e os seus efeitos, convém que o problema seja submetido ao Pleno, aguardando-se para este fim a decisão do legislativo sobre o projeto de lei acima mencionado. Cabe ainda anotar a inconveniência da discriminação fundada nas mesmas razões expostas na justificativa da Letra I do item 9º".

2) Os Artigos 4º e 5º

a) O artigo 4º estabelece:

"Fica concedida às empresas de energia elétrica, em que a União, os Estados e os Municípios participem com mais de cinquenta e um por cento (51%) do capital social, a isenção de imposto de consumo sobre os bens que adquirir a fabricante ou produtor, no mercado interno exclusivamente para uso próprio e do imposto do selo, nos atos, contratos e instrumentos constitutivos dessas sociedades".

**Origem do artigo votado:** Foi da Emenda nº 7, apresentada no Plenário da Câmara, que o artigo teve a sua origem. O Deputado Paulo Macarini apresentou-a por entender ser justa a extensão do benefício às empresas em que a União, os Estados e os Municípios tenham mais de cinquenta e um por cento (51%) do capital, uma vez que o mesmo favor já tem sido concedido a outras empresas.

A adoção da medida, a seu ver, "refletirá no custo das instalações, diminuindo, sensivelmente, o seu valor".

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte:

### RESOLUÇÃO Nº 57, DE 1965

Suspende a execução das Leis nºs. 577 e 578, de 14 de agosto de 1964, do Estado da Guanabara.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 30 de novembro de 1964, na Representação nº 602, do Estado da Guanabara, a execução das Leis nºs. 577 e 578, de 14 de agosto de 1964, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de junho de 1965.

Auro Moura Andrade  
Presidente do Senado Federal

### ATA DA 64ª SESSÃO, EM 2 DE JUNHO DE 1965

#### 3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

João de Deus  
Eduardo Leal  
Cafete Pinheiro  
Eugenio Barros  
Victorino Leite  
Menezes Pinheiro  
Dix-Huit Rosado  
Argemiro de Figueiredo  
Silvestre Pericles  
Fernando Torres  
Heribaldo Vieira  
José Leite  
Aloyso de Carvalho  
Josephat Machado

Jefferson de Aguiar  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Miguel Couto  
Aarão Steinbruch  
Vasconcelos Torres  
Afonso Arinos  
Aurélio Vianna  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Padre Calazans  
Lino de Mattos  
Pedro Ludovico  
Lopes da Costa  
Milton Menezes  
Mello Braga  
Irineu Bornhausen  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guido Mondin  
Daniel Krieger  
Mem de Sá — 37.

## O SR. PRESIDENTE.

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

## EXPEDIENTE

Ofício nº 1.280, de 27 de maio, do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados — Comunica haver aquela Casa rejeitado as emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 2.594-D de 1965 na Câmara e nº 33 de 1965 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores.

## RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Avisos, de 28 de maio, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas:

Nº B.123, com referência ao Requerimento nº 154 de 1965, do Senhor Senador Vasconcellos Torres;

Nº B.128, com referência ao Requerimento nº 45 de 1965, do Senhor Senador Vasconcellos Torres.

## PARECERES

Ns. 668, 669 e 670, de 1965  
(Nº 668, de 1965).

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto de lei do Senado nº 15, de 1965, que autoriza a desapropriação da casa do pintor Cândido Portinari, na cidade de Brodowsky — São Paulo.

Relator: Sr. Josaphat Marinho

1 — Propõe o nobre Senador Padre Calazans, no projeto ora examinado, seja autorizado o Ministério da Educação e Cultura, através do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a desapropriação da casa do pintor Cândido Portinari, localizada na cidade de Brodowsky, no Estado de São Paulo.

Na justificação, esclarece o autor que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomou conhecimento, há muito, das condições do prédio, a princípio apenas "reclamando reparos", hoje, porém, de "estabilidade precária", por falta da reforma necessária", inclusive por não estar inscrito nos Livros do Tombo do Patrimônio e por serem os proprietários desprovidos de recursos".

2 — É evidente, pelas razões expostas, a conveniência de interferir o poder público no sentido de preservar o imóvel em que residiu o grande pintor, e cujas paredes in-

do projeto são "enriquecidas com pinturas" do grande artista. Toda despesa, que fizer o governo, na desapropriação como na conservação do imóvel é compensada pelo alcance educativo da medida. A manutenção de tudo quanto lembra a presença e a atividade dos grandes vultos das letras e das artes é dever do Estado, cujo cumprimento projeta a cultura e qualifica os povos.

3 — A dúvida que poderia suscitar a proposição reside em que sua execução provoca despesa, e, assim, estaria vedada a iniciativa ao Poder Legislativo, em face do art. 5º do Ato Institucional.

Certo, nos termos desse dispositivo, cabe, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública. Mas, no caso, a lei será autorizativa e não criadora de despesa. Não sendo lei imperativa, nem fixadora de ônus, e sim facultativa, a despesa, em verdade, decorrerá do assentimento do Poder Executivo, que também estimará e pedirá o crédito necessário. Logo, a iniciativa do encargo, propriamente, caberá sempre ao Presidente da República, como estipula o Ato Institucional.

Essa interpretação parece tanto mais procedente quanto se atente em que ao Poder Legislativo cabe, precipuamente, a tarefa de elaborar as normas jurídicas. Consequentemente, os preceitos restritivos dessa competência não devem ser entendidos ampliativamente, para que não se ofenda o mecanismo do sistema. A exigência adequada é a que assegure as limitações impostas, sem esvaziar a esfera de ação normativa do Congresso Nacional.

4 — Por essas razões, pensamos que não há impedimento constitucional ou jurídico à tramitação regular do projeto, de manifesta oportunidade.

Sala das Comissões, em 7 de abril de 1965 — Aloysio de Carvalho, Presidente eventual — Josaphat Marinho, Relator — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — Antônio Balbino — Heribaldo Vieira — Edmundo Levi — Jefferson de Aguiar.

(Nº 669, de 1965)

Da Comissão de Educação e Cultura, ao Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1965.

Relator: Sr. Mem de Sá.

O nobre Senador Padre Calazans propõe, pelo presente projeto de lei, que se autorize o Poder Executivo a desapropriar a casa do pintor brasileiro Cândido Portinari, localizada em Brodowsky, Estado de São Paulo.

Justifica plenamente o autor sua proposição revelando a situação em que se encontra aquela casa, urgentemente necessitada de consertos, especialmente na cobertura, a fim de que se não arruine e, de forma particular, a fim de que se preservem as pinturas nela existentes, de autoria do glorioso pintor Portinari.

Inegavelmente justa e conveniente é a proposta. Tal o renome e a grandeza de Portinari que tudo aconselha a que o prédio, em que residiu e em que pintou algumas de suas telas imperecíveis, seja incorporado ao patrimônio histórico nacional. Além do mais, como acentua o ilustre Padre Calazans, seus atuais proprietários, por carência de recursos, não têm como executar os reparos indispensáveis à boa conservação da casa e das pinturas de Portinari nelas existentes.

A douta Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável ao projeto, do ponto de vista jurídico e constitucional, demonstrando que ele não cria mas simplesmente autoriza

despesa que, para efetuar-se, dependerá de providência da competência privativa do Poder Executivo.

Do ponto de vista da Comissão de Educação e Cultura a proposição merece não só acolhida, como aplauso, pela significação que apresenta à causa da cultura e à preservação de obras de arte de um dos brasileiros que mais honraram e elevaram o nome do Brasil.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente — Mem de Sá, Relator — Arnon de Mello — Antônio Jucá.

(Nº 670, de 1965)

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1965.

Relator: Sr. Mem de Sá.

O presente projeto, de autoria do Senador Padre Calazans, visa a autorizar a desapropriação da casa do pintor Cândido Portinari, na cidade de Brodowsky, em São Paulo.

Entre os argumentos trazidos à colação pelo ilustre autor do projeto, destacamos os seguintes:

1) que os atuais proprietários do imóvel não têm recursos para executar os reparos indispensáveis à conservação do mesmo e das pinturas de Portinari nele existentes;

2) que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional já tomou conhecimento das condições do prédio, a princípio apenas "reclamando reparos" e hoje já em estado precário, inclusive por não estar aquele imóvel inscrito nos Livros de Tombo do Patrimônio.

3) que a chefia do 4º Distrito já procedeu a uma avaliação que alcançou a cifra de Cr\$ 88.000.000 (oitenta e oito milhões de cruzeiros) assim distribuídos: a) o terreno, cuja área de 6.600 m<sup>2</sup>, foi computada ao preço unitário de Cr\$ ... 1.000 (mil cruzeiros); b) a residência com cerca de 574,00 m<sup>2</sup> à razão de Cr\$ 10.000 cada e c) as pinturas num total de 14 com um valor médio por unidade, de Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros).

Ante o exposto, a Comissão, fazendo remissão aos doutos pareceres já proferidos, manifesta-se favoravelmente à proposição, por entender que a despesa que ela autoriza é das mais justas, além de representar homenagem merecida a um grande artista nacional.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1965. — Argemiro de Figueiredo, Presidente — Mem de Sá, Relator — Lobão da Silveira — Eugênio Barros — Walfredo Gurgel — Pessoa de Queiroz — Antônio Jucá — Eurico Rezende.

## PARECER

Nº 671, de 1965

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1963 (nº 2.704-B de 1961, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1963 (número 2.704-B-61, na Casa de origem), que regula as atividades do representante comercial autônomo.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1965. — Antônio Carlos, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat Marinho — Sebastião Archer.

ANEXO AO PARECER Nº 671, DE 1965

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1963 (nº 2.704-B-61 na Casa de origem).

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Regula as atividades do representante comercial autônomo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se representante comercial quem, de maneira estável, em caráter profissional, sem dependência econômica e subordinação hierárquica, realiza, numa determinada zona, região ou praça, por conta de uma ou mais empresas, os atos de comércio pecuniários a promoção de negócios, agenciando propostas e transmitindo-as aos seus representantes para aceitação.

Parágrafo único. Ao representante comercial que tiver, nos termos do código comercial, poderes de representação para concluir os negócios promovidos, aplicar-se-ão as disposições desta lei, no que for compatível com o mandato mercantil.

Art. 2º Os direitos assegurados nesta lei só aproveitarão aquele que estiver no gozo da plena capacidade para o exercício do comércio, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Resalvada disposição expressa em contrário, o representante comercial tem direito à exclusividade da zona que lhe é atribuída, vedada a nomeação, para a mesma, de novos representantes.

§ 1º A zona de trabalho do representante comercial poderá ser ampliada ou restringida, de acordo com as necessidades ou conveniência da empresa.

§ 2º A redução, porém, não prevalecerá quando significar alteração substancial da receita das comissões para o representante comercial já constituído, sob pena de valer como rescisão de contrato, nos termos do art. 11 desta lei.

§ 3º Ressalvados os casos de concorrência e os de expressa proibição contratual, o representante comercial poderá exercer sua atividade para mais de uma empresa, e empregá-la em outros mistérios ou ramos de negócio.

Art. 4º O representante comercial deverá fornecer ao representado quando solicitadas, as informações necessárias ao bom desenvolvimento e garantia dos negócios, incumbindo-lhe, ainda, lançar em seus livros, as operações pertinentes a cada representação.

Art. 5º Salvo autorização expressa, não poderá o representante comercial conceder abatimentos, descontos ou dilações.

Art. 6º O representante comercial somente poderá representar em juízo o seu representado mandado expresso.

Art. 7º Sem que lhe caiba responsabilidade pelos vícios das mercadorias vendidas, o representante comercial deverá tomar conhecimento das reclamações por eles motivadas, transmiti-las ao representado e sugerir providências acauteladoras dos interesses deste.

Art. 8º O representante comercial é remunerado mediante comissão, por

III — de 39 (trinta) dias, quando o comprador for estabelecido em praça localizada em Estado não limitrofe daquele em que estiver estabelecido o representado.

importância mensal fixa, ou por outras formas, concomitantemente.

Art. 9º O representante comercial, uma vez aceitas, entre as partes, as condições por ele apresentadas, adquire o direito à comissão.

§ 1º. A Comissão é devida sobre todos os negócios aceitos, assim con-



consideradas as propostas não recusadas, por escrito, nos prazos a seguir estabelecidos:

I — de 10 (dez) dias, quando o comprador for estabelecido na mesma praça do representado;

II — de 20 (vinte) dias, quando o comprador for estabelecido em praça localizada em Estado limítrofe da qual em que estiver estabelecido o representado;

IV — de 60 (sessenta) dias, quando o comprador estiver estabelecido no território nacional e o representado no exterior.

§ 2º Os prazos previstos no parágrafo anterior serão contados da data do recebimento da proposta e poderão, em casos especiais, ser prorrogados, por mais 30 (trinta) dias, mediante comunicação escrita ao representante comercial.

§ 3º Nenhuma remuneração será devida ao representante comercial se a falta de pagamento resultar da insolvência do comprador, assim como se o negócio vier a ser por este desfeito.

§ 4º Salvo auste em contrário, as comissões serão pagas mensalmente, cabendo o representado ao representante a respectiva conta, conforme cópias das faturas remetidas aos clientes, no período nela indicado.

§ 5º Nas faturas e notas fiscais deverá constar, obrigatoriamente, o nome do representante comercial mediador do negócio.

Art. 10. O representante comercial terá jus à comissão sobre os negócios concluídos na sua zona, mesmo no caso de vendas concluídas diretamente pelas empresas representadas.

Art. 11. A rescisão do contrato de representação comercial, fora dos casos autorizados no artigo 12 desta lei, não privará o representante comercial do direito de perceber a duodécima parte do total das comissões ou da remuneração, a que fez us, durante a vigência do respectivo contrato.

§ 1º Nos contratos que tenham termo estipulado, computar-se-á, para os efeitos deste artigo, o período que ainda faltar para sua expiração, considerando-se como se houvessem sido percebidas nesse interregno, e somente para o assinalado efeito, as comissões equivalentes ao total das efetivamente creditadas ao representante comercial, durante a vigência do contrato.

§ 1º Nos contratos que tenham termo estipulado, computar-se-á, para os efeitos deste artigo, o período que ainda faltar para sua expiração, considerando-se como se houvessem sido percebidas nesse interregno, e somente para o assinalado efeito, as comissões equivalentes ao total das efetivamente creditadas ao representante comercial, durante a vigência do contrato.

§ 2º Ainda para os efeitos deste artigo, a base de remuneração do período contratual rescindido corresponderá à média da remuneração efetivamente percebida.

Art. 12. Constituem motivos justos para rescisão do contrato de representação comercial, pelo representado:

a) a desídia de representante no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato;

b) a prática de atos que importem descrédito comercial da firma representada;

c) a falta de cumprimento de quaisquer obrigações inerentes ao contrato de representação comercial;

d) conduta pública escandalosa ou condenação definitiva por crime considerado infamante.

Art. 13. Constituem motivos justos para rescisão do contrato de representação comercial, pelo representante:

a) redução da esfera de atividade do representante, pelo representado, — quando causar diminuição de negócios;

b) quebra, direta ou indireta, da exclusividade de contrato;

c) fixação de preços com o exclusivo escopo de criar dificuldades ou impossibilitar a ação regular do representante comercial;

d) não pagamento de sua remuneração na época devida.

Art. 14. Ocorrendo motivo justo para a rescisão do contrato, poderá o representante reter comissões do representante comercial, a fim de ressarcir-se dos danos por este causados.

Art. 15. Não serão afetados os direitos do representante comercial quando, a título de cooperação com a empresa, desempenho, temporariamente, a pedido desta, encargos ou atribuições distintas dos incluídos no âmbito do contrato de representação.

Art. 16. No caso de falência ou concordata do representado, o representante comercial poderá habilitar-se como credor privilegiado pela totalidade das despesas havidas com a representação e pelas comissões a que fizer jus.

Art. 17. O exercício da profissão ou da atividade de representante comercial só será permitido à pessoa física ou jurídica registrada nos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais, nos termos da presente lei.

§ 1º A pessoa jurídica registrada de acordo com o disposto neste artigo, só poderá exercer atividade de representação comercial sob a responsabilidade de representante comercial devidamente registrado, a ela se estendendo todos os direitos e obrigações definidos nesta lei.

§ 2º O representante comercial, pessoa física ou jurídica, que à data da publicação desta lei, estiver no exercício da profissão, será registrado perante os Conselhos Regionais, independentemente das exigências e formalidades estabelecidas no art. 18, desde que o requeira, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da vigência desta lei.

Art. 18. O candidato a registro, como representante comercial, deverá apresentar:

a) prova de identidade;

b) prova de quitação com o serviço militar;

c) prova de estar em dia com as exigências da legislação eleitoral;

d) folha corrida de antecedentes expedida pelos cartórios criminais das comarcas em que o registrado houver sido domiciliado nos últimos 10 (dez) anos;

e) quitação com o imposto sindical.

§ 1º O estrangeiro é desobrigado da apresentação dos documentos constantes das alíneas "b" e "c" deste artigo.

§ 2º Nos casos de transferência ou de exercício simultâneo da profissão, em mais de uma região, serão feitas as devidas anotações na carteira profissional do interessado, pelos respectivos Conselhos Regionais.

Art. 19. Não pode ser representante comercial:

a) o que não pode ser comerciante;

b) o falido não reabilitado e o reabilitado quando condenado por crime falimentar;

c) o que tenha sido condenado ou esteja sendo processado por infração penal de natureza infamante, tais como falsidade, estelionato, apropriação indébita, contrabando, roubo, furto, lenocínio ou crimes também punidos com a perda de cargo público;

d) o que estiver com seu registro comercial cancelado como penalidade.

Art. 20. Somente poderá receber remuneração como mediador dos negócios, o representante comercial, pessoa física ou jurídica, devidamente registrado.

Art. 21. São criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais, aos quais incumbirá a fiscalização do exercício da profissão, na forma desta lei.

Art. 22. O Conselho Federal instalar-se-á dentro de 90 (noventa) dias, a contar da vigência da presente lei, no Estado da Guanabara, onde funcionará provisoriamente, transferindo-se para a Capital da República durante a vigência de sua primeira Diretoria, salvo deliberação em contrário dos Conselhos Regionais.

§ 1º O Conselho Federal será presidido pelo Presidente do mais antigo sindicato das classes do estado onde estiver instalado, cabendo-lhe, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 2º A renda do Conselho Federal será constituída de 20% (vinte por cento) da renda bruta dos Conselhos Regionais.

Art. 23. O Conselho Federal será composto de representantes comerciais de cada Estado, eleitos pelos Conselhos Regionais, dentre seus membros, cabendo a cada Conselho Regional a escolha de 2 (dois) delegados.

Art. 24. Compete ao Conselho Federal determinar o número dos Conselhos Regionais, o qual não poderá ser superior a um por Estado, Território Federal ou Distrito Federal, e estabelecer-lhes as bases territoriais.

Art. 25. Compete, privativamente, ao Conselho Federal:

a) elaborar o seu regimento interno;

b) dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;

c) aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, desde que não infrinjam as leis em vigor;

d) julgar quaisquer recursos relativos às decisões dos Conselhos Regionais;

e) baixar instruções para a fiel observância da presente lei;

f) baixar o Código de Ética Profissional;

g) resolver os casos omissos.

Art. 26. Dentro de 60 (sessenta) dias, contados da vigência da presente lei, serão instalados os Conselhos Regionais correspondentes aos Estados onde existir órgãos sindicais de representação da classe dos representantes comerciais atualmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 27. Os Conselhos Regionais terão a seguinte composição:

a) 2/3 (dois terços) de seus membros serão constituídos pelo Presidente do mais antigo sindicato da classe do respectivo Estado, e por diretores de sindicatos da classe, do mesmo Estado, eleitos estes em assembleia geral;

b) 1/3 (um terço) formado de representantes comerciais, no exercício efetivo da profissão, eleitos em Assembleia Geral realizada no Sindicato, entre associados das entidades civis representativas da classe, do respectivo Estado, onde tenham sede as delegacias e reunam, no mínimo, 1/4 (um quarto) dos integrantes dessa categoria profissional no Estado, observado o seguinte:

1 — Cada entidade civil indicará, — com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, da realização da assembleia, os nomes de seus associados para concorrerem às eleições.

2 — A Secretaria do Sindicato incumbido da realização das eleições organizará, com os nomes indicados pelas entidades civis, a ordem alfabética dos candidatos, destinada à votação.

3 — Nos Estados onde não haja entidade civil representativa da classe, ou delegacia respectiva, a escolha do terço da composição do Conselho Regional que lhe caberia indicar recairá em representantes comerciais no exercício efetivo da profissão, eleitos em assembleia geral do Sindicato.

4 — Se os órgãos sindicais de representação da classe não tomarem as

providências previstas quanto à instalação dos Conselhos Regionais, o Conselho Federal determinará, imediatamente, a sua constituição, mediante eleições, em assembleia geral, com a participação dos representantes comerciais no exercício efetivo da profissão, no respectivo Estado.

§ 1º Havendo num mesmo Estado mais de um Sindicato de Representantes Comerciais, as eleições a que se refere este artigo se processarão na sede do Sindicato da classe situado na Capital e, na sua falta, na sede do mais antigo.

§ 2º O Presidente do mais antigo Sindicato da classe do respectivo Estado será o Presidente do Conselho Regional, cabendo-lhe, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 3º Os Conselhos Regionais terão no máximo 30 (trinta) e no mínimo 10 (dez) membros.

Art. 28. Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais serão de 5 (cinco) anos, sendo vedada a reeleição de mais de 1/4 (um quarto) dos Conselheiros, a partir do terceiro mandato.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais só serão substituídos em caso de morte, invalidez, perda ou extinção do mandato.

Art. 29. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais serão administrados por uma Diretoria que não poderá exceder a 1/3 (um terço) dos seus integrantes.

Art. 30. Constituem renda dos Conselhos Regionais as contribuições e multas devidas pelos representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, neles registrados.

Art. 31. Compete aos Conselhos Regionais:

a) elaborar o seu regimento interno; submetendo-o à apreciação do Conselho Federal;

b) decidir sobre os pedidos de registro de representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, na conformidade desta lei;

c) manter o cadastro profissional;

d) expedir as carteiras profissionais e anotá-las, quando necessário;

e) impor as sanções disciplinares previstas nesta lei, mediante a feitura de processo adequado de acordo com o disposto no art. 32.

f) fixar as contribuições e emolumentos que serão devidos pelos representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas registrados.

Parágrafo único. As contribuições e emolumentos, previstos na alínea "f" deste artigo, não poderão exceder, — mensalmente, de 5 (cinco) e 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente na região, quando se tratar, respectivamente, de representante comercial pessoa física ou pessoa jurídica.

Art. 32. Compete aos Conselhos Regionais aplicar, ao representante comercial faltoso, as seguintes penas disciplinares:

a) advertência, sempre sem publicidade;

b) multa até Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros);

c) suspensão do exercício profissional, até 1 (um) ano;

d) cancelamento do registro, com apreensão da carteira profissional.

§ 1º No caso de reincidência ou de falta manifestamente grave, o representante comercial poderá ser suspenso do exercício de sua atividade ou ter cancelado o seu registro.

§ 2º As penas disciplinares serão aplicadas após processo regular, sem

prejuízo, quando couber, da responsabilidade civil ou criminal.

§ 3º O recurso deverá ser citado, inicialmente, do inteiro teor da decisão ou quebra, sendo-lhe assegurado, sempre, o amplo direito de defesa, por si ou por procurador regularmente constituído.

§ 4º O processo disciplinar será presidido por um dos membros do Conselho Regional, ao qual incumbirá coligir as provas a ele necessárias.

§ 5º Encerradas as provas de iniciativa da autoridade processante, ao acusado será dada requerer e produzir as suas próprias provas, após o que lhe será assegurado o direito de apresentar, por escrito, defesa final e o de sustentar, oralmente, suas razões, na sessão do julgamento.

§ 6º Da decisão dos Conselhos Regionais caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, para o Conselho Federal.

Art. 33. Constituem faltas no exercício da profissão de representante comercial:

a) prejudicar, por dolo ou culpa os interesses confiados aos seus cuidados;

b) auxiliar ou facilitar, por qualquer meio, o exercício da profissão, aos que estiverem proibidos, impedidos ou não habilitados a exercê-la;

c) promover ou facilitar transações ilícitas, bem como quaisquer transações que prejudiquem interesses da Fazenda Pública;

d) violar o sigilo profissional;

e) negar ao representado as competentes prestações de contas, recibos de quantias ou documentos a si entregues, para qualquer fim;

f) recusar a apresentação da carteira profissional, quando solicitada pelo Conselho Regional.

Art. 34. Observados os princípios desta lei, o Conselho Federal dos Representantes Comerciais expedirá instruções relativas à aplicação das penalidades em geral e, em particular, dos casos em que caber imposições de pena de multa.

Art. 35. As repartições federais, estaduais e municipais ao receberão tributos relativos à atividade do representante comercial, pessoa física ou jurídica, mediante prova de seu registro no Conselho Regional da respectiva Região.

Art. 36. Da propaganda deverá constar, obrigatoriamente, o número da carteira profissional.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas farão constar, também, da propaganda, além do número da carteira do representante comercial, a responsabilidade sobre o próprio número de registro no Conselho Regional.

Art. 37. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 38. As Diretorias dos Conselhos Regionais prestarão contas da sua gestão ao próprio Conselho, até o último dia do mês de fevereiro de cada ano.

Art. 39. Os Conselhos Regionais prestarão contas até o último dia do mês de março de cada ano ao Conselho Federal que, por sua vez, prestará contas na forma das leis em vigor.

Art. 40. Os Sindicatos incumbidos do processamento das eleições, a que se refere o art. 27, deverão tomar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta lei, as providências necessárias, de modo a permitir a instalação dos Conselhos Regionais dentro do prazo previsto no art. 24.

Art. 41. Será considerado nulo, de pleno direito, qualquer ato tendente a impedir a aplicação desta lei.

Art. 42. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 672, de 1965

Nº 672 — DE 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 41, de 1965.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 41, de 1965, que suspende a execução do Artigo 62, parágrafo 2º, do Regimento de Custas do Estado de Goiás.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1965. — Antônio Carlos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Walfredo Gurgel — Sebastião Archer.

ANEXO AO PARECER Nº 672, DE 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 41, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 1965

Suspende a execução do art. 62, Parágrafo 2º, do Regimento de Custas do Estado de Goiás

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 11 de janeiro de 1952, no recurso extraordinário número 15.861, do Estado de Goiás, a execução do art. 62, parágrafo 2º, do Regimento de Custas do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 673, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 1965.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 1965, que suspende a execução do ato nº 998, de 9 de janeiro de 1936, da Municipalidade de São Paulo.

Sala das Sessões, de 1º de junho de 1965. — Antônio Carlos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Walfredo Gurgel — Sebastião Archer.

ANEXO AO PARECER Nº 673, DE 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 1965

Suspende a execução do ato nº 998, de 9 de janeiro de 1936, da Municipalidade de São Paulo.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 15 de agosto de 1954, no recurso extraordinário 15.603, de São Paulo, a execução do ato nº 998, de 9 de janeiro de 1936, da Municipalidade de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 674, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 43, de 1965.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 43, de 1965, que suspende a execução do Artigo 124, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do Artigo 92 e seus parágrafos da Lei nº 109, de 16 de fevereiro de 1948, do mesmo Estado.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1965. — Antônio Carlos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Walfredo Gurgel — Sebastião Archer.

ANEXO AO PARECER Nº 674, DE 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 43, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 1965

Suspende a execução do art. 124, inciso I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 92 e seus parágrafos da Lei nº 109, de 16 de fevereiro de 1948, do mesmo Estado.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 23 de setembro de 1957, na Representação nº 314, do Procurador Geral da República, a execução do art. 124, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 92 e seus parágrafos da Lei nº 109, de 16 de fevereiro de 1948, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 675, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 44, de 1965.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 44, de 1965, que suspende, em parte, a execução do art. 103 da Lei nº 321, de 8 de janeiro de 1949, do Estado da Paraíba.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1965. — Antônio Carlos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Walfredo Gurgel — Sebastião Archer.

ANEXO AO PARECER Nº 675, DE 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 44, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1965

Suspende, em parte, a execução do art. 103 da Lei nº 321, de 8 de janeiro de 1949, do Estado da Paraíba.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 20 de junho de 1958, no recurso extraordinário nº 29.268, do Estado da Paraíba, a execução do art. 103 da Lei nº 321, de 8 de janeiro de 1949, do mesmo Estado, na parte em que assegura aos funcionários mu-

nicipais as mesmas vantagens atribuídas aos servidores estaduais pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 676, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 45, de 1965.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 45, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 1.077, de 10 de abril de 1950, do Estado de Mato Grosso.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1965. — Antônio Carlos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Walfredo Gurgel — Sebastião Archer.

ANEXO AO PARECER Nº 676, DE 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 45, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 1965

Suspende a execução da Lei nº 1.077, de 10 de abril de 1950, do Estado de Mato Grosso.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 30 de agosto de 1961, no recurso extraordinário número 44.585, do Estado de Mato Grosso, a execução da Lei nº 1.077, de 10 de abril de 1950, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECERES

Ns. 677 e 678, de 1965

Nº 677, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 1964 (Projeto de Decreto Legislativo nº 166-A de 1964 — Câmara) que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Paraná, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Itaituba.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de decreto legislativo que confirma ato denegatório do Tribunal de Contas, recusando o registro do contrato celebrado entre a União e o Estado do Paraná, visando a instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Itaituba.

A recusa ocorreu na sessão de 22 de dezembro de 1963 e o Estado interessado dela não recorreu, deixando fluir o prazo legal sem manifestar a sua inconstitucionalidade.

Entendeu o Tribunal recusante que na transação foi preterida formalidade essencial, em conformidade com parecer da Procuradoria. Porém, não se mencionou que formalidade essencial teria sido preterida.

O Estado se conformou com a decisão, cujo fomento de razão não se conhece, a rigor. Não cabe ao Congresso Nacional suprir-lhe a ação ou esclarecer-lhe o anteprojeto, em patrocínio de interesse que não lhe compete, eis que o recurso de ofício —

casu — não pode ter a amplitude liberal desejável.

Em consequência, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto de decreto legislativo nº 161, de 1964, anuindo o ato denegatório do Tribunal de Contas.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1965. — *Aloysio de Carvalho*, Presidente. — *Jefferson de Aguiar*, Relator. — *Menezes Pimentel*. — *Edmundo Levi*. — *Argemiro de Figueiredo*. — *Bezerra Neto*. — *Josephat Marinho*.

Nº 678, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 1964.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

Em sessão realizada a 22 de novembro de 1953, o Egrégio Tribunal de Contas da União recusou registro ao acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Paraná, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Itaipu.

Transmitida a decisão ao Departamento de Administração do Ministério da Agricultura, deixou o mesmo decorrer o prazo estabelecido no artigo 57 da Lei nº 830, de 1949, sem interpor qualquer recurso. Daí porque a Corte de Contas, em sessão de 28 de fevereiro de 1954, mantendo o julgado encaminhou o processo ao Congresso Nacional, nos termos e para os fins previstos no artigo 77, § 1º, da Constituição da República.

A decisão do Tribunal de Contas, entretanto, merece reparos. Ela é, antes, irritantemente omissa. Recusa registro ao acordo celebrado entre a União e o Estado do Paraná, por falta de formalidade essencial, mas em nenhuma parte, esclarece qual teria sido a formalidade omitida. E isso sem ter em vista a significação e os elevados objetivos do acordo que visava a instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola em Município do Paraná.

Asseditamos, porém, que se trata de matéria superada pelo tempo ou talvez por outra solução que se teria dado ao problema, do maior interesse para as duas partes contratantes.

Isso porque o acordo em causa fora celebrado em 1953, decorridos, portanto, nove anos.

Somente essa razão nos conduz a acompanhar o pronunciamento da Câmara e o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 1964.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1965. — *Pessoa de Queiroz*, Presidente. — *Argemiro de Figueiredo*, Relator. — *Mem de Sá*. — *Lobão da Silveira*. — *Eugenio Barros*. — *Antônio Jucá*. — *Walfredo Gurgel*. — *Barros Recende*.

## PARECERES

Ns. 679 e 680, de 1965

(Nº 679, de 1965)

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto nº 1, de 1965 (nº 194-A-63 — na Câmara), mantenedor do ato do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), entre a União Federal e o Governo do Rio Grande do Sul. Relator: Sr. Josephat Marinho.

1. O Tribunal de Contas comunicou à Câmara dos Deputados ter sido negado registro ao contrato de empréstimo, no valor de um bilhão de

cruzeiros, celebrado em abril de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

"A recusa em aprovar fundamenta-se — elucida a comunicação — na inexistência do plano de aplicação a ser elaborado pelo Poder Legislativo; isto porque a Lei nº 3.337, de 12 de dezembro de 1957, no seu artigo 2º, parágrafo 2º, permitia à União firmar contratos desta natureza, com a dispensa dessa formalidade; entretanto, o art. 66 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, revogou expressamente o parágrafo 2º supramencionado, sujeitando, por conseguinte, a entrega dos recursos à prévia aprovação do referido plano".

2. A Comissão de Fiscalização Financeira e Torna de Contas, na Câmara, opinou pela manutenção do ato, inclusive por haver precedentes nesse sentido.

E o plenário daquela outra Casa do Congresso votou o projeto de decreto legislativo ora examinado.

3. Os fundamentos legais invocados pelo Tribunal de Contas, e acatados pela Câmara dos Deputados, não aplicáveis ao caso. Conquanto lamentável a ocorrência, a falta do plano de aplicação a ser elaborado pelo Congresso Nacional impede a aceitação do contrato de empréstimo.

Nestas condições, somos de parecer que merece aprovação o projeto de decreto legislativo, que confirma o ato denegatório do Tribunal de Contas.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1965. — *Afonso Arinos*, Presidente. — *Josephat Marinho*, Relator. — *Aloysio de Carvalho*. — *Bezerra Neto*. — *Edmundo Levi*. — *Argemiro de Figueiredo*.

(Nº 680, de 1965)

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1965.

Relator: Sr. Aurélio Vianna.

Em janeiro de 1963, o governador do Rio Grande do Sul, Sr. Ildo Meneghetti, expôs ao então Presidente João Goulart "a difícil situação financeira" que atravessava o seu Estado.

O Secretário de Economia do Governo Meneghetti, Deputado Daniel Faraco, na sua Exposição ao Ministro da Fazenda, Deputado Sant'Ana Dantas, em historiar os fatos, ressaltou a decisão do Presidente da República, nestes termos:

"Bem avaliando a gravidade dessa situação, o Senhor Presidente da República assegurou ao Governador do Estado a assistência financeira da União, fixando em seis bilhões de cruzeiros o auxílio a ser concedido e recomendando um entendimento entre o Senhor Governador e Vossa Excelência, sobre a matéria".

"Tendo em vista, porém, a gravidade e a urgência da situação financeira do Estado, já apreciada pelo Senhor Presidente da República e por Vossa Excelência, recomendou-me o Senhor Governador Ildo Meneghetti solicitar a concessão imediata de um adiantamento de dois bilhões de cruzeiros — que poderia ser em letras do Tesouro — por conta de empréstimo compensatório que o Estado requerera, nos termos das normas sugeridas pela reunião dos Secretários".

Acontece, porém, que as partes não tinham conhecimento da Lei que regula os empréstimos destinados aos Estados da Federação Brasileira, tanto assim que o Tribunal de Contas da União negou registro ao contrato de empréstimo, entre a União e o Governo do Rio Grande do Sul, em face do que preceitua o artigo 66 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, que

revogou expressamente o parágrafo 2º, do artigo 2º da Lei nº 3.337, a mesma que permitia à União firmar contratos da essência do ora em referência sem um plano de aplicação elaborado pelo Poder Legislativo.

Não atino porque a Comissão de Finanças foi chamada a opinar sobre essa matéria, que, a nosso ver, é da competência exclusiva da Comissão de Constituição e Justiça, pois trata-se da apreciação da legislação vigente sobre registro de contratos entre a União e Estados.

Será porque no Processo existe um documento, embora sem assinatura, através do qual se conclui que, embora se manifestou do Contrato no Tribunal de Contas da União, o Banco do Brasil recebeu autorização para entregar ao Governo do Rio Grande do Sul Cr\$ 360.000.000, adiantadamente o "imediatamente", e a segunda parcela de quinhentos milhões condicionada à assinatura dos contratos de empréstimos entre o Estado e a União, inclusive os relativos aos adiantamentos já efetuados em épocas anteriores?"

Em síntese: O Tribunal de Contas da União aplicou a Lei, negando registro ao Contrato. Cumpra-nos referendar a sua decisão.

Parecer: pela aprovação do projeto de decreto legislativo, que confirma o ato denegatório do Tribunal de Contas.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1965. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Aurélio Vianna*, Relator. — *Pessoa de Queiroz*. — *Walfredo Gurgel*. — *Antônio Jucá*. — *Lobão da Silveira*. — *Mem de Sá*. — *Eugenio Barros*.

## PARECERES

Ns. 681 e 682, de 1965

Nº 681, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1965 (número 209-A, de 1965, na Câmara), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, do registro ao termo de contrato de constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha, situado na Rua Desidério de Oliveira, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, no qual a Cia. Ultragaz S.A., figurava como outorgada enfiteuta.

Relator: Sr. Jefferson Aguiar

O Tribunal de Contas da União negou registro ao termo de contrato de constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha situado na Rua Desidério de Oliveira, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, em o qual a Cia. Ultragaz S.A. era outorgada enfiteuta (Lei nº 3.384, no aterro de São Lourenço).

A decisão denegatória ocorreu na sessão de 17 de janeiro de 1958, fundamentando o decisório o fato de não terem sido realizadas as audiências prescritas pelo Decreto-lei nº 9.760, de 1946 (art. 100).

O Serviço do Patrimônio da União impetrou pedido de reconsideração, que não foi conhecido por interposto a destempe.

Verifica-se pelos elementos constantes do processo que as diligências exigidas pelo Decreto-lei nº 9.760 foram iniciadas; porém, antes de concluídas e no curso dos prazos legais, o processo foi concluído com a elaboração do contrato de enfiteuse do terreno questionado, que fora havido pela adquirente por contrato de ação em pagamento convencionalizado com o Estado do Rio de Janeiro, no valor de Cr\$ 142.000,00 (Cartório Evangelista, 5º ofício de Notas da Comarca de Niterói).

ról, em 5 de outubro de 1943, no livro nº 62, fls. 40 v.).

E' evidente que a decisão preliminar não enfrentou o mérito da questão contratual, e, assim, o processo deveria ter sido devolvido ao Serviço do Patrimônio da União, Delegacia do Estado do Rio de Janeiro, para que fossem renovadas as diligências determinadas pelo art. 100 do Decreto-lei nº 9.760, de 1946, e atendidas, desde logo, as exigências do Tribunal, no mérito (certidão dos Estatutos sociais fornecida por Oficial do Registro Público e prova de arquivamento nesse Registro da ata de eleição da Diretoria).

Porém, no que tange à decisão denegatória em si, não há como se negar aprovação, em decorrência da nulidade sanável pelos interessados, em oportunidade e processo próprios, com a reiteração dos atos não concluídos, se lhes aprofundar cumprir as diligências e formalidades legais.

Em consequência, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto de decreto legislativo nº 12, de 1965, mantendo a decisão denegatória de registro adotada pelo Tribunal de Contas da União.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1965. — *Aloysio de Carvalho*, Presidente eventual. — *Jefferson de Aguiar*, Relator. — *Bezerra Neto*. — *Menezes Pimentel*. — *Edmundo Levi*. — *Argemiro de Figueiredo*. — *Josephat Marinho*.

Nº 682, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1965.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

Em sessão realizada a 17 de janeiro de 1958, o Egrégio Tribunal de Contas da União negou registro ao termo de contrato de constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha, situado na Rua Desidério de Oliveira, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, no qual a Cia. Ultragaz S.A., figurava como outorgada enfiteuta.

Arimou-se a decisão denegatória no fato de não terem sido realizadas as audiências prescritas pelo Decreto-lei nº 9.760, de 1946, em seu artigo 100.

O Serviço de Patrimônio da União, integrado do julgado da Egrégia Corte de Contas, impetrou pedido de reconsideração. Mas, o fato já decorrido o prazo legal para o recurso, mantida foi, portanto, a decisão.

Observa-se, pelo exame do processo, que as diligências exigidas pelo Decreto 9.760 foram iniciadas, e, antes de concluídas, celebrou-se o contrato de constituição de aforamento do terreno em apreço.

Agü bem o Tribunal de Contas da União denegando registro ao termo de contrato celebrado com preferência de formalidade essencial.

Remetido o processo ao Congresso Nacional, nos termos do § 1º, do art. 77, da Constituição da República, a Câmara dos Deputados, manteve o ato do Tribunal. E, no Senado, a Comissão de Constituição e Justiça, não discordou daquela Casa do Congresso.

A Comissão de Finanças, em face do exposto, também opina pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1965.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1965. — *Pessoa de Queiroz*, Presidente. — *Argemiro de Figueiredo*, Relator. — *Walfredo Gurgel*. — *Antônio Jucá*. — *Eugenio Barros*. — *Lobão da Silveira*. — *Mem de Sá*. — *Barros Recende*.



## PARECERES

Ns. 683 e 684, de 1965

Nº 633, DE 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo ao Projeto de Lei da Câmara número 73, de 1965, que da nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao artigo 15 da Lei número 4.328, de 20 de abril de 1964.

Relator: Sr. Mem de Sá.

O Projeto de Lei número 73, de 1965, procede da mensagem do Sr. Presidente da República, na forma do artigo 4º do Ato Institucional, acompanhada de exposição de motivos do Sr. Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

Demonstra esta, que, feito o confronto da lei número 4.328, de 20 de abril de 1964, com a lei número 4.345, de 23 de junho do mesmo ano, a primeira referente ao Código de Vencimentos dos Militares, e a segunda aos vencimentos dos servidores civis, verifica-se diferença de tratamento entre uma e outra em relação a contagem de tempo para a percepção de gratificações adicionais. Enquanto aos servidores civis, a lei autoriza a contagem de qualquer tempo de serviço público, prestado anteriormente à sua vigência (§ 2º do artigo 10 da Lei número 4.345), aos militares se nega a incorporação do tempo de serviço público civil, para aquele efeito, só valendo o tempo de serviço prestado a partir da data em que começaram a perceber vencimentos militares — isto é, só se permite o cálculo de tempo de serviço militar.

O alcance do projeto original, do Poder Executivo, é, exclusivamente, o de corrigir esta diversidade de tratamento, assegurando aos militares o mesmo benefício existente para os civis. Tal é o objetivo da alteração da redação do § 2º do artigo 16 da Lei número 4.328, de 20 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) bem como do novo parágrafo que se propõe acrescentar ao artigo 16 do mesmo diploma legal.

Ao tramitar a proposição na Câmara dos Deputados, acrescentou ela um terceiro artigo, consoante o qual "a praça, contribuinte obrigatória de pensão militar, expulsa, demitida ou licenciada por força do Ato Institucional ou em virtude de sentença passada em julgado ou de decisão de autoridade competente, deixará a seus herdeiros a pensão correspondente, desde que, na data da expulsão, demissão ou licenciamento constasse ou conste cinco ou mais anos de serviço". O preceito, embora não tenha adequação perfeita a projeto que visa simplesmente a alterar disposição do Código de Vencimentos dos Militares, tem, evidentemente, por finalidade, estender às praças, alcançadas por medidas punitivas decorrentes do Ato Institucional, os benefícios que a lei recente conferiu aos servidores civis também punidos nos termos deste Ato.

Abstraido o aspecto da constitucionalidade deste artigo, oriundo de emenda da Câmara dos Deputados — aspecto que escapa à competência desta Comissão — a norma tem objetivo humanitário e tem em seu favor o princípio da equidade.

Em face do exposto, a Comissão dá parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 1º de junho de 1965. — Jefferson de Aguiar, Presidente em exercício; Mem de Sá, Relator; Antônio Carlos — Walfredo Gurgel — Lino de Mattos — Edmundo Levy.

Nº 684, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 73, de 1965.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

Na forma do artigo 4º do Ato Institucional, o Senhor Presidente da República assinou a apelação do Congresso o presente projeto, que da nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao artigo 16 da Lei número 4.328, de 20 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

II — O artigo 16, § 2º, da Lei número 4.328, de 20 de abril de 1964, tem esta redação:

"Art. 16. Ao completar um, dois, três, quatro, cinco, seis e sete quinquênios de efetivo serviço o militar fará jus à Gratificação de Tempo de Serviço de valor respectivamente igual a cinco, dez, quinze, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco por cento do soldo de seu posto ou graduação.

§ 1º

§ 2º Para a apuração do tempo de efetivo serviço computando o espaço de tempo contado dia a dia, a partir da data em que o militar, a qualquer título, passou a receber vencimentos militares, deduzidos os períodos não computáveis na forma do Estatuto dos Militares e desprezados os acréscimos previstos para a inatividade pela legislação vigente, exceto o tempo dobrado de serviço de campanha que é considerado de efetivo serviço".

O projeto em estudo redige assim seus § 2º:

"A contagem do tempo de efetivo serviço será feita em dias e o total apurado convertido em anos, sem arredondamento, deduzidos os períodos não computáveis na forma do Estatuto dos Militares e desprezados os acréscimos previstos para a inatividade pela legislação vigente, exceto o tempo dobrado de serviço de campanha, que é considerado de efetivo serviço".

Quanto ao § que se acrescenta ao artigo 16, é o seguinte:

"§ 4º Para os fins deste artigo, o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal prestado anteriormente à Lei nº 4.328, de 20 de abril de 1964, será considerado como efetivo serviço, não dando direito, entretanto, à percepção de atrasados".

A proposição dispõe, ainda (artigo 3º), que a praça, contribuinte obrigatória da pensão militar, expulsa, demitida ou licenciada por força do Ato Institucional ou em virtude de sentença passada em julgado ou de decisão de autoridade competente, deixará a seus herdeiros a pensão correspondente, desde que, na data da expulsão, demissão ou licenciamento, contasse ou conte 5 (cinco) ou mais anos de serviço.

III — O projeto está acompanhado de Exposição de Motivos do Estado Maior das Forças Armadas, que o justifica de maneira cabal e convincente, inclusive citando pronunciamento do Consultor Geral da República, favorável às medidas em exame.

A redação dada ao § 2º do artigo 16 torna-o, de um lado, bem mais explícito, e, de outro, acaba com uma omissão, pois, pela legislação em vigor, não se consigna, no caso, em favor do militar, o tempo de serviço público em geral, porém, tão somente, o de serviço militar.

Quanto ao parágrafo 4º, acrescentado ao mesmo artigo, contém, *mutatis mutandis*, o que está prescrito, para os servidores civis, no § 2º do artigo 10 da Lei número 4.345, de 23 de ju-

nho de 1964, que instituiu novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis da União. Ora, não devemos tratar diferentemente os servidores civis e militares, pois merecem igual tratamento dos poderes públicos.

IV — Relativamente à disposição do artigo 3º, figura-se igualmente merecedora de acolhida, por ser humana e justa.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente ao Projeto.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1965. — Argemiro de Figueiredo, Presidente; Lobão da Silveira, Relator; Mem de Sá — Eugênio Barros — Walfredo Gurgel — Pessoa de Queiroz — Antônio Jucá — Eurico Rezende.

## PARECERES

Ns. 685 e 686, de 1965

(Nº 685, de 1965)

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1965, (nº 2.743-B-65 — na Câmara), que dispõe sobre a alteração do artigo 7º da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, que trata do aforamento, pelo Poder Executivo, dos acrescidos de marinha resultantes de obras e dá outras providências.

Relator: Sr. Lino de Mattos

O Projeto em exame visa excluir das limitações do art. 7º da Lei número 3.421, de 10 de julho de 1958, os terrenos acrescidos de marinha destinados a instalação da Ishikawajima do Brasil — Estaleiros S. A.

A proposição foi encaminhada à consideração do Congresso Nacional, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, com a Mensagem nº 147, de 8 de abril de 1965, do Sr. Presidente da República.

O que realmente pretende o Executivo é dar configuração jurídica a uma situação de fato, pois, estando já os terrenos mencionados ocupados pela Ishikawajima, necessário se faz a autorização legislativa para que a transação se complete sem aranhões no que determina o parágrafo 1º do art. 7º, da Lei nº 3.421 citada.

Além do aspecto jurídico, podemos ainda resaltar que, como acentua a Exposição de Motivos, "a necessidade e conveniência de localização do estaleiro de grande porte — Ishikawajima do Brasil — Estaleiros S. A. — em determinada região, resultou de estudos preliminares realizados pelos Ministérios da Marinha e da Viação e Obras Públicas, através dos seus órgãos técnicos com o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (GEICON)".

Justa e oportuna nos seus dois aspectos, a proposição merece, por isso mesmo, nossa aprovação.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 1º de junho de 1965. — Jefferson de Aguiar, Presidente, em exercício — José Guimard, Relator — Lino de Mattos — Mem de Sá — Antônio Carlos — Edmundo Levi — Walfredo Gurgel.

Nº 686, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 67, de 1965.

Relator: Sr. Lobão da Silveira

O Projeto em exame, de iniciativa do Poder Executivo, visa a excluir das determinações do art. 7º, da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, os terrenos acrescidos de marinha, si-

tuados na Praia do Cajú, Estado da Guanabara, destinados às instalações da Ishikawajima do Brasil.

A Mensagem presidencial que enviou a matéria à consideração do Congresso Nacional está acompanhada da Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda, onde são dadas as razões que justificam e impõem mesmo a medida, única maneira de dar à transação garantia jurídica que a faça perfeita, diante das determinações legais vigentes — art. 7º da Lei nº 3.421, de 10.7.58 — que taxativamente a proíbem, sem as cautelas adotadas no presente projeto.

Como se evidencia do parecer do nobre Deputado Flaviano Ribeiro, relator da matéria na Comissão de Finanças, da Câmara, a cessão não foi gratuita, tendo a empresa pago o preço da avaliação realizada em conjunto pela APRJ, Departamento Nacional de Ferros, Rios e Canais e GEICON, sem infringência, portanto, do estipulado no parágrafo 2º, do art. 7º, da citada Lei número 3.421.

O que pretende, pois, o Projeto, é apenas excluir o ato da exigência da concorrência pública de que nos fala o parágrafo 1º, do art. 7º da mencionada Lei.

Assim, nada havendo, no âmbito de nossas atribuições, que possa obstaculizar a tramitação do Projeto, recomendamos sua aprovação.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1965. — Argemiro de Figueiredo, Presidente — Lobão da Silveira, Relator — Eugênio Barros — Walfredo Gurgel — Pessoa de Queiroz — Antônio Jucá — Mem de Sá — Eurico Rezende.

## PARECERES

Ns. 687 e 688, de 1965

Nº 687, de 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1965 (nº 2.700-B de 1965, na Casa de origem), que altera a Lei nº 2.743, de 6 de março de 1956, e cria a Campanha de Erradicação da Malária.

Relator: Sr. Ermirio de Moraes.

A malária, no Brasil, é uma doença que, segundo as estatísticas, mais se tem destacado, no tocante à morbidade e à letalidade.

Trata-se de um mal de caráter permanente, que se faz presente em 90% do território nacional.

Pelos efeitos que produz no indivíduo, enfraquecendo-lhes as energias físicas e inquietando-lhe o espírito, provoca um enorme desgastes econômico nas regiões em que se faz presente.

Além disso, a malária não afeta somente a saúde do brasileiro, mas a de outros povos, razão porque o Brasil assinou acordos internacionais comprometendo-se a cumprir a sua parte, no combate ao terrível flagelo.

Aliás, os demais países do continente já atingiram um avançado estágio em suas campanhas contra a malária, o que se deve ao fato de não havermos adotado, no caso, a decisão de enfrentar, com objetividade e racionalmente, o grande problema.

Ora, se o Brasil não tomar medidas indicadas, será perdido o esforço das outras nações, pois nenhuma ficará realmente livre da malária.

A questão é tão relevante que foi objeto do VI Informe da Comissão de Peritos em Malária, da Organização Mundial de Saúde, bem como de recomendações dos Ministros de Saúde, das Américas, reunidas em Washington, em 1963.

Admite-se, hoje, nos meios especializados, ser viável um programa de er-



radicação da malária, mas esse programa, para obter êxito, terá de ser precedido de uma complexa reorganização administrativa, pois em malariologia moderna não há lugar para improvisações.

De outro lado, não cabem hesitações, por motivo do vulto financeiro do empreendimento em foco, pois, em verdade, a erradicação efetiva da malária valerá, para o nosso país, como um fabuloso investimento.

Não é de hoje que os mesmos governos se preocupam com o problema, mas a verdade é que as providências até agora adotadas careceram de um embasamento legal capaz de permitir o desenvolvimento dos planos de trabalho com a indispensável autonomia executiva.

II — Citando todos esses fatos, o Ministro da Saúde, enviou Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da República, submetendo à sua apreciação um projeto de lei regulando, de maneira ampla e racional, o combate à malária.

O Chefe do Poder Executivo, concordando com o Titular da Pasta da Saúde, e usando das atribuições que lhe confere o artigo 4º, caput, do Ato Institucional, enviou ao Congresso o Projeto de lei, que, aprovado, na Câmara dos Deputados, com ligeiras modificações, é, agora, sujeito ao nosso exame.

III — O projeto, que altera a Lei nº 2.743, de 6 de março de 1956, cria (artigo 1º) no Ministério da Saúde, subordinada ao seu titular, a Campanha de Erradicação da Malária.

Essa Campanha (CEM) terá (artigo 2º) duração limitada, competindo-lhe preparar os planos de trabalho, a proposta orçamentária e o Plano de Aplicação dos recursos consignados no Orçamento da União, bem como realizar e promover, em todo o país, estudos e pesquisas, formação e treinamento de pessoal, viagens de estudo e de observação, etc.

Ficam extintos (artigo 3º), o Grupo de Trabalho e a Campanha de Controle e Erradicação da Malária, passando suas atribuições para a CEM.

Por outro lado, passarão à disposição da CEM (art. 4º) as dotações que anualmente figuram no Orçamento, destinadas para o combate à malária, bem como as contribuições em dinheiro, material ou equipamento que se obtenham de órgãos nacionais ou estrangeiros e, ainda, os fundos e demais contribuições que o serviço receba, na forma de cooperação, de autoridades locais, de empresas, ou de particulares.

As despesas com pessoal temporário, material, serviços de terceiros e outros encargos e vantagens devidas ao pessoal, correrão (art. 5º) à conta de dotação global, consignada especialmente à CEM, no orçamento federal.

Relativamente aos créditos orçamentários e adicionais, concedidos à CEM, serão (art. 6º) registrados pelo Tribunal de Contas, distribuídos ao Tesouro Nacional e depositados pelo Banco do Brasil, em conta especial, à disposição do Superintendente da Campanha.

A CEM realizará diretamente (art. 7º) a execução de serviços ou obras e a aquisição de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos seus trabalhos.

No tocante ao material e equipamentos, a serem importados para os trabalhos da CEM, serão (art. 8º) eles isentos de quaisquer taxas, além de impostos.

Para assessorar o Ministro da Saúde em tudo que se refira aos aspectos técnico-administrativos e operacionais do programa de combate à malária, fica criado (art. 9º) um Conselho Consultivo de Erradicação

da Malária, a ser constituído de figuras de expressão, sob a presidência do próprio Ministro (Art. 10).

A CEM (art. 11) compreenderá órgãos regionais, locais e de administração central e será dirigido (art. 12) por um Superintendente, o qual (art. 13) escolherá livremente os assessores técnicos, administrativos e jurídicos, os chefes de seções, de Coordenação e Setores.

Só poderá (art. 14) exercer cargo ou função técnica na CEM quem possuir cursos especializados no campo da malariologia, sendo que (artigo 15), aos servidores em exercício na CEM, serão concedidas as vantagens previstas em lei, inclusive, para o pessoal incumbido de tarefas fora da sede, diárias para indenização de despesas e pousada (art. 16).

Concluído o programa da CEM, com a erradicação da malária, o pessoal, materiais e equipamento a ela pertencentes serão aproveitados por outros órgãos integrantes do Ministério da Saúde (art. 17).

Será considerada de relevante interesse nacional (art. 18) a colaboração voluntária prestada pelos notificantes à CEM.

Finalmente, assina-se ao Poder Executivo (art. 19) o prazo de 120 dias para expedir o Regulamento da CEM e estende-se (art. 20) à mesma, no que couber, o Decreto-Lei nº 3.672, de 1º de outubro de 1941, que regula o regime de combate à malária em todo o país.

V — Como se verifica, a iniciativa governamental é das mais louáveis, merecendo, assim, o apoio de quantos se preocupam com os nossos problemas de base.

Quem conhece as zonas do interior de nossa terra onde existe a malária, compreenderá, com facilidade, o alcance das medidas consubstanciadas na proposição do Executivo, todas inspiradas no mais puro realismo.

VI — Parece-nos, contudo, que, em dois pontos, pelo menos, o projeto carece de reparos.

Em primeiro lugar, não concordamos com a redação dada pelo Substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados ao § 1º do art. 13.

A Campanha de Erradicação da Malária, criada para atender não só a necessidade imperiosa de extinguir tão terrível doença, presente em 86% da área nacional, como para cumprimento de acordos internacionais firmados com outros países do Continente que já alcançaram fases muito mais avançadas na luta contra a Malária, requer, de maneira incontestável, pessoal habilitado e capaz de realizá-las nas zonas mais afastadas e insólitadas do território brasileiro.

Tarefas tão árduas exigem a justa retribuição aos ingentes esforços, sacrificios e riscos a que se terá de expor o seu pessoal, "sem limitações de horário, pontos facultativos, domingos ou feriados", como bem salienta a Exposição de Motivos do Ministro da Saúde, em situações de trabalho inteiramente transitorias.

Impõe-se, portanto, como apoio necessário do Congresso Nacional ao projeto da Campanha de tamanha amplitude, a aprovação do dispositivo em referência, do projeto do Executivo, tal como proposto.

Em segundo lugar, cremos dever levar, na devida conta, que a Campanha de Erradicação da Malária (CEM), órgão de duração limitada, exercerá, no importante setor que lhe foi destinado, uma tarefa intensíssima e de alta responsabilidade, para a qual serão necessários recursos materiais e humanos de qualidade.

Órgão, assim, temporário, não seria aconselhável ao CEM dispor de um

corpo próprio de servidores, o que, de resto, contrariaria nossa sistemática administrativa, eis que seria inconcebível nomear-se funcionário para um órgão que desapareceria, uma vez cumpridas a sua missão.

Urge, assim, que se dê à CEM a faculdade de requisitar funcionários federais, para os seus serviços, bem como se lhe permita contar, neste setor, com a ajuda dos Estados, o que, de resto, está previsto no art. 18, § 3º, da Constituição.

VII — Diante do exposto, opinamos pela aprovação do projeto, com as seguintes emendas:

#### Emenda nº 1 — CPE

Dê-se ao § 1º do art. 13 a seguinte redação:

"§ 1º As funções de secretariado, de assessoramento técnico, administrativo e jurídico, de chefia de seções, setores e coordenações regionais, serão retribuídas com gratificação especial, proposta pelo Superintendente e aprovada pelo Ministro da Saúde".

#### Emenda nº 2 — CPE

Acrescente-se, no art. 3º, o seguinte:

"§ 3º Para a execução de suas tarefas, a Campanha de Erradicação da Malária poderá requisitar, para prestar-lhe serviços, em caráter temporário, funcionários de outras repartições federais, bem como poderá cometer, a funcionários estaduais, execução de seus serviços, nos termos da legislação em vigor".

Sala das Comissões, em 1º de junho de 1965. — Jefferson de Aguiar, Presidente — José Ermirio, Relator — Mem de Sá — Antônio Carlos — Lino de Mattos — Walfredo Gurgel — Edmundo Levi.

Nº 688, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1965.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

O presente projeto, de iniciativa do Poder Executivo, altera a Lei nº 2.743, de 6 de março de 1956, e cria, no Ministério da Saúde, a Campanha de Erradicação da Malária, subordinada ao titular daquela Pasta.

A mensagem presidencial que encaminha o projeto ao Congresso está acompanhada de longa e convincente Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Saúde, justificando as medidas propostas. Diz, em síntese, o Titular da Pasta da Saúde.

1) nenhuma doença se destaca tanto e tão perfeitamente quanto a malária;

2) o desgaste econômico sobre as regiões malarígenas é enorme, pouco podendo esperar-se da produtividade de uma região onde seus habitantes, ano a ano, sofrem os ataques e os efeitos debilitantes de uma doença altamente consuntiva, como a malária;

3) Além do aspecto nacional, tem o Brasil de encarar o aspecto internacional do problema, pois o nosso país é signatário de acordos internacionais através dos quais se comprometeu a organizar campanha contra a endemia, e, além disso, se não cumprirmos a nossa parte, a erradicação da malária nas Américas estará ameaçada de irremediável malogro;

4) a relevância da questão foi devidamente fixada pela Organização Museu de Saúde, através do VI Informe da sua Comissão de Peritos em Malária, e na Reunião de Ministros de Saúde das Américas realizada em Wa-

shington, em 1963, quando foram aprovadas diversas recomendações relativas ao combate à malária;

5) nos dias que correm, é perfeitamente viável, à luz do progresso técnico e científico, um programa eficiente de erradicação da malária, mas, para sua execução, faz-se mister complexa preparação administrativa, pois, em malariologia moderna, já não há lugar para devaneios nem improvisações;

6) o combate nacional à endemia demandará inversões de certa magnitude, mas erradicar malária, no Brasil, constitui investimento de inapreciável rentabilidade;

7) os governos anteriores consideraram, é certo, e problema, tomando diversas providências a respeito, mas sem uma base legal que permitisse desenvolver os planos de trabalho com a indispensável autonomia executiva, o que impediu maiores êxitos; e

8) o projeto em estado será capaz, pelas providências que propõe, de dar um alto grau de eficiência ao combate ao mal.

No tocante aos aspectos propriamente financeiros da proposição, vamos que seu Autor procurou ser o mais parcimonioso possível.

Assim, logo no § 1º do art. 3º, estabelece que a Campanha será executada por pessoal temporário, admitido dentro dos recursos próprios da Campanha e regido pelas leis trabalhistas e por funcionários do Ministério da Saúde. Já aí se vê um propósito de economizar, evitando-se maiores gastos com o pessoal.

No artigo 4º se determina que as dotações orçamentárias destinadas ao combate à malária passem à disposição orçamentária destinada ao combate à malária passem à disposição da CEM, à qual passarão, também, as contribuições em dinheiro, material ou equipamento obtidos de órgãos nacionais ou internacionais que cooperem com a Campanha, mediante convênio ou doações especiais. Pertencerão, ainda, à CEM, os fundos e demais contribuições que o serviço receba, na forma de cooperação, de autoridades locais, de empresas ou de particulares.

No artigo 5º dispõe-se que as despesas gerais com pessoal temporário, material, serviços de terceiros, outros encargos, bem como outras vantagens especiais devidas ao pessoal, correrão à conta de dotação global, consignada especificamente à Campanha de Erradicação da Malária, no Orçamento da União.

No artigo 6º se estabelece que os créditos orçamentários e adicionais, à Campanha de Erradicação da Malária, serão registrados pelo Tribunal de Contas da União, distribuídos ao Tesouro Nacional e depositados pelo Banco do Brasil, em conta especial, à disposição do Superintendente da Campanha, sendo que o saldo das dotações concedidas à CEM, verificado em 31 de dezembro do exercício a que se referir o orçamento, ficará em poder da citada Campanha.

São estas as principais disposições de natureza financeira constantes do projeto, e, como vimos, nada de extraordinário apresentam, parecendo-nos cercadas das necessárias cautelas, ou, se não, forem disciplinadas tendo-se em vista a situação do erário.

Ante o exposto, considerando o elevado alcance das providências em foco, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1965.

Argemiro de Figueiredo, Presidente, — Lobão da Silveira, Relator. — Mem de Sá — Eugenio Barros — Pessoa de Queiroz — Antonio Jucá — Walfredo Gurgel — Eurico Rezende.

## PARECER

Nº 639, de 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei número 2.751-3, de 1965, que modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino, de iniciativa do Senhor Presidente da República.

Relator: Sr. José Ernânio de Moraes.

Na forma do artigo 4º do Ato Institucional, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o presente Projeto, modificativo da legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

A medida objetiva criar condições para a melhoria do couro cru, uma vez que os métodos atuais existentes no país, estimados pelo Ministério da Agricultura em 800.000 couros, não encontram colocação nos mercados interno e externo por serem, em sua maior parte, de qualidade inferior.

Os órgãos governamentais encarregados do estudo do assunto chegaram à conclusão de que as marcas a fogo prejudicam altamente a qualidade do couro e, por via de consequência, o aumento da produção de couro inferior-prima. São, ainda, fatores negativos para a qualidade do couro os defeitos causados por parasitos, como o berne e o campato, bem como os cortes de carne farrapo.

A proposta está cumpridamente fundamentada, merecendo acolhida, nos seus próprios termos.

Opina-se, pois, pela sua aprovação.

São das Comissões, em 28 de maio de 1965. — Jefferson de Aguiar, Presidente em exercício. — Senador José Mariano de Moraes, Relator. — Walfrido Curcio. — Mem de Sá. — Antônio Carlos. — Lino de Mattos. — Máximo Leal.

## O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

## REQUERIMENTO

Nº 294, de 1965

Excellência Senhor Presidente do Senado Federal:

O abaixo assinado, tendo sido nomeado pelo Senhor Presidente da República como membro da Delegation do Brasil à Conferência Internacional do Trabalho, a se reunir em Genebra, em nos termos do art. 49, da Constituição Federal, requerer licença para que possa tornar efetiva aquela nomeação.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1965. — Vicente Benerra Neto.

Sr. Presidente,

O requerimento lido vai à Comissão de Relações Exteriores. (Pausa.)

Vão ser lidos vários requerimentos de informações.

São lidos os seguintes:

## REQUERIMENTO

Nº 295, de 1965

## O SR. PRESIDENTE:

Sr. Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — D. N. O. S. — se tem planos para dragagem do Rio Paqueta, nos trechos compre-

ditos pelas localidades de Bela Joana e Barro de São Francisco, no município de Sumidouro, Estado do Rio?

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

## REQUERIMENTO

Nº 296, de 1965

Sr. Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes — IAPC — porque o Instituto não está atendendo aos seus associados, necessitados da clínica cirúrgica, no município de Campos, Estado do Rio?

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

## REQUERIMENTO

Nº 297, de 1965

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

I — Discriminação das operações de venda de café brasileiro no mercado internacional, com a participação do Instituto Brasileiro do Café, desde que o Sr. Leônidas Bório assumiu a Presidência desta Organização, com o esclarecimento das seguintes itens:

II — Preço ajustado para a saca de café;

III — País a que se destinaria o café vendido pelo Brasil, através de cada operação;

IV — Se existe algum contrato de publicidade firmado entre o Instituto Brasileiro do Café e o cabaret parisiense Lido — para propaganda do café brasileiro — e, em caso afirmativo, quanto custa esse contrato, mensalmente, nos cofres do IBC, e se há, no caso, comissão paga a intermediários.

## Justificação

Fatos dos mais graves, relacionados com negócios escusos que o Instituto Brasileiro do Café estaria patrocinando na Europa, inclusive com a participação pessoal do seu Presidente, Senhor Leônidas Bório, vêm emergindo há dias, no noticiário da imprensa e reclamação simples esclarecimento à opinião pública.

Não endossamos tais fatos, mas, não obstante, achamos que o I. B. C. precisa derreter-lhos ou, então, reduzi-los às proporções reais.

A verdade é que o povo brasileiro está cansado de escândalos que envolvem o Autarquia do Café. Ainda agora estamos na expectativa da apuração em processamento do que se fez à sombra do IBC no período do Governo passado e é surpreendente que novos escândalos já estejam sendo anunciados na mesma área, como se não pudesse a Agência especializada do Governo brasileiro tratar de assuntos do café sem fazer concessões — inaceitáveis, afinal — à corrupção.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

## REQUERIMENTO

Nº 298, de 1965

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Exe-

cutivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — sobre os custos de transportes, nos serviços mantidos pela Superintendência dos Transportes na Baía de Guanabara, bem como as subvenções pagas em 1964 e até maio de 1965.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

## O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos lidos não dependem de discussão, nem de deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência. (Pausa)

Vai ser lido outro requerimento:

E' lido o seguinte:

## REQUERIMENTO

Nº 299, de 1965

Requero que na sessão de 11 do corrente — data do primeiro Centenário da Batalha de Rachiuelo — o expediente seja dedicado a recordar a página imorredoura da nossa Marinha de Guerra, num comóvido prelo da veneração à memória de Barroso e de seus comandados e de exaltação ao seu heroísmo, que corria de glórias imperecíveis a nossa Bandeira e de justo orgulho a nossa nacionalidade.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1965. — Vasconcelos Torres.

## O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Regulamento Interno, o requerimento será votado no final da Ordem do Dia. (Pausa)

Vai ser lido outro requerimento.

E' lido o seguinte:

## REQUERIMENTO

Nº 300, de 1965

Requero, regimentalmente, se ofício ao Sr. Ministro do Trabalho, a fim de informar quais as providências tomadas para instalação de um "Pósto do SANEU" em São Fidélis, Estado do Rio.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1965. — Acácio Sicilabrac.

## O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido, não depende de apolamento, discussão e deliberação do Plenário. Será, depois de publicado, despachado pela Presidência. (Pausa)

Há, ainda, outro requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

## REQUERIMENTO

Nº 301, de 1965

Requero do Senado as homenagens devidas à memória de um grande brasileiro que se chamou Carlos Cirilo Júnior, alta expressão de intelectualidade e de civismo, nobre exemplo de homem público, que soube servir ao país com raro brilho e com acendrado patriotismo em atos e honrosos postos:

— a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo seu falecimento;

— a apresentação de condolências à família e ao Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1965. — Benedito Valladares — Lino de Mattos — Miguel Couto — Vasconcelos Torres — Padre Calzans — Filinto Muller.

## O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido não depende de apolamento, nem de discussão, mas de votação, podendo falar, no encaminhamento dos mesmos, os Srs. Senadores que o desejarem.

## O SR. BENEDITO VALLADARES:

Sr. Presidente peço a palavra.

## O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Benedito Valladares.

## O SR. BENEDITO VALLADARES:

(Lê o seguinte discurso).

(Para encaminhar a votação — Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, de São Paulo, chega-nos a triste notícia do falecimento de Carlos Cirilo Júnior. Constituinte, Líder, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro de Estado e Embaixador, Estado e Embaixador. Estas altas posições, entretanto, não acrescentaram nada a sua personalidade de elite.

Figura singular a de Cirilo Júnior. Na nossa lembrança, seu nome é sempre despido dos títulos, dos cargos importantes que ocupou. Restando a de homem bom, íntegro, sincero, culto e de excepcional inteligência. O agente tem vontade de citar La Bruyère: "Le sort est embarrassé de sa personne; le fait à l'air libre et assuré; le mérite a de la pudeur". Mas ele não nos ouve mais; sua voz emudeceu para sempre — Voz que de uma luta se alçou na Câmara dos Deputados em defesa do Partido Social Democrático, que ajudou a fundar, mantendo-se na Vice-Presidência.

Na Presidência da Câmara, na liderança da maioria, seus discursos passaram sempre alto a favor dos postulados democráticos. Ao de posar, disse Carlos Júnior:

A Câmara, como órgão da soberania nacional, caminha paralelo aos outros poderes, na execução da vontade do Nação, expressa pelo voto.

Dirigida, por entre as dificuldades parciais, so e possível a quem que, cuja atitude se é justa e não se enoca na posição de um magistrado de honra e pundonor. Seria como onde quer que haja um magistrado, a justiça deve ser como queria Ruy Barbosa, "mais alta que a dorça dos reis e tão pura quanto o, eprós dos santos", porque se assim não for, alicava o Mestre incomparável, "nossa forma de governo fica sendo a expressão mais anárquica das tiranias de facções desenfreadas".

No regime representativo, o povo é, ao mesmo tempo, juiz e acusado. Respeçemo-lo!

Assim falava o Estadista cuja memória o Senado, hoje, reverencia. E por muitas vezes se expressam comovidos seus companheiros do Partido Social Democrático. (Muito bem.)

## O SR. PADRE CALZANS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

## O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra, para encaminhamento da votação do requerimento, o nobre Senador Padre Calzans.

## O SR. PADRE CALZANS:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nobres Senhores Senadores, Dom Columba Marbion, num livro que se fez calce pelo valor ideológico e pelo pensamento cristão, abrindo uma de suas conferências, aquela que diz respeito a Deus e a vida sobrenatural, assim a inicia: "A morte não fazia parte do plano de Deus; a morte só entrou na linha, na

plano de economia divina como estí-  
pendio, como fruto do pecado. Sen-  
do o pecado a negação da vida, gerou,  
por força de fecundidade aniquiladora,  
o mistério da morte." Daí deriva  
toda o intenso e maravilhoso plano da  
redenção em que o Filho de Deus re-  
deceu, no tempo, a carne do homem e  
a resgata. Resgata os crimes, o que  
levou o grande Apóstolo da genti-  
lidade a dizer: "Mors, ubi est victoria tua?  
Mors, unde est tua victoria?"

Mas, desde aqueles primeiros dias  
em que a morte apareceu no tempo  
como o primeiro golpe que caiu sobre  
o solo enlutado, ela trouxe o  
mistério de arrependimento, de desamparo,  
de desespero e de aniquilamento. Não  
foam apenas os olhos de Adão e de  
Eva que se encheram de pavor e de  
tristeza diante do mistério da morte,  
a própria Escritura nos revela que  
Raquel, a grande figura bíblica,  
venha mortos seus descendentes, não  
achava consolo e andava pelos cam-  
pos desolados, com os seus olhos co-  
bertos de tristeza e de lágrimas "por-  
que os meus já não existem mais".

Sr. Presidente, nobres Senhores Se-  
nadores, nestes dois últimos anos, o  
ano da morte roubou, principalmente,  
da vida pública do Estado de São  
Paulo, algumas figuras eminentes de  
homens públicos.

Marcelo Jander, grande democrata,  
eminente orador, grande advogado e  
que tanto servira àquela terra, viu  
chegar o termo da sua existência.

Valdemar Ferreira, mestre eminente  
de Direito, grande figura de democrata,  
homem de Estado, grande defensor  
das liberdades públicas, também desa-  
pareceu.

Antonio Sampaio Dória, mestre ala-  
grano que se radicou em São Paulo,  
cujas vida fecunda, pelo ensino, pela  
teatralidade, pela dedicação às causas  
públicas, com sua morte deixou po-  
nendo vestro de lembranças e de  
exemplos.

A noite de 31 de maio anunciava,  
Sr. Presidente, nobres Senadores, que  
mais uma figura de político, de ho-  
mem público, entregava também sua  
alma a Deus: o Embaixador Carlos  
Chilo Júnior.

Em 1930, ele foi, veio jorém para  
São Paulo, onde se radicou. Estudou  
Direito na tradicional Faculdade do  
Largo de São Francisco. Formando-  
se em Direito, advogou na Capital do  
Estado e ao lado de Cavellio e de  
Marcelo Júnior, tornou-se como que  
um dos principais do Foro da Capital  
paulista, no crime. Hermita, fez a  
companhia de Hermes e, nessa época,  
ingressou na vida pública. Mais tarde,  
marcou para o Partido Republicano  
Paulista, ao lado de Silvio Campos.  
Ativo político no primeiro Distrito  
Federal.

Foi eleito, então, deputado estadual.  
Nessa época, foi atingido pela revolu-  
ção, pelo movimento de 1930, perma-  
necendo algum tempo afastado da  
vida política.

Com o movimento de 32, enfileiro-  
u-se entre aqueles que lutavam para dar  
à Nação uma Constituição e, com o  
insucesso das armas constitucionalis-  
tas, foi deportado para Portugal, se-  
guindo o caminho do exílio ao lado  
de outros republicanos.

Retornou mais tarde de Portugal e,  
quando veio sobre o Brasil o golpe de  
1937, foi nomeado membro do Conselho  
Federal de Administração do Estado  
de São Paulo.

Foi eleito Constituinte e em 1946, sen-  
do reeleito deputado federal por São  
Paulo em mais de uma legislatura.  
Foi Líder do Governo e Presidente da  
Câmara durante dois anos, na primei-  
ra legislatura, no Governo do Presi-  
dente Marechal Eurico Dutra.

Não conseguindo mais ser reeleito  
deputado federal, foi nomeado Emba-  
xador do Brasil na Bélgica, em cuja  
Chancelaria serviu durante quatro  
anos.

Retornou ao Brasil, ao seio da sua  
família e dos seus amigos, onde a  
morte foi apanhá-lo na noite de 31  
de maio último.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Per-  
mite V. Exa. uma aparte?

O SR. PADRE CALAZANS — Tem  
V. Exa. o aparte.

O Sr. Aloysio de Carvalho — De-  
pois que V. Exa. faz incluída na sua  
nobreza o apelo à solidariedade do  
Partido Libertador com os sentimen-  
tos de São Paulo pela perda do Em-  
baixador Chilo Júnior, a quem pos-  
suímos por suas muitas qualidades  
acreditado por uma qualidade que se  
tema cada vez mais rara na política  
brasileira: um dos homens de boas  
memórias que já passaram pela vida  
pública brasileira.

O SR. PADRE CALAZANS —  
Agradeço o aparte de V. Exa. e aces-  
sório ao meu discurso a homenagem  
que o Partido de V. Exa. presta ao Em-  
baixador Carlos Chilo Júnior.

O Sr. Ray Carneiro — Permite V.  
Exa. uma aparte?

O SR. PADRE CALAZANS — Com  
muito prazer.

O Sr. Ray Carneiro — No momento  
em que V. Exa. está falando, como ilus-  
tre representante de São Paulo, para  
prestar uma homenagem ao Emba-  
xador Chilo Júnior, muito embora o  
meu Partido já se tenha feito repre-  
sentar pela voz do Senador Benedito  
Valladares, quero, pessoalmente, em  
nome da Paraíba, tender homenagem  
especial a aquele que, como Presidente  
do P.S.D., além de todas essas qua-  
lidades excepcionais que o Senador  
Benedito Valladares apresentou ao  
Senado e V. Exa. ressaltou, agora, com  
tanto brilho, tinha esta, excepcional-  
mente um homem aglutinador tendo  
tido como escolhido para representar o  
Brasil como Embaixador, porque ti-  
nha todos os requisitos para isto.  
Constatamos todos os liderados do seu  
Partido com bondade e inteligência,  
como fazem os grandes líderes. Este  
era o apelo de solidariedade que que-  
ria dar ao brilhante discurso que V.  
Exa. está pronunciando.

O SR. PADRE CALAZANS — Agra-  
deço o aparte de V. Exa.

O Sr. Miguel Couto — Permite V.  
Exa. uma aparte? Assentimento do or-  
ador. — Estou ouvindo, com atenção,  
o discurso de V. Exa. e tive a honra  
e o prazer de ser liderado por Chilo  
Júnior.

Acompanhei de perto sua intelligen-  
cia durante. Como bem disse o no-  
bre colega, tinha um grande poder  
de aglutinação. Desempenhou, no ce-  
nário político nacional, um grande  
papel. Os melhores serviços deve o  
Brasil a esse grande paulista, que de-  
ixa boa saúde. Associe-me, de  
coração, ao pesar que V. Exa. manifes-  
ta.

O SR. PADRE CALAZANS — Agra-  
deço também ao nobre Senador pelo  
Rio de Janeiro, por essas palavras elo-  
giosas à memória do Embaixador  
Chilo Júnior, acrescentadas ao meu dis-  
curso.

O Sr. Barros de Carvalho — Permi-  
te V. Exa. uma aparte? Assentimento  
do orador. ...

Sr. Senador, em nome do Partido  
Liberalista Brasileiro, da sua Ban-  
cada, no Senado, associe-me às honra-  
rarias que V. Exa. e, também, o Sr.  
Senador Benedito Valladares, pres-  
tam, à memória do saudoso Deputado  
e Embaixador Chilo Júnior. Acompan-  
hando as palavras de V. Exa., senti  
aumentar minha saudade de Chilo  
Júnior. Convivi com ele naquele Câ-  
mara tumultuada. Vi-o Líder da ban-  
cada: vi-o Presidente do Partido; vi-o  
companheiro, como bem salientou o  
nobre Senador Aloysio de Carvalho,  
atencioso, delicado, educado. Vi-o,

mais tarde, como Embaixador do Bra-  
sil na Bélgica. Com ele convivi, com-  
preendendo melhor a educação primorosa  
que recebeu, a sua maneira de  
receber, de tratar e de viver. O Parti-  
do Social Democrático, seção de São  
Paulo, a que ele pertenceu profun-  
damente a vida inteira, está repleto  
de póstumos pelo desaparecimento do  
indivíduo político paulista. Associe-  
me aos sentimentos de V. Exa. e do  
Senado, em nome do meu Partido, e  
concordo com todas as homenagens  
que foram prestadas ao grande polí-  
tico paulista.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite  
V. Exa. uma aparte? Assentimento do  
orador. — A voz do PTB se faz ou-  
vir pelo seu Líder. V. Exa. vai par-  
tir, porém, que eu não vou um lado  
da personalidade daquele que, neste  
instante, V. Exa. apresenta, com o  
apelo de todo o Senado. É a  
universidade, o espírito de uma ci-  
dadão que, tendo uma legítima parti-  
dária, impõe-se no cenário de seus  
adversários políticos. V. Exa. fala  
como paulista, e um paulista que, no  
campo político estadual, era adver-  
sário político-partidário do Sr. Chilo  
Júnior. E eu não não como fluminense,  
mas como brasileiro, para ressaltar  
a expressão da homenagem que  
V. Exa. presta a um dos maiores ho-  
mens públicos que o Brasil conheceu,  
nesses últimos tempos. As legendas,  
as letras partidárias, felizmente, não  
impedem se reconheça o valor do ho-  
mem de cultura, do homem de gran-  
de atividade política.

Prestando esta homenagem, V. Exa.  
revela que Chilo Júnior não se ci-  
cunscureceu apenas ao círculo restrito  
de atividade político-partidária no  
Estado de São Paulo, mas ultrapas-  
sou as fronteiras tornando-se uma das  
melhores figuras da vida política bra-  
sileira. Conheci-o de perto. Ministro  
da Justiça, Embaixador, Presidente de  
Partido, com uma grande tolerância  
e capacidade de ouvir, com uma in-  
teligência brilhante aliada a uma ca-  
pacidade invejável de trabalho, sou-  
be fazer com que seu desaparecimento  
servisse, como está servindo, no  
momento, de pretexto para que, não  
apenas um Partido e um Estado la-  
mentassem o seu desaparecimento,  
mas toda a vida política brasileira,  
que perdeu, de fato, um dos seus ele-  
mentos mais expressivos.

O SR. PADRE CALAZANS —  
Agradeço a V. Exa., bem como ao  
Senador por Pernambuco, Barros Car-  
valho, as palavras de solidariedade às  
homenagens que presto à memória de  
Chilo Júnior.

Sr. Presidente, nobres Senadores,  
muitos são os traços de realce da  
personalidade de Chilo Júnior. A sua  
cultura, a sua inteligência, a sua de-  
dicação à Pátria, a força e o brilho  
de sua eloquência merecem destaque  
mas, entre todas essas virtudes, uma  
como bem apontaram os Senadores  
Aloysio de Carvalho, do Partido Li-  
bertador, e Benedito Valladares, se  
destaca: a grandeza do seu caráter,  
a bondade dos seus gestos, o carinho  
com que tratava todos aqueles que  
dele se aproximavam.

Pela força de sua eloquência, pelo  
brilho da sua cultura, pelos serviços  
que prestou à Nação, conquistou Chilo  
Júnior a sociedade de São Paulo,  
servindo ao seu povo e ao Brasil.

Srs. Senadores, por delegação do  
meu líder, Senador Daniel Krieger e  
como Senador por São Paulo, levanto,  
neste momento, a minha voz para  
render homenagem à memória desse  
vulto que desaparece. A morte —  
repto — não aceita consolo; é dura  
e áspere, é forte demais. Seu consó-  
lo está no próprio mistério da reden-  
ção, na ressurreição.

O Sr. Mello Braga — V. Exa. per-  
mite uma aparte?

O SR. PADRE CALAZANS —  
Com muito prazer.

O Sr. Mello Braga — Associe-me à  
manifestação de pesar de V. Exa.,  
pelo desaparecimento da ilustre pa-  
ranaense, meu conatadano, nascido  
na mesma cidade que me serviu de  
berço, Curitiba. Migo ainda, trans-  
firi-me para São Paulo, onde tanto  
brilhou. Constituinte e Presidente da  
Câmara dos Senhores Deputados, ja-  
mais deixou de render seus elevados  
contributos jurídicos. Deixou de  
um grande coração e capacidade de  
compromisso sempre soube, de manei-  
ra clara, resolver os problemas do  
Estado. As palavras de V. Exa. as-  
socio a minha, para homenagem  
justa, em memória de Carlos  
Chilo Júnior.

O SR. PADRE CALAZANS —  
Agradeço o aparte do nobre colega  
que relevo como homenagem não  
apenas de V. Exa., a Chilo Júnior,  
mas a terra que lhe serviu de ber-  
ço, o Paraná.

Sr. Presidente, o único consolo que  
a morte pode trazer é a convicção  
clara, de que, um dia, essa vida res-  
surta na glória e esplendor da  
glória.

Que Deus tenha nas suas mãos a  
alma e o coração daquele que tanto  
serviu ao Brasil, que tanto honrou a  
sua pátria, e o seu povo. (Muito  
bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação  
o Requerimento.

Os Srs. que o aprovam qualram  
permanecer sentados. (Pausa).

O requerimento foi aprovado.

A Mesa associa-se às justas e me-  
ritadas homenagens que acabam de  
ser prestadas a memória do Doutor  
Carlos Chilo Júnior, grande político,  
embaixador e nobre advogado, cuja  
passagem pela vida pública do Bra-  
sil deixou rastros de sua que ser-  
vam de exemplo aos moços do nosso  
país.

A Mesa fará cumprir a deliberação  
do Pleno, dando ciência à família  
do ilustre morto das homenagens que,  
à sua memória foram aqui prestadas.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presi-  
dência declara, hoje, as seguintes re-  
querimentos de informações apresen-  
tados ontem: números 189 a 190, de  
autoridade do Sr. Senador Vasconcelos  
Torres; e 251 de autoridade do Sr. Se-  
nador Aarão Sant'Anna.

Ha credores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Vas-  
concelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Le o seguinte discurso) — Senhor  
Presidente — Senhores Senadores,  
venho hoje a tratar, nesta Casa, dos  
graves desajustamentos que ora can-  
gam a constituição da agro-indústria  
aparecida no Estado do Rio de Ja-  
neiro ...

Pago-o, Senhor Presidente, posuan-  
do na situação atual em que se en-  
contra 12.000 produtores e torne-  
dores de cana, bem como cerca de  
100.000 assalariados e suas famílias,  
e, de certo modo, compreendendo ainda  
a ameaça mais ampla, que atinge a  
qualidade da produção de uma  
região de meu Estado — a do Muni-  
cípio de Campos — onde esta concen-  
trada a parte maior do que constitui  
o potencial açucareiro fluminense e  
onde, também, toda a economia está  
praticamente vinculada à agro-indús-  
tria do açúcar.

É, portanto, em jogo, Senhor Pre-  
sidente, reclamando urgentes provi-  
dências das autoridades federais, o in-  
teresse humano de uma coletividade  
inteira ...

Trata-se de um interesse importan-  
te, respeitabilíssimo, Senhor Presiden-



te e que justifica, não apenas o apelo que irei formular para que algumas providências energéticas e diretas sejam tomadas em diversos setores governamentais — mas, justifica, igualmente, a localização da problemática da agro-indústria do açúcar existente no Brasil de um ponto de vista que não se relacione, apenas, com as graves implicações da transitória conjuntura presente.

Só em termos de equacionamento global, com a objetivação de uma política de soluções racionais, sem insinuações que não sejam as de atender à nação brasileira na sua unidade — Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e todos os demais Estados da Federação em cujos territórios existem canaviais e usinas de açúcar, logrará superar os constantes desequilíbrios que perturbam a agro-indústria açucareira instalada em suas áreas...

E, assim, ao contrário do que hoje acontece, terão nessa agro-indústria, um fator de estabilidade social e econômica das respectivas comunidades e um elemento acelerador do progresso e do enriquecimento do país...

O problema da agro-indústria açucareira, Senhor Presidente, como qualquer outro, inserido na faixa de uma economia nacional, deve ser identificado e analisado, pelo menos sob dois diferentes ângulos: o conjuntural e o estrutural.

Na análise, o aspecto conjuntural tem, por motivos óbvios, prioridade para a nossa tomada de posição em face de todo o problema — e é, exatamente, com o emprego de medidas de curto prazo que anulamos ou amenizamos as crises, e ganhamos o indispensável tempo para o emprego das soluções de longo prazo, com vistas à correção definitiva do desfecho estrutural.

Infelizmente, com relação ao que se passa no setor açucareiro, tanto quanto o que também ocorre nos demais setores da economia do país, temos dado ênfase demasiada à apreciação das situações conjunturais, com o paralelo e sistemático desprezo pelo que se refere à deficiência estrutural...

Esse procedimento, cabe frisar, está na perfeita linha das condutas lógicas, porque o Brasil permaneceu até agora, numa fase de desenvolvimento cultural em que pouco difundidas e empregadas eram as técnicas de análise e de planejamento, decorrentes da teoria das ciências sociais. Sem alternativa, pois, para um tratamento técnico dos problemas, apelávamos, invariavelmente, para as soluções de alibei, para as improvisações protetórias, que só não levaram a economia do país a um desastre definitivo — porque a própria dinâmica de nosso crescimento demográfico, aliada ao imenso potencial de riquezas naturais de que dispomos, ia determinando, ao longo do tempo, a neutralização progressiva dos erros cometidos...

Agora, todavia, atingimos a uma fase de nosso processo nacional, rumo a uma posição de objetividade, de racionalidade e de maturidade, face aos interesses do país, que não mais se justifica prosseguir no tratamento empírico dos desajustes, antigos ou novos, registrados no largo painel da vida brasileira...

Nesta ordem de idéias, Senhor Presidente, passo a uma breve exposição do que ocorre no quadro da agro-indústria do açúcar no Estado do Rio de Janeiro, como preâmbulo a considerações outras, que também desenvolverei, sobre as deficiências estruturais dessa mesma agro-indústria.

Senhor Presidente, vou mostrar o quadro negro da crise campista utilizando-me, em grande parte, de uma impressionante prova documental.

Trinta e sete localidades da Baixada Campista, onde se localizam as plantações de cana-de-açúcar do Estado do Rio, ficaram isoladas do resto do Estado, em consequência das inundações provocadas pelo entupimento de canais que margeiam a Lagoa Feia.

Um levantamento feito pela Prefeitura de Campos indica que o número de desempregados na lavoura canavieira é de 40 mil e a Associação dos Plantadores de Cana estimou em Cr\$ 3 bilhões os prejuízos com a destruição dos canaviais e mais Cr\$ 2 bilhões com a inundação das áreas dedicadas à lavoura branca.

Os plantadores de cana e os lavradores, através de suas entidades de classe e de parlamentares, requereram moratória ao Governo da União e estão tentando obter financiamento a longo prazo, para retazerem as suas plantações.

A inundação atingiu as principais áreas de cultivo da cana, próximas à Lagoa Feia — quase a metade da Baía de Guanabara — que transbordou do seu leito com o entupimento do Canal das Flexas, impedindo o escoamento para o oceano das águas de 15 rios e riachos que nela desembocam.

A Baixada Campista representa a metade do território de Campos — Município de tamanho três vezes superior ao do Estado da Guanabara e abrange, ainda, dez localidades do Município de São João da Barra, a saber: Cazumbá, Corrego Fundo, Marrecas, Assu, Bajuru, Campos de Areia, Água Preta, Salgado, Pipeiras e São Martinho.

Em Conceição de Macabu e Macaé municípios vizinhos de Campos, também chove insistentemente há trinta dias, inundando o Distrito de Triunfo, que fica entre as montanhas e o mar e está isolado do resto do Estado. Na sede da pequena cidade, cuja economia se escuda na agropecuária, as chuvas têm sido intensas. As autoridades locais ainda não obtiveram os medicamentos e auxílios de máquinas rodoviárias, solicitados ao Estado.

A estimativa da atual safra de açúcar de Campos era de 2,5 milhões de toneladas, das quais uma grande parte foi considerada destruída pelas enchentes e os plantadores disseram não ter grandes esperanças de salvar o resto. A cana, com três meses de vida, começou a rachar em toda a região, depois da inundação dos canaviais. A Cooperativa dos Usineiros revelou que parte da maquinaria das dezesseis usinas de Campos está, por outro lado, ameaçada pela infiltração permanente das águas.

Os prejuízos são divididos entre os plantadores de cana — que fornecem o produto às usinas — e, entre estas mesmas, que também mantêm plantações em fazendas próprias. Além da destruição da plantação, as águas impediram o aproveitamento da soca o que atrasará, pelo menos por dois anos, o florescimento de uma nova cultura, pois as sementeiras gastam este espaço de tempo para crescer.

A pouca cana que ainda poderia ser salva está ameaçada por falta de estradas para escoamento: os carros, arrastados por bois, não conseguem vencer a lama e as estradas alagadas de barro batido, que formam o obsoleto sistema de vias de comunicações do município.

Os técnicos do IAA informam que o grau de sacarose da cana não atingida pelas águas, caiu em 60%. Em consequência, um carro de cana não dá agora para refinar um saco de açúcar, quando em situações normais proporciona 150 quilos do produto.

Nas estradas alagadas ou tomadas pela lama, formam-se legiões de la-

vradores desempregados, que aguardam os poucos passantes para pedir alimentos. Na Estrada da Pataca, que conduz ao Distrito de Tocos, a água já invadiu os casebres que se situam às margens dos canaviais e as crianças já começam a apresentar os primeiros sinais de epidemias.

As autoridades municipais recebem que a estagnação das águas provoque uma epidemia de tifo e difteria. As mulheres dentro da água tomada pelo lodo de vinhoto despejado nos canais de irrigação entupidos pelas usinas, são as mais prováveis vítimas de moléstias. Elas — às vezes com o auxílio dos filhos menores — colaboram com os maridos no corte da cana.

Para agravar os problemas surgidos com as inundações, as usinas voltaram a lançar o vinhoto — uma substância que sai da cana, depois de refinada, como uma matéria espumosa e de um cheiro insuportável — ao longo dos rios e da Lagoa Feia, provocando a morte do gado e epidemias que tendem a se propagar por todo o município.

Os campistas lamentam, noutro ângulo do problema a previsão feita pelo Coordenador do Racionamento de Energia, Almirante Miguel Magaldi que, visitando Campos em 1964, disse na Câmara dos Vereadores que "1965 será o ano da esperança para Campos, pois a estiagem coincidirá com a época da colheita". Mesmo inundada, a Baixa Campista continua a "valer ouro", como dizem os plantadores que, mesmo enfrentando os rigores das enchentes, recusam propostas para venda de um alqueire de terra por Cr\$ 10 milhões, no mínimo. Esperam que a situação melhore. Num alqueire de terra, o proprietário consegue 400 carros de cana, por ano, totalizando 600 toneladas. Cada carro é vendido por Cr\$ 11 mil e dá para refinar dois sacos e meio de açúcar.

As terras de Campos foram valorizadas em 1940, quando o então Presidente Vargas mandou construir canais de irrigação e outros de escoamento das águas da Lagoa Feia. O Governo da União, na época, construiu a Destilaria Central de Martins Laje — a maior da América do Sul — que aproveita o melão da maioria das usinas que não dispõem de maquinaria para fabricar álcool.

Sobrevoando a grande região assolada, que vai até São João da Barra, o quadro que se vê é desolador: são imensas áreas abandonadas, casebres submersos e homens, mulheres e crianças à espera das providências que não chegam. A Secretaria de Saúde do Estado não enviou, ainda, como prometeu, suas turmas de médicos e enfermeiros para vacinar a população flagelada, havendo ameaça de epidemia de tifo.

Duas das 16 usinas de açúcar de Campos, a Santo Antônio e a de Tocos, anunciaram que não poderão iniciar o refino do produto porque as águas das enchentes infiltraram-se em suas caldeiras. A usina de Balxa Grande, por sua vez, além deste problema, luta com o da infiltração da água em seus tonéis de melão.

Campos, que nesta época do ano podia ser vista como uma imensa pradaria, pois de seus 4.407 km<sup>2</sup>, quase a metade é ocupada por plantações de cana, apresenta hoje um aspecto desolador. O verde das plantações, que parecia um grande braço de mar, foi substituído pelos tendões arroxeados que anunciam que a cana rachou e que a safra de açúcar de 1965 está seriamente ameaçada.

Desta maneira, para amenizar a situação, Campos precisa urgentemente de um prazo mais curto para a conclusão dos trabalhos de limpeza dos canais obstruídos; auxílio federal, nunca inferior a 10 bilhões, para o plantio de novas sementeiras de cana; dilatação dos prazos de vencimentos dos empréstimos contraídos pelos usineiros e plantadores, junto aos estabelecimentos oficiais de crê-

dito; vacinação urgente, pela Secretaria de Saúde, da população da região flagelada e responsabilidade formal das usinas que atiram vinhoto nos canais, ameaçando a saúde da população e a vida dos animais.

Sou sabedor, Senhor Presidente, de que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento iniciou há poucos dias, em ritmo forçado de trabalho, com o emprêgo de 8 dragas e de cento e cinquenta homens, a dragagem do Canal das Flexas — que assegura a comunicação da Lagoa Feia com o mar, bem como de outros rios, que, hoje obstruídos, vem provocando as inundações.

Abro um parêntesis para salientar o gesto do Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez Távora, que, procurando por mim a fim de tratar deste assunto, com a honestidade que o caracteriza, levantou os dados de ontem, num gesto de profunda boa vontade para a solução do problema que a Baixada Campista está vivendo, veio até aqui, na minha bancada, e me ofereceu os elementos diretamente obtidos. Quero neste instante ressaltar a atitude impecável do Marechal Juarez Távora, que atendeu aos apelos que lhe foram formulados.

Aqui tenho, Sr. Presidente, a própria cópia dos telex que S. Exa. enviou ao Diretor Geral do DNOCs, Dr. Celso Bienrebach de Castro, em que dá conta de todas as providências tomadas, dizendo:

(Lendo):

A situação atual é provocada por excesso de pluviosidade na região que encontrou alguns canais com atraso de limpeza e conservação devido a rescisão de contrato com o empreiteiro no início deste ano, apesar das providências imediatas para a adjudicação dos serviços por coleta de preços, esse atraso não foi totalmente recuperado.

As estradas da região canavieira, em virtude da situação topográfica e sem revestimento algum, foram bastante prejudicadas, impedindo a maior movimentação dos recursos mecânicos.

O equipamento de emergência foi concentrado na zona crítica: uma draga flutuante na boca da Lagoa Feia, três dragas terrestres trabalhando na limpeza e desobstrução do Canal Flexa, sangradouro da Lagoa Feia, duas dragas gradal próprias para a limpeza de rios e canais em caminho para os Canais dos Tocos e de Coqueiros. O Canal de São Bento deverá ter seus trabalhos de limpeza concluídos esta semana. Foram concentrados também cerca de duzentos homens nessa equipe de emergência. Informo ainda que estão atualmente na região de Campos, em trabalho, mais vinte e seis dragas terrestres que poderão completar o equipamento de emergência na zona crítica logo que a situação da estrada seja favorável.

Urgentíssimo

Gab. Diretor Geral DNOS RIO GB — Telex Nº 40-1-6-65.

Dr. Celso Bierrenbach de Castro.

Chefe do Gabinete Ministro Viação.

Brasília — DF.

Em complemento Telex nº 33, solicito encaminhar Sr. Ministro informações sobre obras básicas realizadas pelo DNOS, no Município de Campos, a fim de servir subsídios sua informação congresso:

1 — Defesa completa cidade de Campos contra as inundações do



Rio Paraíba (construção do dique do longo de 50 Km. e do cais da Lapa);

2 — Na Região Rural do Município de Campos (Bacia de Lagoa Feia e seus Tributários) mais de 300 Km. de canais principais dragados sem contar os secundários, o que permitiu extraordinário aproveitamento de terras superiores a 6.000 (seis) mil alqueiras.

3 — Construção do grande canal da Fleixa, Sangradouro da Lagoa Feia com 13 Km. de extensão e 80 metros de largura, obra chave que permitiu regularização do regime lagoa e saneamento de seus tributários.

Cordiais saudações — Eduardo Pacadas — Chefe Gabinete DNOS. Me telex me foi entregue, repito pessoalmente pelo Sr. Ministro Juarez Távora, e quando agradecei este gesto de solidariedade e compreensão, responde-me S. Exa. que nada me tinha a agradecer. Tratava-se da produção de um Estado, que estava ameaçada, de um serviço federal que precisava ser mantido, malgrado fatores climáticos haverem determinado, por algum tempo, interrupção de suas atividades.

Resalto minha posição de independência ao elogiar, neste passo, o Senhor Ministro Juarez Távora, porque várias vezes critiquei a atuação de S. Exa., principalmente com referência à supressão de ramais ferroviários. Ontem, S. Exa. teve esse gesto nobre, e cumpre fazer-lhe justiça.

Incorpore, portanto, esses dois textos ao texto do meu discurso, para que sejam publicados e assim exalta a atitude corretíssima e impecável do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

Prosseguo no meu discurso, Sr. Presidente.

(Lendo) — Mas, o trabalho a executar é imenso e são pequenos os recursos mobilizados. A Baixada Campestre é uma das regiões do Brasil, e mesmo do mundo, onde existe maior número de lagoas e de cursos d'água, de diferentes proporções, na faixa de uma área geográfica relativamente limitada. "Finlândia Fluminense" chamou-a, por isso mesmo, com bastante propriedade, o cientista Alberto Ribeiro Lamego, que estudou a região — como ninguém mais o fez, até hoje — num livro admirável que se chama "O Homem e o Brejo".

E, assim sendo, segundo aliás o próprio depoimento insuspeto do engenheiro-chefe do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Senhor Correia Lima, a conclusão dos serviços em processamento, mantendo-se o número de máquinas e de homens até agora empregados para realizá-los — vai demorar pelo menos dez meses...

Senhor Presidente, não sei das exatas razões que levam o Senhor Ministro da Viação — em cuja área ministerial está o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — a manter-se indiferente à sorte de uma população inteira e a uma situação que afeta, profundamente, a economia de um Estado da Federação...

É possível que falem recursos orçamentários para a ação maciça e urgente que se faz necessária, para que o Ministério da Viação e Obras Públicas, na parte que lhe toca, pressente o restabelecimento da normalidade nesse pedaço do Brasil a que nos estamos referindo...

Mas, não devem prevalecer critérios de economia, acho eu, quando existem homens, mulheres e crianças,

aos milhares, ilhados, famintos e já ameaçados a esta altura pelo fantasma das epidemias...

Se não existem recursos ordinários com os quais enfrentar o problema — o Governo que peça, sem perda de tempo, os indispensáveis recursos extraordinários para fazer o que precisa ser feito. O Congresso, por certo, não negará agora, como nunca negou em outros casos semelhantes, a sua colaboração e o seu apoio, para que uma população que trabalha e que produz não seja sacrificada.

Que tudo isso, entretanto, não demore, insisto, Senhor Presidente, porque estamos em face do drama de uma população que precisa não dizer de ajuda, mas de justiça!

As providências a serem dadas a curto prazo, na zona campestre assolada pelas águas não se limitam à desobstrução de rios. Há outras medidas a tomar, como fizeti em seu discurso, nesta Casa, em 27 de abril último.

Disse eu, então, que se impunha o reaparelhamento das estradas de toda a região, transformadas em um só e imenso atoleiro com a grande queda pluviométrica dos 10 últimos meses — a maior dos últimos 20 anos.

Como outra medida necessária, apontei o reexame e reformulação da incidência e cobrança de tributos estaduais, inclusive muitas relativas a débitos do último exercício.

E, finalmente, sugeri, também, maior assistência financeira e técnica por parte do poder público da União, devendo-se mesmo cogitar, imediatamente, da diversificação das atividades agrícolas a fim de que a região venha a ter uma melhor redistribuição de riquezas.

Sr. Presidente, chego neste ponto, à segunda parte de minhas considerações, passando a considerar o problema da agro-indústria açucareira na sua dimensão estrutural.

Tenho necessidade de fazer breve incursão no histórico do assunto...

O ano de 1929 marcou, como ninguém ignora, a maior crise econômico-financeira, que abalou a sociedade capitalista, desde que ela se constituiu, ao longo do século XIX, e passou a funcionar com um sistema próprio de valores e de objetivos.

Estaria, talvez, a humanidade des-preparada para essa economia de produção em massa, cuja estabilidade repousava e repousa em intensificar, em diversificar, e em acelerar a comercialização da produção. Mas, para que o processo não sofresse solução de continuidade, era preciso que, paralelamente à produção, crescesse o consumo...

Todavia, Senhor Presidente, para que o consumo crescesse, dentro e fora dos países desenvolvidos, seria preciso que um número de pessoas cada vez maior passasse a usufruir rendimentos que permitissem elevar o respectivo nível de vida e, *ipso facto*, a capacidade de consumir.

Mas aí, precisamente, evidenciou-se uma das falhas do sistema capitalista, pelo menos na linha em que esse sistema funcionou até a eclosão da Primeira Guerra.

O empresário capitalista programou a produção tendo em vista, exclusivamente a meta dos lucros altos, sem pensar em criar os mercados de consumo para tornar viáveis e duradouros esses lucros.

ao Olongo de 5 Km. aliada moite daquele em que se estabeleceu o magistério de solidariedade e copremente Vição.

O SR. PRESIDENTE — (Nogueira da Gama) — Lembro ao nobre Senador que está o esgotar-se o tempo

de que dispunha, restando apenas alguns minutos para que conclua sua brilhante oração.

O SR. VASCONCELLOS TORRES — Concluirei, Senhor Presidente.

(Lendo)

Essa criação de mercado teria de ser feita através de reformas sociais que visassem a melhor distribuição da renda entre toda a população ativa, bem como a objetivação, pelos Governos, de um programa de obras públicas, de modo a eliminar o desemprego, e a fome.

Externamente — refiro-me ao que os países desenvolvidos deveriam fazer, de dentro para fora — o caminho a seguir era o da ajuda técnica e financeira aos países subdesenvolvidos, para que todas as populações do mundo tivessem razoável poder aquisitivo e pudessem consumir o que as fábricas produziam.

Mas, a sociedade capitalista opunha-se, pela própria filosofia inicial do sistema, à idéia dessas reformas na área interna dos respectivos países e, muito mais ainda, à idéia de que atenderia ao próprio objetivo da prosperidade do sistema, o desenvolvimento de um programa de ajuda externa, técnica e financeira, aos países da baixa renda per capita.

Foi preciso que um teórico genial da Economia chamado Lord Keynes equacionasse o problema do ângulo novo, sugerindo as soluções a serem experimentadas — e que um estadista não menos genial, chamado Franklin Delano Roosevelt aplicasse no seu país — enfrentando grandes resistências, assinale-se — a política revolucionária do New Deal — para que as coisas comesçassem a mudar em toda parte...

Para que, inclusive, viéssemos a possuir no Brasil, com a ajuda americana, a Usina Siderúrgica de Volta Redonda...

Perdoem os Senhores Senadores a digressão longa sobre a crise de 29 e seus efeitos, mas, a alusão a tais fatos é, no meu entender, necessária, para compreendermos o que se passou no Brasil nos anos 30, a começar pela derrubada do velho regime político e a ascensão de Getúlio Vargas ao Poder.

Ante o quadro de uma nação em desordem cujas populações começavam a aglomerar-se, ociosas, nas cidades, reclamando o lugar a que se julgavam com direito na vida econômica, social e política do país — decidiu o Governo tentar a reformulação da economia do país, salvando o que podia ser salvo e garantindo as condições de sobrevivência para um povo que começava a expandir-se em volume e a concentrar-se em limitadas áreas geográficas.

Decidiu-se, sem alternativa à vista, pela implantação de organismos destinados a tutelar os diversos setores da economia e, entre eles, estaria o Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 1939.

Estávamos, entretanto, despreparados nessa época, como, de certo modo ainda estamos hoje, para as tarefas do planejamento. E a política posta em prática pelo Instituto do Açúcar e do Alcool — que continuou sendo fundamentalmente a mesma, até hoje seria uma política paternalista, orientada para atenuar a pressão dos problemas existentes e, não, para corrigir ou eliminar em definitivo as distorções.

Vou ser mais claro, Senhor Presidente, embora nessa crítica a um Organismo, não esteja pretendendo incluir, indiscriminadamente, todos os dirigentes aos quais ele esteve entregue, até o presente momento; alguns desses dirigentes são autênticos pa-

triotas que fizeram o que puderam fazer, mas, que não tiveram meios para reformular a própria linha de ação básica do Instituto...

O quadro da agro-indústria açucareira na época em que entrou em cena o Instituto do Açúcar e do Alcool incluía a existência de duas concentrações principais da produção, no Nordeste e no Estado do Rio, além de uma produção de menor importância, localizada em outros diferentes zonas do país.

A produtividade das usinas, tanto no Nordeste como no Estado do Rio era baixa, mas, o problema do Nordeste era mais sério do que o fluminense, porque o volume de produção era, ali, maior, e estava o açúcar produzido bem mais distantes dos grandes mercados consumidores do país, tendo seu preço de venda, portanto, sobrecarregado pelo ônus do transporte. E transporte precário, como todos nós sabemos.

O Instituto do Açúcar e do Alcool adotou então o recurso simplista de remediar a falta de condições competitivas do açúcar do Nordeste, subsidiando-o e garantindo sua colocação nos mercados de consumo.

É evidente que a medida seria inatacável, se empregada em caráter transitório — para garantir uma recuperação da indústria, a longo prazo, beneficiando o país — mas, estava errada, como os fatos vieram a provar, desde que adotada, como aconteceu, de forma permanente.

Segura, pois, das condições de sobrevivência e sem meios e estímulos, de outro lado, para tratar do reaparelhamento das fábricas, a indústria açucareira do Nordeste continuou a movimentar as velhas máquinas e a produzir, de uma forma anti-econômica, açúcar que teria preço e mercado certos, qualquer que fosse seu custo de produção. E a indústria açucareira nordestina sempre foi assistida, também, pelas diferentes agências governamentais, para a obtenção do indispensável capital de giro — o que não se pode dizer que venha acontecendo, pelo menos na mesma proporção, no Estado do Rio.

Permitiu-se, aliás, não apenas que usinas de precária produtividade continuassem funcionando, tanto no Nordeste como no Estado do Rio — como, também houve e continua havendo, completa indiferença do Instituto do Açúcar, para o fato de algumas dessas fábricas manterem ociosas parte da respectiva capacidade de produção, porque, pela má localização, elas não dispõem de áreas de plantio de cana, próprias ou alheias, que forneçam matéria-prima suficiente às suas moendas.

De outro lado, perdem-se numerosos resíduos no processo industrial, porque o Instituto do Açúcar não empreendeu, até agora, a boa política de orientar e estimular as empresas para que viessem a produzir, além do açúcar, outros diferentes produtos industriais derivados cana.

Na região campestre, por exemplo, houve três iniciativas para diversificar a produção industrial derivada da cana duas fábricas de papel de bagaço de cana e uma de produtos químicos, à base de álcool e melão.

Uma das fábricas de papel foi marcada, desde sua origem, pela sombra que envolve e compromete os negócios excusos. Mas, a segunda fábrica de papel, situada na localidade de Baixa Grande, bem como a de produtos químicos, situada em Conceição de Macabu, implantadas graças ao pioneirismo respeitável de dois usineiros locais, não tiveram o sucesso econômico que poderiam ter alcançado — e seus fundadores foram levados a aliená-las a empresas de fora — porque não encontraram no Ins-

Instituto do Açúcar e do Alcool ou em qualquer outra agência governamental especializada, a assistência financeira de que careciam para consolidar as referidas indústrias.

Na faixa deste comentário sobre a diversificação da produção derivada da cana de açúcar, observarei que até mesmo o vinhoto — hoje, um verdadeiro problema nas regiões açucareiras, pois, com a falta de produção das águas em que é atrito pelos usinários — até mesmo vinhoto, repito, poderia ser utilizado, estudada que viesse a ser a conveniente tecnologia para isso, como matéria prima para a obtenção de fertilizantes — de que tanta carece a agricultura nacional.

Cabe a esta altura, Senhor Presidente, apontar para que este pensamento se identifique a linha do pensamento que estou procurando expor, a reformulação de uma pergunta:

Que explicação pode ser dada para essa orientação adotada desde sua fundação pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, de manter a estrutura arcaica da agro-indústria açucareira, fato de que resulta ser o açúcar produzido em todos os Estados do Brasil, menos São Paulo, um produto gravoso?

A explicação, Senhor Presidente, como já acentuei em outra parte deste discurso, prende-se em primeiro lugar à nossa incapacidade, ainda subsistente, para as tarefas de planejamento técnico. E, em segundo lugar, considerando-se, por exemplo, particularmente a inexistência de um programa de progressiva concentração industrial, com a eliminação das fábricas de baixa produtividade e até sem cana suficiente para moer — a explicação que cabe dar é que, na lógica do Estado paternalista, nenhuma de suas agências deve contrariar interesses das oligarquias tradicionais...

(Campanhia). — Encerro, Sr. Presidente. (Lendo).

E acabar com algumas usinas de açúcar, sem dúvida, atendendo a objetivos de racionalização da produção significaria, tanto ontem como hoje, contrariar o interesse e a validade de grupos oligárquicos ainda muito importantes no painel social, inclusive pela força política de que dispõem.

Da minha parte, acho que o Estado — nenhum Estado sobre a face da terra — não tem compromissos específicos com determinadas classes ou grupos, mas, sim, com a nação inteira, com o interesse público, que, exatamente conceituado, deve ser o justificador e o inspirador da ação governamental, principalmente no plano econômico.

Mas, volto ao fio de minhas considerações e focalizo outros pontos criticáveis da ação do Instituto do Açúcar e do Alcool. Um deles, reside na participação da autarquia na Cia. Usinas Nacionais, onde detém 70% das ações.

Trata-se de uma organização industrial para o refino do açúcar, com instalações industriais na Guanabara, no Estado do Rio e em São Paulo, onde campeia empreguismo desenfreado, com um custo de produção altamente onerado por esse mesmo motivo e que força, assim, com o endosso do Instituto do Açúcar, a manutenção de um preço elevado para o açúcar refinado, contra a vontade e o interesse competitivo das refinarias particulares que podem vender o produto por mais, exercendo, portanto, a dita Cia. de Usinas Nacionais, ação nociva aos interesses do consumidor.

Mas, o Instituto do Açúcar e do Alcool malbarata recursos também em outras direções...

Há alguns anos atrás, talvez inspirado por uma boa intenção, mas, como sempre, por fora de qualquer planejamento econômico, deliberou o Instituto investir vultosos e preciosos recursos na construção de 5 destilarias centrais, para aproveitar a parcela de melão não-industrializada das usinas, transformando-o em álcool.

A localização das refinarias, porém, obedeceu a critérios políticos e o que aconteceu é que elas foram construídas em pontos do Território Nacional em que não havia excesso de melão disponível, pelo menos para que viessem a funcionar com o pleno aproveitamento da capacidade de produção de suas instalações.

E' o resultado inevitável, que poderá ser constatado por quem quiser fazê-lo, foi o completo fracasso industrial das vistas fábricas — fracasso pesadíssimo para os cofres do Instituto — transformadas em simples enfeites da paisagem, com o único mérito de garantir meio de vida a algumas centenas de empregados, nas suas partes administrativas e industriais.

A Destilaria Central de Martins Lage, localizada na zona canavieira campista — para citar um fato concreto — industrializa melão apenas na base de *quarenta por cento* da capacidade de produção de suas máquinas. Isso quer dizer que ela tem *sessenta por cento* de capacidade ociosa!

Encerro, Sr. Presidente (Lendo).

Em toda a ação desenvolvida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, desde sua criação em 1939, creio que o único ponto alto, a única iniciativa que merece realmente elogios, é o Estatuto da Lavoura Canavieira, documento elaborado sob a supervisão do Instituto, e posto em vigor através do Decreto-Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941.

Sr. Presidente vou passar às considerações conclusivas, certo de que já ultrapassei, at agora, o justo limite de tempo em que devem ser proferidos os discursos parlamentares. V. Exa. cumpre o seu dever, acionando a campanha, e eu cumprio o meu, a exemplo dos outros, que também às vezes ultrapassam tempo regulamentar.

Vou encerrar.

(Lendo):

Havia ditado antigo — com frases agudas de alito e de choque — entre as usinas e os fornecedores de cana, em torno dos preços e das cotas de cana que as moendas das fábricas deveriam receber. Os usineiros tendiam a avultar os preços da matéria prima, confiantes na limitada capacidade de resistência financeira dos agricultores. E estes, naturalmente, não se conformavam com a espoliação.

Ara preciso, pois, firmar através de um documento básico, direitos e deveres de usineiros e fornecedores de cana, nas suas relações econômicas, e o Estatuto formalizou esse *modus vivendi*, indispensável à paz social nas regiões açucareiras.

Mas, até mesmo esse Estatuto — sem prejuízo do valor que a ele atribuímos — está carecendo há muito tempo de uma reformulação.

O Estatuto, tal qual se apresenta, limita-se a regular determinado tipo de relação entre apenas duas figuras do elenco social das zonas canavieiras: *usineiros* e *fornecedores de cana*. Mas, ignora a existência dos trabalhadores do campo, desses humildes assalariados que lavras a terra com a enxada e cortam cana, cujo trabalho — prestamos a eles a homenagem desse reconhecimento!

representa a base em que se assenta o processo inteiro de produção do açúcar.

Vou repetir palavras de um estudo do assunto, Sr. Wilson Carneiro, que através de um longo trabalho publicado na imprensa, assim opinou sobre a modificação que cumpre fazer no Estatuto:

"Tal reformulação deverá inserir-se dentro do quadro geral de uma reforma agrária que se volte igualmente para a força de trabalho, visando a dar-lhe condições econômicas mais adequadas. Deverá igualmente, ter em mira a produtividade social do setor açucareiro, fortalecendo a organização cooperativista e as associações clásticas em geral. Somente, assim, poderá transformar-se de um instrumento de conciliação de interesses entre usineiros e fornecedores, para fortalecimento dessas categorias sociais em detrimento das demais, em instrumento que vise realmente ao interesse de todas as categorias sociais que atuam no setor.

Modificar o que não operou, acrescentar novos dispositivos visando garantir também o adreito e a representação da força de trabalho, corrigir os valores das taxas e multas previstas mediante tributação *ad-valorem* deverão constituir as metas principais da reformulação, para torná-lo mais consentâneo com a realidade presente. Por outro lado, a integração do Estatuto da Lavoura Canavieira nos preceitos da Lei de Reforma Agrária fortalecerá sem dúvida a solução setorial da agro-indústria canavieira, a qual deverá ter o preço da cana produzida tecnicamente apurado, a fim de que se fixe o preço final válido para o açúcar produzido. O preço vertical para a cana-de-açúcar, posta no campo, deverá constituir o critério técnico mais compatível para o setor.

O Estatuto reformulado deverá ter caráter dinâmico e basear-se em mecanismo inteligente, através do qual se possa atualizar no tempo e a medida em que as mutações sociais forem ocorrendo no setor canavieiro. Dar sentido científico ao novo instrumento deverá constituir uma preocupação do governo, para que ao invés de se condicionar o fato sócio-econômico ao fato jurídico (como ocorreu no passado) proceda-se exatamente de modo inverso."

Senhor Presidente e Senhores Senadores, vou passar às considerações conclusivas, certos de que já ultrapassei, até agora, os justos limites de tempo em que devem caber os discursos parlamentares...

O quadro da indústria açucareira do Brasil, adquiriu dimensões novas. Enquanto permaneceram em funcionamento as usinas obsoletas e de baixa produtividade do Nordeste e do Estado do Rio — porque o Instituto, como vimos, não programou e não mobilizou elementos financeiros e técnicos para tornar possível a modernização delas — desenvolveu-se no Estado de São Paulo, como mostrei em meu discurso sobre o assunto, pronunciado dias atrás nesta Casa, uma pujante indústria açucareira...

Indústria magnificamente aparelhada, funcionando em regime de alta produtividade, capaz de fornecer, já na próxima safra, de 40 a 45 milhões de sacas.

Mas, os preços do açúcar para o consumidor não podem baixar, porque existe a contingência de subsidiar a produção açucareira das outras áreas do país, dentro do objetivo, defensável, afinal, desde que exista o problema, de evitar a crise econômica e social que adviria nessas áreas, no momento em que não houvesse mais mercado para os milhões de sacas de açúcar produzidas em suas usinas.

Senhor Presidente. Temos, no Brasil, condições potenciais de consumo de açúcar, imensamente grandes. Talvez nem mesmo 40, dos 80 milhões de brasileiros sejam, do momento, consumidores de açúcar, na escala em que os nutricionistas consideram necessária a injeção diária desse alimento. Existe, inclusive, uma parcela da população do país que não consome qualquer quantidade de açúcar, usando — quando usa — o mel de abelhas e a rapadura, como adoçantes.

Assim, o desenvolvimento econômico garantindo a elevação do nível de vida das populações, criarão, um dia, fabulosa demanda para o açúcar que pudermos produzir.

Mas, não basta essa certeza de que teremos, talvez, já em 1970, consumo anual para 100 milhões, ou mais, de sacas de açúcar.

O que importa — dentro da conceituação do interesse público que julgo ser a de todos, nesta Casa — é que no dia em que o mercado interno estiver absorvendo 100 milhões de sacas de açúcar, as regiões até agora tradicionalmente voltadas para o plantio e moagem da cana, como o Estado do Rio, o Nordeste e o Recôncavo Baiano, possam beneficiar-se tanto quanto São Paulo, da situação nova, elevando a sua renda, e distribuindo-a bem, através de todas as classes sociais.

Devo lembrar que tanto no que se refere ao Estado do Rio, como com relação a Bahia e ao Nordeste existe um fator novo, altamente positivo, para favorecer a recuperação dos respectivos parques industriais açucareiros.

Refiro-me ao bom encaminhamento em que se encontra a solução para o problema da energia elétrica, permitindo em futuro próximo a completa substituição da lenha — cada vez mais rara — e do óleo diesel — cada vez mais caro — pela força elétrica, abundante e barata, originária de Paulo Afonso, de Furnas e da futura usina de Rosal.

Urge, pois, Senhor Presidente, traçar os rumos, programar uma política e objetivá-la tendo em vista dar condições de prosperidade e de sobrevivência à toda a agro-indústria açucareira, sediada nos diferentes Estados da Federação.

Não quero entrar, em profundidade, no terreno dessa programação que se impõe, porque acho tratar-se de uma tarefa para técnicos que disponham de toda a massa de informações necessárias a trabalho dessa ordem. Mesmo assim, todavia, desejo alinhar algumas sugestões que, talvez, possam ser reexaminadas e adotadas pelos técnicos aos quais vier a ser confiada a missão de equacionar o assunto.

A primeira dessas sugestões, Senhor Presidente, encerrando uma ideia que considero fundamental, é a da imediata transformação do Instituto do Açúcar e do Alcool em Banco do Açúcar. Um banco sem política, sem burocracia e sem empreguismo.

Seria um Banco destinado a operar em financiamento da produção agrícola e industrial e, também, através da ação de departamento especializado, voltado para o estudo e para o financiamento de projetos de desenvolvimento econômico relacionados com a agro-indústria do açúcar nos diferentes pontos do Território Nacional em que ela é assinalada.

Entre outras vantagens que vejo na criação desse estabelecimento bancário, cujo capital poderia ser formado através de dotações orçamentárias suaves e de taxas do açúcar hoje aproveitadas para outros fins de importância discutível — seria o de liberar o Poder Público do atendimento

Os frequentes problemas financeiros que emergem, como agora está acontecendo, no quadro da agro-indústria açucareira.

Existe no Estado do Rio, Senhor Presidente, a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana. Essa Associação além de manter bem aparelhado hospital na cidade de Campos, mantém desde 1959, sedando na mesma cidade, um Banco que assiste financeiramente, no limite do possível, aos lavradores de cana.

Pois bem. Tem sido tão proveitosa a ação desse Banco, no desempenho da sua missão econômico-social, que vejo nesse estabelecimento bom exemplo a ser limitado — com recursos maiores e finalidades mais amplas — dentro de um novo programa nacional que venha a ser traçado para reformular a indústria açucareira.

A segunda sugestão que desejo fazer é quanto à necessidade de maior dinamismo, de maiores recursos, de mais presença, enfim, do Ministério da Agricultura na assistência técnica e material às lavouras de cana.

Na Estação Experimental da Cana de Açúcar instalada em Campos, mal aparelhada e sem verbas, um técnico abnegado e competente, o engenheiro agrônomo Frederico Veiga, vem presidiendo de uma forma quase hercúlea, serviços inestimáveis à lavoura canavieira da região e do Brasil, com os seus estudos de genética da cana de açúcar, selecionando variedades capazes de assegurar melhor rendimento. E até mesmo a países estrangeiros a Estação Experimental de Campos tem prestado sua valiosa colaboração.

Mas, onde vemos apenas a dedicação e o patriotismo de um homem — gostaríamos de ver a presença efetiva e ativa de um Ministério, infelizmente omissa, apagado, burocratizado, filho pobre que é do orçamento da República — esse Ministério da Agricultura em boa hora criado nos primórdios da República, por um campeão, o Presidente Nilo Peçanha.

A verdade é que há muito o que fazer nas antigas regiões açucareiras do país — para racionalizar o trabalho e melhorar o rendimento das terras — no que se refere à irrigação, ao emprego de fertilizantes, à mecanização e ao uso de melhores variedades de cana.

Também o Ministério da Viação, não pode omitir-se nas regiões açucareiras transformando sua presença — como está acontecendo agora — em fato episódico, extraordinário e ainda mesmo assim, em escala insuficiente para resolver os problemas.

Em vez de construir rodovias nos desertos e de arrancar trilhos de Estrada de Ferro em regiões povoadas — seria melhor que o Ministério da Viação concentrasse atenções e recursos para que não chegasse a ocorrer em zonas de agricultura intensa a obstrução de rios com todas as suas consequências, como está acontecendo na Baixada Campista.

O que se perdeu ou o que se vai perder ainda em consequência dessa enchente — será infinitamente mais do que aquilo que custaria uma vigilância constante do Departamento Nacional de Obras e Saneamento sobre o vazamento dos canais e dos rios da região.

Outra providência que julgo necessária é o reequipamento das usinas, reduzidas, progressivamente, em número, tendo em vista a formação de Centrais com áreas agrícolas necessárias ao máximo aproveitamento da capacidade de produção de suas máquinas.

Paralelamente a essa última medida, insisto também na conveniência de eliminar os resíduos decorrentes da produção do açúcar, com o aproveitamento integral da cana. O que, em outras palavras, significa promo-

ver a diversificação do parque industrial cuja matéria prima é a cana de açúcar.

Sugiro ainda, para terminar, Senhor Presidente, a necessidade de um incentivo às lavouras de subsistência das regiões açucareiras, de modo a libertá-las da aquisição de gêneros alimentícios em regiões distantes, melhorando-se desse modo as condições gerais de sua economia.

E, finalmente, observo a imperiosa necessidade de adaptar a estrutura educacional implantada nas regiões açucareiras, de forma a identificar o educando ali recrutado tanto quanto possível às peculiaridades econômicas regionais. Na linha dessa orientação, devem ser criadas, sem perda de tempo, as universidades técnicas, formadoras dos profissionais de nível médio e superior de que tanto carecem hoje as zonas canavieiras do Estado do Rio e do Nordeste para encontrar, sem a problemática e ineficiente tutela técnica do Estado, solução adequada aos problemas regionais.

São estas, Senhor Presidente, as modestas sugestões que faço, os objetivos maiores que aponto, no resumo de um possível esforço que se decida empreender, para que lavradores de cana, usineiros e todos os brasileiros consumidores de açúcar possam certificar-se, amanhã, de que não mais há exploradores nem explorados, em qualquer sentido, no quadro da economia açucareira do país onde os velhos desajustamentos foram de vez eliminados — dando lugar a soluções racionais que refletem o interesse público e a própria grandeza da Civilização Brasileira. *Muito bem; muito bem. Palmeira*

#### O SR. PRESIDENTE:

*(Nogueira da Gama)* — Tem a palavra o nobre Senador Miguel Couto, nos termos do art. 163, § 2º do Regulamento Interno.

#### O SR. MIGUEL COUTO:

*(Lê o seguinte discurso)* — Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante vários anos, acompanhei, estarecido, nos Municípios da Baixada Fluminense, as endemias da malária, alarmantes na sua marcha crescente.

Terras magníficas, de grande produtividade, eram abandonadas devido ao flagelo do grande mal, que afetava as regiões malarígenas os proprietários das fazendas, seus capatazes e mesmo os pobres colonos que viam diariamente baquear famílias inteiras, roubando vidas preciosas.

A engenharia sanitária, os meios profiláticos e os tratamentos da época eram impotentes para enfrentar com sucesso o mal devastador.

Conseguiu-se debelar esse estado calamitoso no bereméjio Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, quando surgiram, como que por milagre, duas novas armas poderosas para combater o impudismo: o tratamento e a cura rápida pelo "alarem", e o combate eficiente e decisivo ao mosquito transmissor pelo DDT, os quais possibilitaram exterminar a nefasta endemia.

Como presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, participei do ato inaugural simbólico dessa campanha, realizando no Município de Magé, esporgindo as primeiras casas com o salvador inseticida — o dietil-dimetil-tricloroetano. Presidiu ao histórico acontecimento o clarividente Ministro Clemente Mariani, assistido pelo notável sanitário Mário Pinetti, que então chefiava o Serviço Nacional de Malária.

Nessa oportunidade, verão de 1946, conhecendo eu em profundidade, como professor de doenças tropicais, todos os estudos e o valor dessas duas novas e

poderosas armas, capazes de enfrentar com sucesso a malária, afirmei, em discurso que então proferi, que se poderia assegurar, desde logo e antecipadamente, que, se ao Governo fossem assegurados os recursos necessários e houvesse perseverança e continuidade, indispensáveis no combate que ali se iniciava contra a malária, estaria vitoriosa essa salvadora cruzada contra o fantasma avassalador das populações rurais — o Plasmodium Falciparum.

E, de fato, uma campanha perseverante se foi desenvolvendo, libertando os Municípios de Maré, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Macaé, e, por fim, toda a Baixada Fluminense. Uma verdadeira metamorfose se operou nessas regiões malarígenas, já quase totalmente abandonadas. Os fazendeiros voltaram às suas propriedades, capatazes e colonos sadios e confiantes retornaram ao trabalho, revivificando os campos e as lavouras. Surgia uma era nova.

Sr. Presidente, Da passagem, e fazendo história da malária, devemos recordar a calamitosa epidemia de 1939, verificada no nordeste brasileiro, produzida pelo "anopheles gambiæ", introduzido no Brasil através dos aviões providos da África. E o faço para salientar o mérito dos nossos sanitaristas, com Manoel Ferreira à frente, que corajosamente conseguiram limitar o mal à região invadida erradicando-o depois totalmente, quando ainda não se dispunha do precioso DDT.

No Brasil, em 1946, se estimava em mais de 7 milhões o número de pessoas acometidas de malária, com milhares de baixas, atingindo principalmente as crianças, comprometendo assim até as futuras gerações brasileiras. A área malarígena correspondia a cerca de 50% do nosso território.

Nesse ano, o Serviço Nacional de Malária, com o tratamento dos doentes pelo alarem e pelo efeito surpreendente do DDT que, espargido pelas paredes, nelas fixava o efeito tóxico sobre os mosquitos por mais de seis meses, conseguiu vencer a malária no Estado do Rio de Janeiro, foco dos males graves, e depois, por igual, nos demais Estados da Federação.

Ficou assim cabalmente demonstrada a eficácia total dos modernos meios de profilaxia e combate à malária. Mas sentia-se, como eu havia previsto, a necessidade imperativa e inadiável de prosseguir-se sem desfalecimentos na campanha encetada, para promover a erradicação total da doença.

Surgiram, mais tarde, os Decretos números 43.174, de 1958, instituindo a "Campanha de Erradicação da Malária", e 50.925, de 1961, ampliando as providências contidas naquele Decreto.

Foram alcançados os melhores resultados, sem, contudo, poder exterminar-se alguns focos rebeldes, observados no próprio Estado do Rio, onde sempre estiveram atentos os nossos sanitaristas.

Sr. Presidente, Com alta clarividência e grande senso de responsabilidade, vem agora o benemérito Governo do Marechal Humberto Castello Branco de enviar ao Congresso a Mensagem número 102, propondo ao Poder Legislativo as mais amplas medidas para o definitivo extermínio do impudismo e de todos os seus veículos.

Procura o Projeto do atual Governo oferecer prioritariamente não somente os recursos necessários, mas também ampla autonomia técnica e administrativa à Campanha de Erradicação da Malária.

O Sr. Antônio Jucá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MIGUEL COUTO -- Com muita honra.

O Sr. Antônio Jucá -- Estou acompanhando, com vivo interesse, o brilhante discurso de V. Exa. Pedi este aparte para dar meu apoio a V. Exa. ao trazer palavras de encomio ao projeto do Sr. Presidente da República que procura articular melhormente e, sobretudo, fazer atuar mais a fundo a Campanha Contra a Malária. O ilustre Senador tem razão, aqui o ali, um tanto frouxamente sobre a erradicação da malária mas só a *razão d'oiseau*. Em verdade, o que se quer, é o controle da moléstia, porquanto, infelizmente, no Brasil ainda não conseguimos e nem conseguiremos, em tempo próximo, erradicar a malária em parte alguma. Queremos e controlamos o mal porque é um dos maiores flagelos da humanidade, pois além de diluir a atividade de trabalho do homem, ceifa milhares de vidas. Houve tempo em que a malária chegava a matar um milhão de pessoas por ano. E digo de todo o louvor, de todo o apoio e de todo o aplauso o discurso que V. Exa. vem fazendo, procurando estimular a campanha de controle do mal para que, em algum dia possamos erradicá-la totalmente do quadro nosológico brasileiro. Por enquanto, devemos combatê-lo por meio desses dois processos, realmente, da maior relevância: o DDT, contra o vetor e o araim no homem doente, quebrando e contornando o ciclo do malarismo e, dessa maneira, debelando-o e, sobretudo, acentuando, como o fez V. Exa., a necessidade de ser continuado este trabalho para que cheguemos à sua erradicação total.

O SR. MIGUEL COUTO -- Agradeço o precioso aparte do nobre representante do Nordeste, que conhece bem de perto o flagelo. Mas quero afirmar que agora poderemos ser otimistas, porque temos as armas. O que nos faltava, além dos recursos econômicos necessários, era firmeza e decisão. Juntamente com a Organização Mundial da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde — através de convênio de todos os países limítrofes — o Governo está empenhado na campanha contra a malária, que esperamos será exterminada. Se quando havia uma endemia, conseguiu-se debelar o mal, por que não agora, que temos apenas alguns focos?

Vou ler para V. Exa., o que se diz aqui:

*(Lendo):*

Procura o projeto do atual governo oferecer prioritariamente não somente os recursos necessários, mas também ampla autonomia técnica e administrativa à Campanha de Erradicação da Malária, entregando-a, ainda, com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Panamericana (OPAS), para, em atuação conjunta nos países limítrofes do Brasil, estabelecer um programa capaz de banir, nos anos de 1965 a 1968, totalmente, a malária no Continente Americano.

O Sr. Vasconcelos Torres -- V. Exa. permite um aparte (*Assentimento do orador*) -- Quando foi Ministro da Saúde, aliás o primeiro, V. Exa. equacionou esses problemas justiça lhe seja feita.

O SR. MIGUEL COUTO -- Já estavam começados os trabalhos.

O Sr. Vasconcelos Torres -- sim, mas em setor não específico. Mais uma vez fala a modestia de V. Exa. não é para elogio que estou apartando, é para salientar que, realmente a erradicação da malária, principalmente em nosso Estado, precisa de atenção maior. Estive em Silva Jardim, há poucos dias, onde fui informado, pelo Prefeito local



médicos lá residentes, que há aumento de malária na Baixada Fluminense. V. Exa. como profissional, como ex-Ministro da Saúde e, principalmente, como Senador, deve chamar a atenção desses abnegados médicos para a campanha de erradicação da malária, para que evitem o ressurgimento desses focos, principalmente naquela zona tão suscetível e tão ameaçada pelo alastramento da terrível moléstia.

O SR. MIGUEL COUTO — Agradeço aparte do eminente colega Vasconcellos Torres que, percorrendo frequentemente o interior do Estado do Rio, conhece de perto os seus problemas, sobretudo os da Baixada Fluminense, onde ainda existe o temor de contaminação numa simples viagem de passagem. Com os recursos que advirão para a campanha, com as armas que possuímos e perseverança poderemos vencer.

O Sr. Vasconcellos Torres — Há dois ditados. "Onde há quilowatts há malária". Este é um deles, porque onde se constroem uma represa surge a malária. O outro é: "Onde há dinheiro se acaba com a malária".

O SR. MIGUEL COUTO — Sr. Presidente, vou terminar para não abusar dos poucos minutos que me foram dados.

O Sr. Antônio Jucá — (Com assentimento do orador) — Por mais otimista que V. Exa. seja, como conhecedor profundo da matéria e mérito — e V. Exa. não também, acreque, em 1968, a malária esteja erradicada do Brasil.

O SR. MIGUEL COUTO — E' apenas uma questão de recursos e perseverança, como disse.

O Sr. Antônio Jucá — Com todos os recursos e perseverança, não acredito — e V. Exa. não também, acredita porque é um cientista, e dos melhores — que seja esta meta atingida. Saber, nós sabemos, que, depois de 1968, deveremos continuar com o controle, a fim de chegarmos um pouco mais além nesta matéria.

O SR. MIGUEL COUTO — Agradeço o aparte, mas terminando:

(Lendo):

Sr. Presidente. Esse objetivo merece o nosso caloroso aplauso. O seu alcance representa, em Saúde Pública, o que existe de mais sábio e patriótico. As vultosas despesas a realizar serão fartamente compensadas pela recuperação econômico-social das regiões malarígenas do Continente e do Brasil. Essas providências promoverão a prosperidade e possibilitarão o enriquecimento de vastas regiões malarígenas, digo rurais do país, trazendo a saúde e a felicidade para os homens que as habitam. Precisamos, cada vez mais, incentivar a agricultura nacional, fixando o trabalhador ao meio rural e para ali conduzindo alguns centros manufatureiros. Para tanto, porém, é necessário sanear os campos e eliminar as doenças endêmicas.

Sr. Presidente. Quero, ao apreciar o magnífico trabalho elaborado pelo Ministro Raimundo de Brito, trazer ao Governo os meus melhores aplausos, confiante e certo de que, desta vez, será definitivamente erradicada a malária do Brasil e do Continente Americano.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!) (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, nos termos do art. 163, § 2º do Regulamento Interno.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

José Guimard  
Josue de Souza  
Zacharias de Assumpção  
Lobão da Silveira  
Sebastião Archer  
Joaquim Parente.  
José Cândido  
Siegfredo Pacheco  
Antônio Jucá  
Vicente Augusto  
Walfredo Gurgel  
Ruy Carneiro  
Barros Carvalho  
Pessoa de Queiroz  
Dylton Costa  
Gilberto Marinho  
Faria Tavares  
Armando Storn  
Filinto Müller

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Sobre a Mesa requerimento assinado pelo nobre Senador Melo Braga e outros, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 302, de 1965

Sr. Presidente:

Requeremos a V. Exa. a constituição de Comissão, de 3 (três) membros, representativa das correntes políticas desta Casa, com o objetivo de visitar a República de São Domingos, inspecionar as tropas da OEA ali instaladas, inclusive e especialmente as do Brasil, e analisar as medidas adotadas para salvaguardar a paz do Continente Latino-americano, conforme relatório que apresentará, no prazo de 20 (vinte) dias, com a assessoria de especialista livremente indicado por V. Exa..

Lida das Sessões, 2 de junho de 1965. — Melo Braga — Josue de Souza — Raul Guberti — Lobão da Silveira — José Leite.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e à Comissão de Relações Exteriores.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

ITEM 1

Volução, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 1964 (nº 1.781-B, de 1964, na Caca de origem) que retifica sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964, tendo Pareceres (ns. 1.543, de 1964, 383 e 384, de 1965), das Comissões de Finanças. Primeiro pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a emenda que oferece, sob nº 1 (CF); Segundo pronunciamento (sobre as emendas de Plenário, sob ns. 1 e 2): favorável; de Constituição e Justiça (sobre o projeto e emendas): favorável.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado o projeto

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 191, DE 1964

(Nº 1.781-B, de 1964, na origem)

Retifica, sem ônus, a Lei número 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' feita, sem ônus, a seguinte retificação da Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964:

Anexo 4 — Poder Executivo.

Subanexo 4.12.

Ministério da Agricultura.

05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

Despesas Ordinárias.

Verba 1.0.00 — Custelo.

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos.

Subconsignação 1.6.23 — Diversos.

Onde se lê:

Item 46): Para a Granja do Colégio Santa Dorotéia — BA — ..... 5.000.000.

Leia-se:

Item 46) — Para a Granja do Colégio Santa Dorotéia — Distrito Federal — Brasília — 5.000.000.

Subanexo 4.13.

Ministério da Educação e Cultura.

09.02 — Departamento de Administração.

(Encargos Gerais).

Despesas Ordinárias.

Verba 2.0.00 — Transferência.

Consignação 2.1.02 — Auxílios e Subvenções

Subconsignação 2.1.02 — Subvenções Ordinárias

Adendo "B".

Onde se lê:

11 — Guarabara:

Asilo São João Evangelista — .... 200.000.

Leia-se:

11 — Guanabara.

Asilo Espirita João Evangelista — 200.000.

20.02 — Diretoria do Ensino Superior.

(Encargos Gerais).

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social.

Consignação 3.1.00 — Serviço em Regime Especial de Financiamento Subconsignação 3.1.22 — Fundo Nacional do Ensino Superior.

1) Auxílio às Universidades Federais (Lei nº 4.024, de 30.12.61).

Onde se lê:

2) Universidade da Bahia.

11) Cadeira de Clínica Propedêutica Médica da Faculdade Nacional de Medicina, para conclusão de instalação e manutenção do Centro de Pesquisas em Arteriosclerose — 5.000.000.

Leia-se:

11) Universidade do Brasil.

22) Cadeira de Clínica Propedêutica Médica da Faculdade Nacional de Medicina, para conclusão de instalação e manutenção do Centro de Pesquisas em Arteriosclerose — ..... 5.000.000.

Subanexo 4.13.

Ministério da Educação e Cultura.

20.02 — Diretoria do Ensino Superior.

(Encargos Gerais).

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social.

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento Subconsignação 3.1.22 — Fundo Nacional do Ensino Superior.

2) Para atender a despesas com as Escolas de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem nos termos da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949:

Onde se lê:

11) Guanabara.

Instituto e Maternidade da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro — Rio de Janeiro para o Curso de Obstetrícia e Enfermagem Obstétrica — 800.000.

Leia-se:

Instituto de Maternidade da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro — Rio de Janeiro para o Curso de Obstetrícia e Enfermagem Obstétrica — 800.000.

Subanexo 17.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

07 — 02 — Departamento de Administração.

(Encargos Gerais).

Verba 1.0.00.

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos.

Subconsignação 1.6.17 — Serviços de Assistência Social.

1) Despesas de qualquer natureza com a assistência a menores e outras formas de assistência social nas diversas unidades da Federação, conforme discriminação constante de

ADENDO "C"

Onde se lê:

São Paulo.

Instituto Beneficente e Educacional.

Nosso Lar — Rio Claro — 500.000.

Leia-se:

Instituto Beneficente e Educacional.

Nosso Lar — Rio Claro — 500.000.

SUBANEXO 4.21

Ministério da Saúde.

10 — Departamento Nacional de Saúde.

10.11 — Serviço Nacional de Tuberculose.

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social.

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.

Subconsignação 3.1.01 — Saúde e Higiene.

8) Para outras entidades que cooperam com a Campanha Nacional Contra a Tuberculose, nos termos do Decreto nº 37.152, de 7 de abril de 1955:

Onde se lê:

26) São Paulo.

Cr\$

1) Assistência Evangélica mantida pela Associação Evangélica Beneficente — Campos do Jordão .. 100.000

9) Hospital Abrigo Clemente Ferreira — São Paulo 1.200.000

20) Sanatório Ebenezer, mantido pela Associação Cristã de Beneficência, Campos do Jordão .... 400.000

Leia-se:

9) Fundo de Pesquisas do Instituto Clemente Ferreira, São Paulo, São Paulo ..... 1.200.000

20) Sanatório Ebenezer, mantido pela Associação



ção Evangélica Beneficente, Campos de Jordão. . . . . 500.000

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas. A matéria vai à Comissão de Redação.

São as seguintes as emendas aprovadas:

#### EMENDA Nº 1 (CF)

Subanexo — 4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

07.02 — Departamento de Administração.

1.6.17 — Serviço de Assistência Social.

#### ADENDO "C"

Onde se lê:

"MARANHÃO

Sociedade Pestalozzi do Brasil — Cr\$ 70.000.000

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — Cr\$ 50.000.000"

Leia-se:

"GUANABARA

Sociedade Pestalozzi do Brasil — Cr\$ 70.000.000

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — Cr\$ 50.000.000"

#### EMENDA Nº 1

4.21 — Ministério da Saúde

10.06 — Serviço Nacional de Doenças Mentais

Verba: 2.0.00 — Transferências

Conservação: 2.1.00 — Auxílios e Subvenções

Subconservação: 2.1.01 — Auxílios.

Onde se lê:

20) Hospital Jesus — Cruzeiro — SP — Cr\$ 5.000.000

Leia-se:

20) Sanatório Jesus — Cruzeiro — SP — Cr\$ 5.000.000.

#### EMENDA Nº 2

Onde se lê:

Subanexo 4.12

Repartição: 04.13 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Centro Oeste

Subconservação: 3.1.03 — Desenvolvimento da Produção

Alínea: 26 — Patronato de Menores "Oscar Teixeira Marinho", de Angaturama, Município de Além Paraíba, para aquisição de área de terra destinada à experimentação e práticas agrícolas, avícolas e de suinoculturas: Cr\$. . . . . 10.000.000.

Leia-se:

Repartição: 03.02 — Departamento de Administração (Encargos Gerais)

1.6.23 — Diversos

14 — Minas Gerais

Alínea: 26 — Patronato de Menores "Oscar Teixeira Marinho", de Angaturama, Município de Além Paraíba — Cr\$ 10.000.000.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) —

Item 2:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 292, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Atilio Fontana solicita transcrição, nos Anais, de dois discursos proferidos pelo Sr. Presidente da República por ocasião de sua recente viagem ao Piauí.

#### O SR. ATILIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, encaminhei requerimento solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, dos dois discursos proferidos pelo Exmo. Sr. Presidente da República, no Piauí — o primeiro deles em Teresina e o segundo junto às obras da Barragem de Boa Esperança.

Pela transcendental importância dos assuntos focalizados naqueles dois pronunciamentos, está de parabéns a nação brasileira.

Desejo, na oportunidade, solidarizar-me inteiramente com o Exmo. Sr. Presidente da República, ainda mais que, sendo daqueles que, nesta Casa, frequentemente abordam problemas principalmente relacionados com a política econômico-financeira, tenho apresentado restrições, criticando construtivamente alguns aspectos dos rumos traçados e executados pela administração federal.

Desejo ressaltar o fato de que S. Exª, o Sr. Presidente da República, reiterou seu inabalável propósito de continuar governando o Brasil dentro dos princípios constitucionais, respeitando os demais poderes da República e não se deixando desviar daquele seu propósito patriótico, não dando guarida a certas atitudes de setores radicais, partidários de medidas outras que a princípio poderiam dar bons resultados mas, finalmente, criariam maiores problemas e dificuldades à população brasileira.

Sua Excelência também, no segundo discurso, afirmou que não se deixará pressionar ou desviar por aqueles anti-revolucionários que desejam voltar a 3 tempos passados. Sua Excelência falou com clareza e muita ênfase do propósito do Governo em fomentar as empresas de produção de caráter privado.

Não temos dúvidas, Sr. Presidente de que o Sr. Presidente da República tem dado, reiteradamente, provas de que deseja fortalecer e não estatizar o País.

Declarou ainda, naquela memorável jornada, que não via com bons olhos o estatismo, em muitos setores introduzido pelos governos passados e desejaria que esses setores passassem, quando possível, para a iniciativa privada. Fez menção à indústria siderúrgica. E, realmente, nos países democráticos, como o nosso, a iniciativa privada sempre está em condições de desenvolver suas atividades e expandir sua produção dentro de um regime econômico superior mesmo ao das empresas estatais. S. Exª já nos deu sobejas provas de que, não só com palavras, mas com os seus próprios atos, pretende seguir tais diretrizes.

No governo passado, era comum ouvir-se dizer que ele pretendia criar novas empresas estatais.

Muito se falou na criação da AEROBRA e os dirigentes das empresas aéreas não mais se sentiam seguros, porque estavam, realmente, prevendo que, de um momento para outro, haveria intervenção, procurando estatizar aquele importante setor do transporte.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Aurélio Vianna — No Governo passado, a Panair do Brasil, por exemplo, existia e, no presente, ela foi eliminada. Como V. Exª explica esse fato?

O SR. ATILIO FONTANA — Nobre Senador, o caso da Panair do Brasil já foi reiteradamente debatido, nesta e na outra Casa do Parlamento. Vinha ela operando em situação das mais precárias; nem sequer pagava em dia os seus funcionários. O nome do

Brasil, através da bandeira impressa nos aviões da Panair, não fazia no Exterior aquela figura que nós desejamos e esperamos.

Assim, face à precária situação econômica e financeira daquela companhia, entendemos que, no caso, o Governo andou acertadamente — e aí temos a prova de que o Governo não pretende estatizar empresas de caráter privado, em nosso País. Do contrário, esta oportunidade teria servido de pretexto, perfeitamente justificável, para iniciar a AEROBRAS. Preferiu o Governo, com sabedoria, intervir naquela Companhia e, finalmente, decretar-lhe a condição de insolência, entregando os serviços de transporte aéreo em linhas internacionais a uma das mais conceituadas empresas do País, enquanto a linha aérea doméstica está sendo distribuída a outra empresa nacional, congênere.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite-me outro aparte. Consequentemente, a conclusão que tiramos do pensamento de V. Exª é a de que toda vez que uma empresa privada for deficitária ou considerada insolente pelo Estado, este deve intervir para encampá-la ou aniquilá-la. Não sabia que V. Exª fosse partidário desse princípio, e agora folgo em ter ouvido esse seu pronunciamento, reservando-me o direito, noutra oportunidade, de analisá-lo. Mas é um pensamento interessante para um homem das classes conservadoras.

O SR. ATILIO FONTANA — V. Exª não deveria tê-lo estranhado, nobre Senador Aurélio Vianna. Tenho-me dito contrário ao estatismo que, não só em nosso País, como em geral, no mundo inteiro, no setor da produção, no setor privado, não tem dado bons resultados. Naquela ocasião, quando o Governo teve que intervir na Panair, com as providências adotadas ele provou, com seus atos, que não pretende estatizar o nosso País. Não entro no mérito da questão, quanto a se devia entregar as linhas aéreas a esta ou aquela empresa, mas é fora de dúvida que o Governo procurou resolvê-la com o maior espírito público e dentro dos princípios democráticos que mais consultavam os interesses nacionais.

Temos, assim, provas cabais de que o Sr. Presidente da República pretende, realmente, encontrar soluções justas e patrióticas para os inúmeros problemas econômico-brasileiros sem, contudo, recorrer ao estatismo. Neste sentido, os jornais publicam, reiteradamente, pronunciamentos, e ainda ontem ouvimos o nobre Ministro Roberto Campos dizer que o Governo tudo fará para que a iniciativa privada volte a se expandir e a desenvolver-se, a fim de melhorar a situação do povo brasileiro.

Sr. Presidente, nesta oportunidade quero, uma vez mais, congratular-me com o povo brasileiro pelas afirmações de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, em discursos pronunciados em Teresina, e no Interior do Piauí, à margem do Rio Paraíba.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua em discussão o requerimento.

#### O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra. (Nogueira da Gama) — Tem a palavra.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana, para a discussão.

#### O SR. AURELIO VIANA:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, nada diria, não fôsem as

palavras do nobre Senador Atilio Fontana.

Os discursos de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, — jámente devem ser convenientemente analisados, estudados, discutidos. São discursos — digamos assim — coletivos. De um lado, louva Sua Excelência as iniciativas estatais — em termos, é claro; e de outro lado louva as iniciativas privadas. Proclama a excelência da política estatal no campo da eletrificação do País, quando usa estes termos em se referindo a Boa Esperança, no Estado do Piauí:

"Estamos, pois, diante de um magnífico exemplo de realização estatal destinada a fomentar e fortalecer a iniciativa privada. Nem outra tem sido a orientação do atual Governo, que apenas em dois setores — o da energia elétrica e o da habitação — permitiu que aumentassem os investimentos estatais."

E faz uma referência toda especial à compra das concessionárias do Grupo AMFORP; textualmente:

"numa operação cujo alto significado nacional os brasileiros não demoraram em compreender totalmente; e o segundo pela criação do Banco Nacional de Habitação, arrojada iniciativa para beneficiar e amparar milhares de famílias em todo o País."

Então, não pode fugir à conjuntura do mundo moderno; por mais que proclame ser o defensor da economia privada, não pode deixar de reconhecer que há vários setores importantíssimos que devem estar nas mãos do Estado, devem ser absorvidos pelo Estado. E cita mesmo uma opinião autorizada, de um dos colaboradores mais íntimos do grande paladino da Democracia, Franklin Delano Roosevelt:

"Em qualquer nação em fase de desenvolvimento, o Governo deve desempenhar um papel central e criticamente importante. Somente por meio de planejamento governamental, do capital governamental, e da supervisão governamental podem ser proporcionados muitos dos instrumentos básicos necessários para por as coisas em movimento, e em movimento na direção certa."

O Sr. Atilio Fontana — V. Exª permite um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Tivéssemos nós proclamado, tivéssemos nós transferido, tivéssemos nós esposado esse pensamento rooseveltiano, de um dos seus íntimos colaboradores e teríamos sido taxados de partidários de estatização, inimigos, portanto, da iniciativa privada, do capital privado, inimigos, portanto, da Democracia.

Com prazer ouço o nobre Senador Atilio Fontana.

O Sr. Atilio Fontana — Nobre Senador, li com muita atenção os dois discursos pronunciados pelo Sr. Presidente da República no Piauí, e concordei com os pontos de vista esposados por S. Exª. No mundo moderno, em países democráticos, como os Estados Unidos e na Europa Ocidental, a Itália, por exemplo, as empresas de energia elétrica são de serviço público, porque demandam enormes capitais. No Brasil não existe capital nacional suficiente para o desenvolvimento de tais serviços. Nestas condições, o próprio Congresso Nacional votou leis instituindo a cobrança de novas taxas, para que o Governo obtinha os recursos necessários para esse setor. Quando falo em iniciativa privada quero referir-me, principalmente, às empresas de serviço particular. Assim, estamos perfeitamente de acordo em que o Governo, em setores que demandem grandes capitais, não pode servir o povo, tome a si a grande re-

responsabilidade desses serviços públicos, comb, aliás, acentuou o Sr. Presidente da República. Talvez não nos tenhamos expressado com muita clareza. V. Ex.<sup>a</sup> sabe a nossa origem, e que os nossos argumentos nem sempre são suficientemente claros para que possamos expressar a nossa satisfação e o próprio desejo de dar a nossa palavra de apoio. Ainda há pouco, no Ministério de Minas e Energia, um representante do governo de Santa Catarina assinou um convênio com aquele Ministério para aplicação, em Santa Catarina, de somas vultosas através de uma empresa estatal catarinense. Até aí estamos de pleno acordo. Agora, em certos setores particulares, parece-me que sempre que a iniciativa privada possa supri-los, com eficiência, não deve entrar, a nosso ver, a interferência estatal.

O SR. AURELIO VIANNA — Tenho entendido o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup>. Foi exposto com clareza...

O Sr. Atílio Fontana — Bondade de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. AURELIO VIANNA — ...revelando, mais uma vez, que V. Ex.<sup>a</sup> está avançado, está além do pensamento de muitos dos que compõem as denominadas classes conservadoras do país. Entendi bem o que V. Ex.<sup>a</sup> quis dizer. V. Ex.<sup>a</sup> tem experiência, é homem de iniciativas arrojadas. Sabe o que quer, o que deseja, e concretiza o seu pensamento e as suas idéias.

Mas eu desejava frisar justamente isto: há aqueles que criticam o Estado porque ainda mantém a Rede Ferroviária Federal S. A. Aham que as ferrovias brasileiras deveriam passar para a economia estritamente privada e esquecem os fatos que V. Ex.<sup>a</sup> citou, há poucos instantes: há países altamente desenvolvidos que são os possuidores das empresas de transporte ferroviário, os seus orientadores. E não somente dessas empresas. Até mesmo alguns deles têm nas mãos todo o serviço de transporte aéreo. Há exceções raras, como o caso dos Estados Unidos da América do Norte. Mas a Suíça, a Alemanha, a França, a Inglaterra e outros países controlam essas empresas, possuindo-as pela posse das ações que lhe dão o direito de dirigir-las a seu talante.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Tenho acompanhado a situação do transporte aéreo nos países em que conheci. Realmente, existem empresas de transportes, cujas linhas internacionais, em muitos países, pertencem ao Estado; porém, há as empresas de transporte aéreo, cujas linhas domésticas não são estatizadas; pertencem à iniciativa privada. Em agosto e setembro do ano passado visitei cinco países da Europa e constatei essa situação. Em 1962, visitei os Estados Unidos. Lá também. Mas na Europa há países como a Itália, Suíça, Alemanha, que possuem empresas de transporte aéreo, cujas linhas domésticas pertencem à iniciativa privada.

O SR. AURELIO VIANNA — Mas, Sr. Presidente, no caso das ferrovias, não se lembram aqueles que adotam a tese do privatismo, no seu sentido absoluto, que as ferrovias brasileiras, quase todas, eram deficitárias quando passaram para o domínio do Estado, e que algumas delas melhoraram depois de controladas pelo Estado, melhorando sensivelmente a sorte dos trabalhadores que as serviram, o que é importante, mesmo não sendo, todas elas, bem administradas, como realmente são e os reconhecemos.

Não sou partidário da estatização, mas sou partidário absoluto, proclamo-a com clareza e firmeza, do controle estatal.

mente, o Partido ao qual pertence não adotou, como princípio primeiro, a estatização absoluta.

Mas, Sr. Presidente, uma ameaça iminente cai sobre as empresas mistas, denominadas estatais, como a Petrobrás, através de um projeto que está no Senado e que foi emendado, na Câmara dos Deputados, emenda essa que surgiu de um modo assas difícil de ser explicado, determinando que o Estado venda ações dessas empresas que ultrapassem 51%, a grupos privados. Não podemos deixar de mencionar um trecho do discurso do Presidente da República...

O Sr. Daniel Krieger — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Quero dizer que V. Ex.<sup>a</sup> pode ficar perfeitamente tranquilo: o Governo é favorável ao monopólio estatal do petróleo e o defenderá. Faremos, naturalmente, emendas, no Senado, destinadas a assegurar esse monopólio...

O SR. AURELIO VIANNA — Nobre Senador Daniel Krieger, tive o cuidado de declarar que essa emenda, que surgiu no Senado, ou na Câmara...

O Sr. Daniel Krieger — Eu ouvi.

O SR. AURELIO VIANNA — ...não consta do projeto original. E folgo em ouvir a declaração de Vossa Excelência, que não constitui surpresa para mim, de que emendas serão apresentadas, no Senado, garantidoras do monopólio estatal do petróleo.

O Presidente dizia, em Teresina, há pouco: "Resguardado o monopólio da PETROBRAS e cercado-se das garantias necessárias, o Conselho Nacional do Petróleo fixou a política no setor da petroquímica, inclusive fertilizantes", etc.

Ora, aqueles que apresentam certas emendas, causadoras de inquietação, de preocupação, não trepidam em fazer crer que essas emendas foram apresentadas, bafejadas pelo Executivo Federal.

Por isso, repito, folguei, alegrei-me com as declarações do Líder do Governo, nesta Casa, Senador Daniel Krieger.

Assim, justificamos o nosso voto pela inércia, nos Anais, dos dois discursos. Um, que trata dos problemas internos do nosso país, problemas econômicos, problemas de filosofia administrativa. O outro, em que o Presidente traça normas e justifica o envio de tropas brasileiras à República de São Domingos.

Sempre fui favorável a que pronunciamentos de qualquer Presidente, de qualquer responsável pela direção do país, fossem inseridos nos Anais do Congresso Nacional. São peças históricas ou para a História, que devem ser convenientemente estudadas pelos representantes do povo brasileiro.

O que desejo, sinceramente, é que, no setor combustível; no setor petroliero; no setor energia nuclear — no qual vamos penetrar brevemente; no setor transportes, particularmente ferroviário e marítimo, fortaleça o Governo as empresas de capital misto ou estatal, opulendo-as cada vez mais a fim de que, na política de transporte, possamos realizar uma outra grande política, ou seja, a da integração nacional do desenvolvimento brasileiro.

O Presidente fala reiteradamente, sobre garantias e franquias democráticas. Que essas palavras se transformem em ação, que sejam praticadas na unidade das Forças Armadas, dentro do espírito da Constituição da República — a Constituição que vive.

Alguém, às vezes, nos pergunta: "Mas não estamos num estado revolucionário?"

A Revolução, assim proclamada, reconheceu certos princípios contidos na nossa Carta Magna; não os

ab-rogou, não os anulou, não os eliminou. Permanecem de pleno direito.

A nossa parte, de representantes do povo, nós a faremos e a cumprimos até o fim: é a farsa daquilo que se encontra na Constituição. Ali ficou para que se realizasse uma grande farsa interna e internacionalmente, ou para que aquilo que ficou fosse executado, reconhecido e cumprido.

Cada qual faça a sua parte, no seu setor. A nossa, estamos fazendo; a defesa da ordem, da Lei, do sistema democrático de Governo, dos princípios constitucionais, reconhecidos pelo poder armado. Mas que foram reconhecidos pelo poder armado, para valer, porque não tomaríamos parte numa farsa, pois não iríamos permitir que o mundo gargalhasse do Brasil.

Esses defensores da Democracia, que enviam tropas para São Domingos a fim de que ali seja restaurado e posto em pleno vigor o regime democrático de governo, depois de uma ditadura tremenda, esses brasileiros são ou pensam que somos imbecis. Vão lutar pela democracia fora de suas fronteiras e não lutam para que funcione, de pleno direito, dentro das suas fronteiras. E por isto que nos concertos internacionais — ninguém se equivoque — muitos riem de nós, pedem-nos explicações que não podemos dar.

Se é para valer a Constituição, nós, pelo menos, Deputados e Senadores, levemos a sério o que ali está escrito:

"Todo poder emana do povo e, em seu nome, será exercido".

Portanto, todo poder que não emana do povo, é espúrio.

Sr. Presidente, não podemos deixar — e termino aqui — sem uma palavra sobre o que lemos dos pronunciamentos de Teresina, proferidos numa das regiões mais atrasadas econômica e regiões mais atrasadas econômica e socialmente deste País, cujo consumo de energia e força não vai além de quarenta e cinco Kw. per capita.

Aquela grande barragem constitui, realmente, uma esperança para uma imensa região abandonada. Tão logo passe a funcionar, novos dias surgirão para o Piauí, para o Ceará; um mercado interno poderoso surgirá e, desta troca de interesses comerciais, opulentar-se-á, desenvolvendo-se o nosso País.

Eis, Sr. Presidente, o que pensamos acerca dos dois pronunciamentos do Sr. Presidente da República, esperando, sinceramente, que sobre a democracia e seu efetivo exercício, sobre as liberdades fundamentais do homem e do cidadão, as palavras de Sua Excelência sejam confirmadas por fatos, por ações. (Muito bem. Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua em discussão o Requerimento.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Joaquim Parente.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, desejo apenas associar-me ao Senhor Senador Atílio Fontana na idéia feliz que teve de solicitar a transcrição, nos Anais desta Casa, dos discursos pronunciados pelo Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, na visita ao meu Estado. Realmente, foram da maior importância e significação.

Na oportunidade, S. Ex.<sup>a</sup> teve ensejo de abordar não só problemas relacionados com aquela região, mas até de natureza internacional.

Portanto, associe-me à iniciativa do Sr. Senador Atílio Fontana. E com imenso prazer que dou meu voto favorável ao requerimento. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua em discussão o requerimento.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o Requerimento nº 292. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Será feita a transcrição solicitada pelo Sr. Senador Atílio Fontana.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 3:

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 71, de 1964 (nº 313-B, de 1963, na Casa de origem), que dá nova redação à alínea "c" do art. 15, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, estabelecendo prazo trimestral para fixação dos preços de compra da borracha, tendo Parâmetros favoráveis sob ns. 536 a 539, de 1961, das Comissões de: Economia; Indústria e Comércio; Finanças e Agricultura.

Em discussão o projeto.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra para discutir o projeto, o nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, no momento que se deseja tão somente deixar assinalado nos Anais desta Casa, a atenção com que a representação amazônica no Senado acompanha o presente projeto de autoria do nobre Deputado Jorge Kajume.

Os pareceres emitidos pelas diversas comissões técnicas da Casa por si só traduzem o acerto da proposição originária da Câmara dos Deputados.

E assim sendo, Sr. Presidente, o que desejava, repito, era tão somente salientar o quanto representa para a Amazônia a iniciativa do Sr. Deputado Jorge Kajume, porque estou certo de que, diante dos pareceres das diversas Comissões, todos tão expressivos, o Senado aprovará tão valiosa proposição, traduzindo, uma vez mais, a atenção desta Casa pela solução dos problemas e de tudo aquilo que diz respeito ao peculiar interesse da Região Amazônica.

A economia extrativa da Amazônia reclama, realmente, a atenção, o carinho do Poder federal no amparo aos produtores daquele território. Lamentavelmente, não pudésemos assegurar ao seringueiro, tanto quanto se assegura ao último vendedor da borracha produzida na região, um preço mais adequado às suas necessidades e aos seus sacrifícios. Mas isto não importa, no momento em que salientamos o quanto a Amazônia vai, realmente, receber de benefícios com a aprovação deste projeto que, estou certo, sancionado pelo Senhor Presidente da República, e o quanto de apreço merece a iniciativa do Deputado Jorge Kajume.

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que desejava fazer, principalmente para assinalar nos Anais do Senado o interesse com que as representações amazônicas acompanharam a tramitação deste projeto. Verão

as, com a maior alegria, a sua san-  
ção, em benefício da região que temos  
honra de representar nesta Casa.  
Era o que tinha a dizer, Sr. Presi-  
dente. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — Continua em  
discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra  
declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam  
queiram permanecer sentados. (Pau-  
sa).

Está aprovado. Irá à Comissão de  
Redação.

E' o seguinte o projeto aprova-  
do:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 71, DE 1964  
(Nº 312-B, DE 1963, NA ORIGEM)

"Da nova redação à alínea c do  
artigo 15, da Lei nº 1.134, de 30  
de agosto de 1950, estabelecendo  
preço trimestral para fixação dos  
preços de compra da borracha".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea c do artigo 15, da  
Lei nº 1.134, de 30 de agosto de 1950,  
que dispõe sobre o Banco de Crédito  
da Borracha, passa a ter a seguinte  
redação:

c) fixar, de três em três meses, os  
preços de compra da borracha nacion-  
al, a serem pagos pelo Banco de  
Crédito da Amazônia S. A. ao último  
vendedor e a serem cobrados pelo re-  
ferido Banco às indústrias manufatu-  
reiras, quer nas perdas efetuadas em  
Belém, quer nas vendas realizadas nos  
outros pontos industriais, assim como fixar  
as quotas e os preços de venda de su-  
cados de borracha, elastômeros ou  
plásticos termos plásticos, adquiri-  
dos e vendidos pelo Banco à indústria.  
Na compra e venda da borracha na-  
tural, a Comissão Executiva de Defesa  
da Borracha determinará trimestral-  
mente, os preços, mínimos ou fixos,  
a serem pagos aos produtores pelas  
borrachas de produção nacional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — Item 4:

Discussão, em turno único, do  
Projeto de Lei da Câmara nº 258,  
de 1954, (nº 3.699-B, de 1953, na  
Casa de origem) que modifica o  
inciso IV do art. 842, do Decreto-  
lei nº 1.608, de 18 de setembro de  
1939, (Código de Processo Civil),  
tendo Pareceres, sob nºs 1.226, de  
1953 e 474, de 1965, da Comissão  
de Constituição e Justiça, respec-  
tivamente: pela constitucionalidade  
e juridicidade e favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa).  
Não havendo quem peça a palavra,  
declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o apro-  
vam queiram permanecer sentados.  
(Pausa.)

Está aprovado. O projeto vai à  
sanção.

E' o seguinte o projeto aprova-  
do:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 258, DE 1954

(Nº 3.699-B-53, na Câmara)

Modifica o inciso IV do arti-  
go 342, do Decreto-lei nº 1.608, de  
18 de setembro de 1939, (Código  
de Processo Civil).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 842 do  
Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setem-

bro de 1939 — Código de Processo  
Civil — passa a ter a seguinte reda-  
ção:

"Art. 842. ....  
.....

IV — que receberem ou rejeitarem  
"in limine" os embargos de terceiro"

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas  
as disposições em contrário.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

Decreto nº 1.608, de 18 de  
SETEMBRO DE 1939

**Código de Processo Civil**

Art. 710. Recebidos os embargos,  
conceder-se-á ao embargado, para  
contestá-los, o prazo de cinco (5) dias  
findo o qual se procederá de acordo  
com o disposto no art. 693.

.....

Art. 842. Além dos casos em que  
a lei expressamente o permite, dar-se-á  
agravo de instrumento das deci-  
sões:

IV — que não concederem vista  
para embargos de terceiro, ou que os  
julgarem;

.....

Projeto publicado no "Diário do  
Congresso Nacional" de 17 de dezem-  
bro de 1954. ....

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — Item 5:

Discussão, em turno único, do  
Projeto de Lei da Câmara nº 61,  
de 1965, (nº 2.662-B-65, na Casa  
de origem), de iniciativa do Sr.  
Presidente da República, que au-  
toriza abertura do crédito de Cr\$  
1.000.000.000, destinado à recupera-  
ção do edifício da Praça Mauá  
nº 7, na cidade do Rio de Janeiro,  
Estado da Guanabara, tendo Pa-  
recer contrário, sob nº 610, de  
1965, da Comissão de Finanças,  
com votos vencidos dos Srs. Se-  
nadores Pessoa de Queiroz e Wal-  
fredo Gurgel.

Em discussão o projeto.

**O SR. WALFREDO GURGEL:**

Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — Tem a palavra  
o Sr. Senador Walfredo Gurgel.

**O SR. WALFREDO GURGEL:**

(Não foi revisto pelo orador) —  
Sr. Presidente, quando o projeto, que  
ora se discute, foi à Comissão de Fi-  
nanças, ali receceu, inicialmente, pa-  
recer favorável do nobre Senador  
Pessoa de Queiroz.

Examinadas, porém, a proposição  
por aquele órgão técnico, a maioria  
dos seus membros houve por bem re-  
jeitá-la, fazendo a redação do vencido  
o ilustre Senador Eurico Rezende.

Acompanhei o voto do Senador  
Pessoa de Queiroz, favorável ao pro-  
jeto de origem do Poder Executivo,  
que autorizava a abertura do crédito  
de um bilhão de cruzeiros para a  
recuperação do prédio nº 7 da Praça  
Mauá, onde funciona o Ministério da  
Indústria e Comércio e várias outras  
repartições.

Diz o Sr. Ministro, na Exposição  
de Motivos, que o referido edifício  
representa um valor acima de 6 bi-  
lhões de cruzeiros, e aqueles que  
conhecem o próprio federal são con-  
cordes em afirmar que, realmente, o  
edifício de "A Noite" precisa desse  
crédito para sua recuperação.

No projeto está bem claro que o  
crédito se destina a "reparos e subs-

tuições de elevadores; adaptações,  
reforma ou substituição das instala-  
ções elétricas e hidráulicas; aquisição  
de máquinas, aparelhos e instrumen-  
tos, obras de alvenaria e concreto,  
revestimento de pisos e quaisquer  
outros serviços necessários ao total  
aproveitamento do imóvel".

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senado-  
res, o argumento que prevaleceu para  
a rejeição do projeto, na Comissão de  
Finanças, e de ordem sentimental,  
pelo interesse que todos nós, Senado-  
res, que moramos em Brasília e aqui  
vivemos durante todos os dias, inclusi-  
ve nos fins de semana, temos em que  
o Executivo se fixe definitivamente  
em Brasília. Para nós, que não viaja-  
mos e que representamos os interesses  
dos nossos Estados perante os Minis-  
terios, e um verdadeiro sacrifício não  
encontrar, na Capital do País, os Mi-  
nistros, não encontrarmos os meios  
de atender às solicitações que vem de  
nossos Estados.

O nobre Senador Eurico Rezende  
tem toda a razão na sua argumen-  
tação quando diz que praticamente só  
funcionam em Brasília o Poder Le-  
gislativo e o Poder Judiciário. Raro  
o dia em que encontramos em  
Brasília dois Ministros de Estado.  
Quase todos vivem no Rio de Janeiro.  
Assim, na verdade, perturba o entendi-  
mento que deve haver entre o Poder  
Legislativo e o Poder Executivo, atra-  
vés dos Ministros.

Diz ainda o nobre Senador Eurico  
Rezende que não podemos continuar  
a ter duas capitais, uma de fato, onde  
se tomam as grandes decisões gover-  
namentais, que é o Rio de Janeiro —  
Guanabara, e a outra, apenas de di-  
reito, que é a nossa querida Brasília.  
Nesse ponto S. Exa. tem toda a  
razão.

O Sr. Eurico Rezende — Então  
V. Exa. vai votar comigo...

O SR. WALFREDO GURGEL —  
Sr. Presidente, se o voto desfavorável  
a esse projeto resolvesse a fixação do  
Poder Executivo em Brasília, nós  
ainda poderíamos ser levados a re-  
jeitar o projeto, tão grande é o nosso  
interesse de que Brasília seja, real-  
mente, não apenas a capital de direi-  
to, mas a capital de fato do Brasil.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite  
V. Exa. um aparte?

**O SR. WALFREDO GURGEL —**  
Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Embora li-  
cenciado, acompanhei as diretrizes do  
Senador pelo Espírito Santo, Eurico  
Rezende, dentro deste ponto de vista  
e acho que S. Exa. tem absoluta  
razão, mas talvez encare o problema  
por outro prisma. Este imóvel da  
Praça Mauá — não tenho aqui pro-  
curação para defendê-lo, mas acho  
que é um patrimônio nacional — é o  
famoso prédio de "A Noite", que tem  
época. Quando entrava um navio no  
Rio de Janeiro, só se falava no prédio  
de "A Noite". Mas esta verdadeira-  
mente arruinado. Pessoas que traba-  
lham lá em diversas repartições, fa-  
lando comigo — porque a atuação foi  
do Senado, partida do Senador Eurico  
Rezende, na defesa dos interesses de  
Brasília, que pleiteia o bilhão de  
cruzeiros para Brasília — falando  
comigo informavam que o prédio está  
se arruinando e dentro em breve a  
Nação terá um prejuízo imenso. O  
prédio está quase impiedável, trans-  
formando-se em pardiello. Esta é a  
razão por que apoiarei e cerei filicras  
ao lado do ilustre colega, Senador  
Eurico Rezende, mas acho que deve-  
mos votar, apoiar o ponto de vista  
do Senador Walfredo Gurgel, também  
na defesa dos interesses nacionais,  
que é a reconstrução do prédio. Se  
não, vai se transformar, dentro em  
breve, num pardiello, quando foi con-  
siderado o mais importante prédio  
do Rio.

O SR. WALFREDO GURGEL —  
Agradeço o aparte do ilustre colega  
e amigo, Senador Ruy Carneiro.

Estou de acordo com o ponto-de-  
vista de S. Exa.: precisamos traba-  
lhar por Brasília; precisamos dar to-  
do crédito que o Governo solicitar ao  
Congresso para transferir, definiti-  
vamente para Brasília todos os Mi-  
nistérios. Mas não podemos deixar  
que um prédio do Governo Federal,  
da importância e do valor do edifício  
nº 7 da Praça Mauá, venha a sofrer  
maiores desgastes, por falta de apli-  
cação dessa verba.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permi-  
te V. Exa. um aparte?

**O SR. WALFREDO GURGEL —**  
Com satisfação.

O Sr. Vasconcelos Torres — De  
acordo com essa conclusão de V.  
Exa. o prédio deve ser conservado.  
Para isso existe a Superintendência  
das Empresas Incorporadas "A Noite".  
Entendo — e aqui chega a oportu-  
nidade, pois tenho sido apontado  
como homem não muito ligado a  
Brasília, porque tenho de modo sin-  
cero, apontado seus defeitos e qua-  
lidades — entendo que certos Minis-  
terios ainda têm que permanecer na  
Guanabara. Mas se há um Ministe-  
rio que pode e deve estar em Brasí-  
lia é justamente o da Indústria e  
Comércio. Aqui há melhores condi-  
ções para o planejamento, a fim de  
que as estatísticas seja compulsadas,  
para que se tracem planos, para que  
pesquisas possam ser feitas. Dou a  
V. Exa. minha opinião: Esse proje-  
to é, talvez, o passo mais decisivo para  
o esvaziamento de Brasília. Não  
poderei dar voto favorável a essa in-  
iciativa. Quero dizer a V. Exa. o se-  
guinte: o que o Ministério da Guer-  
ra esteja na Guanabara, sim, por-  
que já existe a Vila Militar, com  
cerca de vinte e cinco a trinta mil  
soldados; que o Ministério da A-  
eronáutica também lá esteja e compre-  
ensível, porque existem ali as bases  
aéreas do Campo dos Afonsos e de  
Santa Cruz; que o Ministério da Ma-  
rinha também esteja na Guanabara,  
se compreende, porque lá está locali-  
zada a Base Naval; que também lá  
estejam o Ministério da Fazenda,  
como algumas outras repartições,  
muito bem — mas certos Ministérios  
tem de vir para Brasília, como por  
exemplo o Ministério da Educação e  
Cultura, que aqui deve estar e aqui  
tem estado, assim como o Ministe-  
rio de Indústria e Comércio deve per-  
manecer aqui. Portanto, neste in-  
stante, demonstro sinceramente meus  
propositos e aqui analiso a questão  
de Brasília. Esse projeto redundará  
num retrocesso para a consolidação  
desta Capital. Isto é inevitável. As-  
sim, formularia veemente apelo ao  
Presidente Castello Branco, no sen-  
tido de que retirasse o projeto ou  
vetasse, porque não há inconveniente  
em que S. Exa. tome a iniciativa de  
enviar proposição e depois a possa  
vetar. Do contrário Brasília não irá  
nunca para a frente nobre Senador  
Walfredo Gurgel.

O WAFREDO GURCEL — Não  
concordo, in totum, com o aparte do  
nobre colega e amigo, Senador Vas-  
concelos Torres.

Sou da opinião de que todos os Mi-  
nistérios devem ter sua sede na Ca-  
pital do Brasil, embora, mantenham  
repartições nos Estados, como é o  
caso do Ministério da Indústria e Co-  
mércio, que deveria ter, no Rio de  
Janeiro, na Guanabara, algumas re-  
partições, pois é através da Guan-  
abara, de Santos e de outros pontos  
do Brasil, que se fazem as grandes  
exportações para o Exterior, onde o  
comércio é mais intenso e as ativi-  
dades comerciais são mais vivas. Em  
Brasília, como disse o Senador Vas-  
concelos Torres, o Ministério teria  
uma função de planejamento.

A minha opinião, Sr. Presi-  
dente, é que todos os Ministérios devam ter



fixados em Brasília. Como diz a exposição de motivos, "a medida objetiva proporcionar ao Ministério condições para instalar as repartições que devam permanecer, em caráter definitivo, no Rio". Logo, são algumas repartições do Ministério da Indústria e Comércio que deverão permanecer no Rio — e estão instaladas no edifício de "A Noite" — como também há aquelas que, embora devam estar na Capital Federal, permanecerão no Rio de Janeiro, até que se concretize a fixação do Executivo em Brasília.

O Sr. Vicente Augusto — V. Exa. pede uma aparte?

O SR. WILFREDO GURGEL — Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Vicente Augusto — O argumento invocado contra a iniciativa do Presidente da República leva a conclusão de que todos os próprios federais, e não apenas os da Guanabara, mas os dos demais Estados, vão à ruína. Porque, a virar essa ideia, só se pode gastar em Brasília, quando sabemos existirem próprios da União nos Estados, a ela competindo portanto conservá-los. Não só os da Guanabara, mas os das demais unidades federadas.

O SR. WILFREDO GURGEL — O argumento de V. Exa. procede, porque o fato de Brasília ser a Capital do país não quer dizer que os próprios federais situados fora daqui não venham a ser reparados, quando necessário.

Pois bem, Sr. Presidente, pedi a palavra para discutir o projeto, porque fui voto vencido na Comissão, e sinto-me na obrigação de dar aos meus colegas as razões do meu voto. Voto a favor do projeto do Executivo.

Não sou Líder do Governo; não defendo o projeto nessa qualidade, mas apenas sou um brasileiro que, como membro do Congresso, tem interesse em que se aprovem as proposições justas.

Estas, as razões do meu voto favorável ao projeto. Espero que os nobres colegas examinem bem o assunto e deem seu voto atendendo à solicitação contida na mensagem que acompanha o projeto que abre o crédito de um bilhão de cruzeiros para os reparos necessários no Edifício de "A Noite", no Rio de Janeiro. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua a discussão.

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: —

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, recebi um apelo para combater o projeto, e aqueles que me transmitiram esse apelo o justificaram declarando que, como Presidente da Comissão do Distrito Federal, eu não poderia calar diante do absurdo da mensagem do Executivo Federal, na qual solicita o crédito especial de um bilhão de cruzeiros para a recuperação do edifício da Praça Mauá, no Estado da Guanabara, próprio que está, hoje, sob a responsabilidade direta do Ministério da Indústria e Comércio.

Aqui do apelo que me foi feito. Por ser Senador pela Guanabara e Presidente da Comissão do Distrito Federal é que defendo o projeto do Executivo.

O Sr. Filinto Müller — Muito bem. O SR. AURELIO VIANA — E vou justificar o meu voto, para evitar possíveis explorações.

Em primeiro lugar, compete à União zelar, conservar, manter os próprios da Nação Brasileira, a propriedade coletiva, a propriedade do povo.

Estamos no Planalto Goiano, mas não é por isto que a Guanabara ou qualquer Estado da Federação Brasileira passe a ser orfão da Nação.

Este bilhão de cruzeiros é um ótimo emprego de capital. A restauração tem que ser feita e imediatamente; já deveria ter sido há muitos anos. A conservação do prédio é uma necessidade, ele vale bilhões de cruzeiros, que seriam jogados fora, não houvesse uma providência imediata.

Afinal de contas, qual o brasileiro que não ama o Estado da Guanabara; Estado cosmopolita por excelência, onde todos nos sentimos bem; Estado acolhedor, síntese do Brasil, que não distingue — porque todos os brasileiros são ali recebidos de braços abertos, e quase toda a sua representação ali não nasceu.

Negar-se a abertura desse crédito, que seria entregue ao Ministério da Indústria e Comércio em duas parcelas, nos anos de 1965 e 1966, não seria digno de nós mesmos. Já o disse muito bem o Monsenhor Wilfredo Gurgel — e suas palavras foram ratificadas por outros colegas em apartes — que outras repartições federais continuam — é até afirmar-se o óbvio! continuam existindo e têm que existir, espalhadas pelo Brasil.

A crítica feita ao Executivo Federal, na pessoa daqueles Ministros que nem sequer vêm a Brasília, é certa. Aliás, honra um líder do Governo que tem a ousadia, que tem a coragem, que tem o valor de criticar, por via de consequências, diretas ou indiretas, aqueles Ministros que aqui não comparecem, que aqui não vêm, que não dão o ar da sua presença em tempo nenhum na Capital da República. Tem razão em criticar o Poder Executivo, que não providencia a construção do prédio onde deve funcionar o Ministério da Indústria e Comércio. E, como líder do Governo, deve providenciar, deve intervir, deve solicitar uma verba para 1965, para o início da construção desse prédio, caso, não esteja ainda a construção iniciada, para abrigar o Ministério da Indústria e Comércio. Deve solicitar, deve pedir que o Ministro da Indústria e Comércio, que por sinal é um parlamentar dos mais ilustres, Deputado Daniel Faraço, esteja mais presente em Brasília. Mas daí a combater uma iniciativa deste porte, a distância é muito grande.

O próprio povo de Brasília, que também ama a Guanabara, não iria aplaudir se recusássemos recursos para que a Guanabara continuasse como aquela cidade gostosa e atraente, berço da alegria nacional.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa, um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — Desejo dizer a V. Exa. que era minha intenção usar da palavra para defender este projeto, para pedir ao Senado sua aprovação. Mas, depois da exposição brilhante feita pelo Senador Wilfredo Gurgel, Líder no Senado da República, e da que está fazendo V. Exa. com muita autoridade...

O SR. AURELIO VIANA — Obrigado a Vossa Exa.

O Sr. Filinto Müller — ... e com argumentos indiscutíveis, que não podem ser combatidos, dispense-me de falar. Desejo acentuar e colocar no espírito de V. Exa. um aspecto. É que esse problema não foi examinado por nenhum dos apartes do nobre Senador Wilfredo Gurgel, nos devidos termos. Não se pode admitir que a União, tratando de reparar um prédio de sua propriedade, esteja esvaziando Brasília. Dizer-se que deve ser vendido o prédio...

todos os prédios federais localizados nos Estados, onde devem estar instaladas as delegacias. Onde ficará a Delegacia, se não num prédio federal? Porque, se vendermos os terrenos que temos, teremos que comprar outros, para instalar as repartições do Ministério. O Ministério superintende uma série de institutos, que não podem ser mudados imediatamente para Brasília. Ninguém mais do que eu defendo, como V. Exa., a consolidação de Brasília. V. Exa. trabalhando na terra de Brasília e eu, também, me enraizando em Brasília. Mas não posso considerar que a aprovação de uma verba necessária à reparação de um prédio patrimônio da União seja apontada como de esvaziamento da Capital da República: V. Exa. com a sua argumentação, com a autoridade com que o faz, dispensa-me de qualquer outro pronunciamento. Mas quero aproveitar o discurso de V. Exa. para deixar registrado meu ponto de vista a favor do projeto, como V. Exa. vem defendendo.

O SR. AURELIO VIANA — Senador Filinto Müller, o apelo de V. Exa. ao projeto já significa sua vitória e as suas palavras ornaram o nosso pronunciamento. Fique certo V. Exa. disso. No próprio projeto não há uma palavra sobre se vai servir em definitivo como sede do Ministério da Indústria e do Comércio.

Anotemos isso: (Lendo)

Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), para atender as despesas de recuperação do edifício da Praça Mauá, 7, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, nestas compreendidas as obras gerais de remodelação interna e externa; reparos e substituições de elevadores; adaptações, reforma ou substituição das instalações elétricas e hidráulicas; aquisição de máquinas, aparelhos e instrumentos; obras de alvenaria e concreto, revestimento de piso, e quaisquer outros serviços necessários ao total aproveitamento do imóvel.

Art. 2º O crédito a que se refere a presente Lei terá vigência nos exercícios de 1965 e 1966 e será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Ora, na justificativa é que se diz que ali ficará

"... suas repartições que devam permanecer em caráter definitivo no Rio de Janeiro e aquelas que, embora tenham de se localizar na Capital Federal, permanecerão no Rio de Janeiro, até que se concretize a fixação do Executivo em Brasília".

Logo, em caráter absolutamente transitório. Então, devemos, nós, Legislativo, dar condições ao Executivo federal para que aquelas repartições que devem ser transferidas para Brasília tenham condições para que isso aconteça num prazo breve, imediatamente; condições para que o Senhor Ministro da Indústria e Comércio possa despachar em Brasília, pois que falta esse ato que deve ser praticado por todos os Ministros e pelo Senhor Presidente da República.

Assim, Sr. Presidente, respeitando o pensamento do nobre Senador Eurico Rezende, o entusiasmo de S. Excelência pela fixação de Brasília, quero também dizer ao nobre colega e a quantos lerem as palavras que estou pronunciando que este também é o nosso interesse. Vivemos, por palavras e por atos, dentro daquele pensamento da consolidação de Brasília, que consideramos ainda hoje a cidade da integração nacional. Brasília despertou o Brasil inteiro, Brasília revelou o Brasil a muitos estrangeiros que não tiveram conhecimento da

existência deste País. Brasília é um nome universalmente conhecido. Brasília não pode fenecer, Brasília não pode morrer, o seu destino é glorioso, é um grande destino. Vai acontecer, quando nos retirarmos de Brasília, o mesmo que acontece com aqueles e conosco quando nos retiramos do Rio de Janeiro: iremos peçados de saudades. Ninguém duvide quanto a isto. E já os nossos filhos, muitos deles, não admitem que saiamos de Brasília. Eles tem uma visão muito grande, muito ampla, os nossos rapazes de 15, 16 e 18 anos, desta Cidade implantada, digamos assim, em pleno deserto, preenchendo um vazio, despertando um povo, criando um mercado interno poderoso, despertando consciências e fincando a bandeira da soberania nacional, de fato, em todos os rincões da terra comum.

O Sr. Lino de Matos — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Desejava usar da palavra para discutir a matéria. Entretanto, vou seguir o magnífico exemplo dado pelo nobre Senador Filinto Müller, para me dispensar da discussão através do aparte que V. Exa. generosamente me concede.

O SR. AURELIO VIANA — É um prazer ouvir V. Exa.

Meu voto na Comissão de Finanças foi contrário à aprovação do projeto. Não estive na sessão subsequente, quando se votou a redação do vencido. Mas, na sessão em que a matéria foi examinada quanto ao mérito, votei contrariamente. As razões do meu voto são outras que não aquelas constantes do voto do Senhor Senador Eurico Rezende. A mim pareceu-me que dentro da mecânica administrativa, a Mensagem cometeu um equívoco, ao pedir a verba referida. Sabemos todos que o edifício em apêço, o chamado "A Noite", foi incorporado ao patrimônio da União e nesta incorporação, passou, por força de sua incorporação, a ter administração própria, que é a da Superintendência do Patrimônio dos Bens Incorporados à União, entidade que dispõe de recursos próprios, de tesouraria própria, administra os seus bens, arrecada, paga dívidas, recebe, enfim, tem plena autonomia. Pareceu-me que a verba deveria ter sido pedida para a Superintendência do Patrimônio da União e esta o faria apresentando, ao Congresso, o orçamento das despesas. Também a mim pareceu-me a verba exagerada. O prédio deve valer mais ou menos 5 bilhões de cruzeiros. Um bilhão de cruzeiros representam 20% do valor do imóvel. Conheço-o muito bem. Não me parece que para uma simples reforma se exija tanto dinheiro. Esta a razão do meu voto. Vou mantê-lo única e exclusivamente por que se me afigurou errada a técnica usada pelo Executivo Federal ao solicitar a verba. Estou de acordo em que a União zele pelo seu patrimônio, reforme os prédios que lhe pertençam, sem prejuízo de providências para que se efetive, de maneira definitiva, a instalação da Capital do Brasil em Brasília. A semelhança de V. Exa., que se radicou aqui e está cultivando a terra também o faço. Cultivo a terra em Brasília, para dar uma demonstração aos meus conterrâneos de que, representando São Paulo na Capital da República, também a quero bem e acho que ela deve progredir, prosperar.

O SR. AURELIO VIANNA — É um pronunciamento respeitável o de Vossa Exa. Diz por que vai votar contra. Os motivos são outros. Inferi-se que votaria a favor se a verba, em sendo menor, fosse consignada ao serviço do patrimônio da União. Para concluir em definitivo, Sr. Presidente, o Chefe do Executivo Federal, o Poder Executivo tivesse solicitado ao Congresso uma verba para restauração do edifício, a nota extraída do orçamento do Distrito Federal, o meu voto seria, contra...



O Sr. Filinto Müller — O meu tam-  
bém.

O SR. AURELIO VIANNA — ... e  
creio que o nosso.

O Sr. Lino de Mattos — O voto se-  
rá unânime.

O SR. AURELIO VIANNA — Cer-  
tamente unânime. Não se vai tirar  
um centil, um centavo do Distrito Fe-  
deral. Talvez se vá empregar uma  
verba, dispensável, incluída no Minis-  
tério da Indústria e Comércio para a  
restauração de um próprio necessário.  
Eu conheço o edifício a que se refere  
o projeto. O Senador Filinto Müller  
também o conhece. É uma vergonha  
para nós termos deixado um edifício  
na situação em que se encontra o edi-  
fício da A Noite.

O Sr. Filinto Müller — É um cri-  
me.

O SR. AURELIO VIANNA — É um  
crime. Todo o país que se preza cuida  
da riqueza do povo. Há uma tendên-  
cia muito natural para conservá-la,  
para desenvolvê-la. Sr. Presidente  
pelas razões expostas, no novo Orça-  
mento, os nossos esforços, ao certo, se-  
rão somados, adicionados, para que  
haja muito mais benefícios, muito  
mais benesses, para a consolidação de  
Brasília, sem nos esquecermos, jamais,  
do restante do Brasil. Porque daqui  
é para aqui vimos. E que temos uma  
visão mais completa, pelo menos de-  
vera ser assim, das necessidades do  
nosso País, de todos os Estados da Fe-  
deração Brasileira, dos Estados que  
todos nós temos a honra de represen-  
tar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua a  
discussão. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar  
a palavra, declaro encerrada a  
discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam  
o projeto, queiram permanecer senta-  
dos. (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o Projeto apro-  
vado:

# PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 61, DE 1965

ENº 2.662-B, DE 1965, NA CASA DE  
ORIGEM)

Autoriza a abertura, pelo Minis-  
tério da Indústria e do Comércio,  
do crédito especial de Cr\$ .....  
1.000.000.000, destinado a recupe-  
ração do edifício da Praça Mauá,  
7, na Cidade do Rio de Janeiro,  
Estado da Guanabara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo au-  
torizado a abrir, pelo Ministério da  
Indústria e do Comércio, o crédito es-  
pecial de Cr\$ 1.000.000.000 (um bi-  
lhão de cruzeiros), para atender às  
despesas de recuperação do edifício da  
Praça Mauá, 7, na Cidade do Rio de  
Janeiro, Estado da Guanabara, nestas  
compreendidas as obras gerais de re-  
modelação interna e externa; reparos  
e substituições de elevadores; adapta-  
ções, reforma ou substituição das ins-  
tações elétricas e hidráulicas; aquisi-  
ção de máquinas, aparelhos e instru-  
mentos; obras de alvenaria e concreto,  
revestimento de pisos e quaisquer ou-  
tros serviços necessários ao total apro-  
veitamento do imóvel.

Art. 2º O crédito a que se refere a  
presente Lei terá vigência nos exer-  
cícios de 1965 e 1966 e será automati-  
camente registrado pelo Tribunal de  
Contas e distribuído ao Tesouro Na-  
cional.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor  
na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições  
em contrário.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra para  
declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra  
o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para declaração de voto — Não foi  
revisto pelo orador) — Sr. Presiden-  
te, quero declarar que votei favorável-  
mente ao projeto sobretudo por infor-  
mações pessoais que me foram presta-  
das pelo nobre Senador Daniel Krie-  
ger.

Acentuo, entretanto, que assim votei  
na expectativa de que a restauração  
do Edifício de "A Noite" não sirva  
para que o Ministério da Indústria e  
Comércio retarde a transferência dos  
seus órgãos que devem ser localizados  
em Brasília, e em respeito, igualmen-  
te, a lei anterior. (Muito bem).

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra para  
uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra  
o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Sem revisão do orador) — Senhor  
Presidente, votei pela aprovação do  
projeto. Tenho manifestado, reitera-  
da vezes, a opinião de que o Govêr-  
no Federal deveria construir prédios  
destinados a repartições públicas fe-  
derais, impedindo dispêndio excessivo  
de quantias com arrendamentos in-  
compreensíveis.

Ainda há pouco requeri informações  
a respeito da construção da Delegacia  
Fiscal de São Paulo argumentando no  
mesmo sentido e algumas vezes for-  
mulando emendas ao Orçamento da  
República para construção de edifi-  
cios de repartições públicas em Vitó-  
ria, Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, com esse ponto-de-  
vista, e reconhecendo que o Governo  
Federal não pode deixar de conservar  
os próprios de seu patrimônio, apro-  
vei a proposição, entendendo justa e  
legítima a solicitação do Poder Exe-  
cutivo. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se ao  
item nº 6, da Ordem do Dia:

Discussão em turno único, do  
Projeto de Lei da Câmara nº 63,  
de 1965 (nº 2.704-B-65, na Casa  
de origem), de iniciativa do Se-  
nhor Presidente da República que  
dispõe sobre a organização, fun-  
cionamento e execução dos regis-  
tros genealógicos de animais do-  
mésticos no País, tendo Pareceres  
(ns. 588 e 589, de 1965) das Co-  
missões de Projetos do Executivo,  
favorável, com as emendas que  
oferece, sob ns. 1 e 2-CPE; e de  
Finanças, favorável.

Sobre a mesa emenda que acaba de  
ser enviada ao Senado e será lida  
pelo Srs. 1º Secretário.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 3

Dê-se ao Artigo 2º a seguinte reda-  
ção:

Art. 2º Os trabalhos de registros  
genealógicos serão cometidos a en-  
tidades privadas já existentes no País  
ou que se organizarem para tal fim,  
mediante autorização expressa em ato  
do Ministro de Estado dos Negócios

da Agricultura, respeitados, a critério  
do órgão competente, os direitos das  
instituições que mantêm acôrdo, con-  
trato, convênio ou ajuste com o Mi-  
nistério para execução dos serviços  
previstos nesta lei.

§ 1º A autorização a que se refere  
este artigo somente será concedida  
quando a instituição estiver registrada  
no Ministério da Agricultura median-  
te a apresentação das seguintes pro-  
vas:

I — certidão de inteiro teor dos  
estatutos, regulamentos ou compro-  
missos da instituição, fornecida pelo  
Registro Público das Pessoas Jurídi-  
cas;

II — mandato da Diretoria em  
exercício.

§ 2º As exigências do parágrafo  
anterior aplicam-se também às en-  
tidades filiadas.

§ 3º Concedida a autorização a que  
se refere este artigo, nenhuma outra  
entidade poderá exercer a mesma ati-  
vidade de registro genealógico, es-  
salvada delegação de competência ou-  
torgada pela entidade detentora da  
autorização do Ministro do Estado  
dos Negócios da Agricultura às suas  
delegadas.

Justificação

A reestruturação dos registros ge-  
nealógicos visada pelo Projeto de Lei  
em causa não diz respeito somente a  
bovinos, e, sim, a todas as espécies de  
animais domésticos do País.

Há entidades que congregam regis-  
tros genealógicos de várias raças.

A criação de entidade privada, es-  
pecializada em determinada raça, pa-  
ra fins de registro, especializada em  
é ponto pacífico e previsto em re-  
comendações internacionais, como,  
por exemplo, o que ficou estabeleci-  
do na Convenção de 1935, realizada  
em Roma.

Sala das Sessões, 2 de junho de  
1965. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em discussão o  
projeto com as emendas, inclusive a  
que acabou de ser lida pelo 1º Se-  
cretário.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-  
sejar discutir a matéria, vou encerrar  
a discussão. (Pausa).

Está encerrada a discussão.

O projeto sairá da Ordem do Dia  
para audiência das Comissões de  
Constituição e Justiça, de Projetos do  
Executivo e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se ao  
item seguinte:

Discussão, em turno único, do  
Projeto de Decreto Legislativo nº  
16, de 1965, originário da Câma-  
ra dos Deputados (nº 179-A-64,  
na Casa de origem) que mantém  
decisão denegatória a registro de  
térmo aditivo de contrato cele-  
brado entre o Ministério da Aero-  
nautica e o Professor Antônio Má-  
rio Barreto, tendo Pareceres fa-  
voráveis, sob ns. 607 e 608, de 1965,  
das Comissões de Constituição e  
Justiça e Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores  
deseja manifestar-se, vou encerrar a  
discussão.

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que com ele con-  
cordam queiram permanecer senta-  
dos. (Pausa)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Reda-  
ção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

# PROJETO DE DECRETO LEGIS- LATIVO Nº 16, DE 1965 (Nº 179-A, DE 1964, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Mantém decisão denegatória a  
registro de térmo aditivo de con-  
trato celebrado entre o Ministério  
de Aeronáutica e o Professor An-  
tônio Mário Barreto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantida a decisão do  
Tribunal de Contas da União, que  
denegou registro a térmo aditivo de  
contrato, celebrado entre o Ministério  
da Aeronáutica e o Professor Antônio  
Mário Barreto, para desempenhar na  
Escola de Aeronáutica a função de  
Professor de Português.

Art. 2º Revogam-se as disposições  
em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin)

Discussão, em turno único, do  
Projeto de Decreto Legislativo nº  
16, de 1965, originário da Câma-  
ra dos Deputados (nº 214-A de  
1965, na Casa de origem), que  
autoriza o Governo brasileiro a  
aderir à "Convenção sobre a Es-  
cravidade" assinada em Genebra  
em 25 de setembro de 1926, e  
emendada pelo protocolo aberto à  
assinatura ou à aceitação em 7  
de dezembro de 1953, e à "Con-  
venção suplementar sobre a Aboli-  
ção da Escravidade, do Tráfico  
de Escravos e das Instituições e  
Práticas Análogas à Escravidade",  
firmada em Genebra a 7 de se-  
tembro de 1956, tendo Parecer fa-  
vorável sob nº 583, de 1965, da  
Comissão de Relações Exteriores.  
Em discussão o projeto. (Pausa)  
Como nenhum senhor Senador de-  
seja fazer uso da palavra, dou a  
discussão por encerrada.

Em votação.

Os senhores Senadores que o apro-  
vam queiram permanecer sentados.  
(Pausa)

Aprovado. O projeto vai à Comis-  
são de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

# PROJETO DE DECRETO LEGIS- LATIVO Nº 18, DE 1965

Nº 214-A, DE 1965, NA CAMARA  
DOS DEPUTADOS)

Autoriza o Governo Brasileiro  
a aderir à "Convenção sobre a  
Escravidade", assinada em Gene-  
bra em 25 de setembro de 1926, e  
emendada pelo protocolo aberto à  
assinatura ou à aceitação em 7 de  
dezembro de 1953, e à "Conven-  
ção suplementar sobre a Abolição  
de Escravidade, do Tráfico de Es-  
cravos e das Instituições e Práti-  
cas Análogas à Escravidade", fir-  
mada em Genebra a 7 de setem-  
bro de 1956.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É autorizado o Governo  
Brasileiro a aderir à "Convenção so-  
bre a Escravidade", assinada em Ge-  
nebra em 25 de setembro de 1926 e  
emendada pelo protocolo aberto à as-  
sinatura ou à aceitação em 7 de de-  
zembro de 1953, e à "Convenção su-  
plementar sobre a Abolição da Es-  
cravidade, do Tráfico de Escravos e  
das Instituições e Práticas Análogas  
à Escravidade", firmada em Genebra  
a 7 de setembro de 1956.

Art. 2º Este Decreto Legislativo en-  
tra em vigor na data de sua publica-  
ção.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin)

Discussão, em primeiro turno,  
do Projeto de Lei do Senado nº  
84, de 1963, de autoria do Sr. Se-  
nador Artur Virgílio, que altera a  
redação do artigo 461, caput e seu  
§ 1º, da Consolidação das Leis do

*Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 463 e 434, de 1965, das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.*

Em discussão. (Pausa)

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra vou dar a discussão como encerrada. (Pausa)

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que concordam com o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado. O projeto voltará à Ordem do Dia, para ser segundo turno regimental.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 1963

*Altera a redação do artigo 161, caput e seu § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 161, caput e seu § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 161. Sendo idêntica a função a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

§ 1º Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Passa-se ao item seguinte:

*Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 155, do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1933, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a publicação e distribuição de músicas populares brasileiras e de outras providências, tendo Pareceres sob nº 562, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, por inconstitucional.*

Em discussão o projeto quanto a preliminar de constitucionalidade.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

O projeto foi rejeitado e será arquivado.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 1933

*Dispõe sobre a publicação e distribuição de músicas populares brasileiras e de outras providências.*

(Do Senador Vasconcelos Torres.)

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura autorizado a mandar editar em discos pelo sistema estereofônico e em partituras, combinando os compositores Ernesto Nazareth, Chiquinha Gonzaga, Noel Rosa, Lamartine Babo e outros a critério da

comissão selecionadora merecerem igual divulgação.

Artigo 2º O Ministério da Educação e Cultura, noventa dias após a publicação da presente lei, nomeará uma Comissão de compositores para selecionar as músicas a serem editadas tomando as providências cabíveis para a aquisição dos direitos autorais que se fizerem necessários à publicação das músicas em discos e em partituras.

Parágrafo único. Somente após ter divulgado as músicas dos autores citados no artigo 1º, poderá a Comissão Selecionadora publicar músicas de outros autores.

Artigo 3º O álbum e a coleção de partituras deverão ser distribuídos aos nossos serviços, diplomáticos no Exterior, às Repartições Estaduais de Turismo e às filarmônicas do interior do País.

Artigo 4º Para a confecção do álbum, o Ministério da Educação e Cultura abrirá concorrência na forma da legislação em vigor, entre as diversas fábricas produtoras de discos.

Parágrafo único. Igual concorrência será aberta entre as casas editoras de músicas para a impressão das partituras.

Artigo 5º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Na hora do Expediente foram lidos requerimentos sobre os quais o Plenário vai manifestar-se.

Lembro que o primeiro é de autoria do nobre Senador Bezerra Neto, comunicando à Casa que foi designado pelo Sr. Presidente da República como membro da Delegação do Brasil à Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra. Sua Excelência requer licença para que possa tornar efetiva a indicação.

A Comissão de Relações Exteriores tem de manifestar-se. (Pausa)

Dou a palavra ao nobre Senador Antônio Carlos, seu relator.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Senado deverá manifestar-se sobre o requerimento do nobre Senador Bezerra Neto, que pede, nos termos do art. 49 da Constituição, licença para tornar efetiva a sua designação como membro da Delegação do Brasil à Conferência Internacional do Trabalho, que se realizará em Genebra, nos próximos dias.

Tem sido praxe a participação do Senado e da Câmara nas Conferências que anualmente a Organização Internacional do Trabalho, realiza em sua sede, em Genebra.

No ano passado, o Senado foi representado, nesse conclave, pelo nobre Senador Mello Braga.

A Comissão de Relações Exteriores, tendo em vista a importância da Reunião da Organização Internacional do Trabalho, tendo em vista, também, a praxe do Senado de se fazer presente à Delegação, optou favoravelmente e, nesta ocasião, enaltece os méritos do nobre Senador Bezerra Neto, um dos mais eficientes, brilhantes e produtivos Senadores que compõem esta Casa.

O parecer é, pois, favorável ao deferimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — A Comissão de Relações Exteriores, pelo parecer do seu Relator, é favorável ao requerimento encaminhado pelo Sr. Senador Bezerra Neto.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. (Pausa)

Sobre a mesa, requerimento do Senhor Senador Vasconcelos Torres no qual solicita que na sessão do dia 11 do corrente, data do 1º Centenário da Batalha do Riachuelo, o Expediente seja dedicado à página imortal da nossa Marinha de Guerra, num comprovato preito à memória de Lacerda e seus comandantes e de exaltação a seu heroísmo, que cobriu de glória impercível a nossa bandeira e de justo orgulho a nossa nacionalidade.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE — Está estolada a matéria constante da ordem do dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa)

S. Exª desiste da palavra.

Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi. (Pausa)

S. Exª desiste da palavra.

Tem a palavra o nobre Senador Catiote Pinheiro. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Araújo Steinbruch. (Pausa)

Também não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Raul Gilbert. (Pausa)

S. Exª desiste da palavra.

Tem a palavra o nobre Senador Josépat Marinho. (Pausa)

S. Exª desiste da palavra.

Não há mais orador inscrito. (Pausa)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, lembrando aos Senhores Senadores que hoje haverá duas sessões conjuntas, uma às 21 horas, para leitura do projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, para transição em conjunto, e outra às 21 horas e 30 minutos, para prosseguimento da discussão do Projeto de Lei nº 5, de 1955, que altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletricidade.

Lembro mais aos Senhores Senadores que amanhã às 10 horas, igualmente em sessão conjunta, será discutido, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 3, de 1935.

Falta esta convocação dos Senhores Membros do Senado Federal, designo para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 3 de junho de 1965

(Quinta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1965 (nº 2.701-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País, tendo — Pareceres (ns. 518 e 189, de 1965), das Comissões — de Projetos do Executivo, favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1 e 2-CPE e de Finanças, favorável e — dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas; — de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas de Plenário.

2

Discussão em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1964 (nº 155-A-58, na Câmara dos Deputados), que aprova o acordo para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e de cartas aeronáuticas, no Brasil, tendo — Pareceres (ns. 619, 620, 621 e 622, de 1965), das

Comissões: — de Relações Exteriores — favorável; — de Segurança Nacional; — 1º pronunciamento: solicitando informações ao Ministério das Relações Exteriores; — 2º pronunciamento: diligência cumprida; pela rejeição. — de Finanças — pela aprovação, com voto em separado do Senador José Ermirio.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 157-A, de 1964, na Casa de origem), que aprova o Acordo sobre Privilegios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica, tendo — Pareceres favoráveis sob números 435 a 470, de 1965, das Comissões: — de Constituição e Justiça — de Relações Exteriores, favorável, com voto em separado do Sr. Senador José Ermirio — de Minas e Energia, contrário. — de Segurança Nacional e — de Finanças (com voto em separado do Sr. José Ermirio)

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1963 (nº 2.709-B-65), na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera a Lei número 2.453, de 6 de maio de 1935, e cria a Campanha de Erradicação da Malária, tendo — Pareceres favoráveis, sob números 607 e 633, de 1965, das Comissões — de Projetos do Executivo, com emenda sob nº 1-CPE, 2-CPE — de Finanças.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1964 (nº 710-C-63 na Casa de origem) que disciplina a aplicação do crédito rural e de outras providências tendo — Pareceres (ns. 369 a 382, de 1965) das Comissões: — de Agricultura, pela aprovação, com a emenda que oferece e ressalvas do Sr. Senador Antônio Carlos; — de Economia, pelo arquivamento, por julgá-lo superado, com voto vencido do Sr. Senador José Freniciano; — de Finanças, pelo arquivamento, por julgá-lo superado.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1965 (nº 2.701-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que estende aos remanescentes da extinta Polícia Militar do extermínio do Acre os benefícios do atual Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, tendo — Pareceres favoráveis (ns. 623 e 627, de 1965) das Comissões — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

7

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1933, que estende aos trabalhadores nos portos de embarque e desembarque de Santa Catarina, no que compete, os direitos e vantagens aos dias nº 265, de 8 de junho de 1934, e nº 195, de 8 de dezembro de 1932, tendo — Pareceres das Comissões — de Constituição e Justiça 1º pronunciamento: s.n. de 1963, solicitando audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas; — 2º pronunciamento: diligência cumprida a primeira diligência; — nº 510-64, pela constitucionalidade, com voto vencido do Sr. Senador Agemiro de Figueiredo; — de Legislação Social — nº 511-64, favorável; — de Finanças — 1º pronunciamento: nº 183-65, solicitando audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas (diligência não atendida); — nº 184-1965, favorável. — Nota: O Ministério da Viação e Obras Públicas pronunciou-se através do Departamento

Nacional de Portos e Vias Navegáveis, em resposta a ofícios da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos).

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR PRESIDENTE HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, NO PALÁCIO DO GOVERNO DO PIAUÍ, A 28-5-65.**

Bastariam as amáveis palavras de Vossa Excelência para que sentisse esta gente do Piauí tão simples, tão forte e tão acolhedora.

Prova de que através do tempo, e possivelmente graças ao relativo isolamento em que permaneceu no interior do País, conservou as mesmas virtudes que a têm permitido enfrentar com extraordinária bravura e dignidade condições rudemente adversas.

Hoje, no entanto, dados os elementos que nos oferecem a ciência e a técnica, não podemos deixar de trabalhar para que, embora preservando aquelas magníficas qualidades, inclusive o arraigado amor à terra, logremos mudar profundamente a fisionomia econômica e social desta região do Brasil.

Na realidade, porém, é impossível considerar isoladamente qualquer dos múltiplos problemas que assaetam o País, ou mesmo aquilatar qual o de maior magnitude, tanto uns e outros se entrelaçam, num sistema de interdependência. E isso não apenas em relação aos de ordem interna, mas também aos que se situam no campo externo, e de profunda repercussão em toda a vida do País.

No presente, não podemos omitir o que se tem depurado recentemente com a criação da Organização dos Estados Americanos no sentido de estabelecer regras em matéria de paz e República Democrática. Em boa hora tanto o Brasil quanto a Câmara dos Deputados, por expressiva maioria dos seus membros, compreendendo não somente a obrigação internacional assumida, mas também a necessidade de assegurar a sobrevivência da democracia na nossa República. Era realmente o nosso dever, pois além de contribuir compositamente com a comunidade continental, a nossa atitude traduz a consciência de que a uma grande nação como o Brasil não podem também faltar as responsabilidades na preservação do Continente, na sua estabilidade e impavidez do continente que, desfrutando sob mil formas, tenta subverter as liberdades democráticas. Já não podemos ser indiferentes a sorte de nossos vizinhos, nem cruzar os braços ante a violência das guerras externas por via interna. Cada frente de subversão é ameaça a nossa segurança e põe em jogo a liberdade de todos os povos. Hoje ela se abre no Caribe. E ninguém duvida de que se lograsse firmar-se aí, não tardaria em escolher a atacar uma nova vitória.

Fortuna, se não desejamos ser surpreendidos aqui dentro de casa — e esse é um dos compromissos da Revolução — cumpre-nos impedir a subleite escravização dos dominicanos. Estes, do mesmo modo que devem ser livres na autodeterminação do seu destino e na escolha do seu Governo, precisam ser defendidos contra um inimigo mundial, que domina para em seguida transformar as lutas em regime de arbítrio e violência. E' o que se vai evitar em São Domingos graças, em parte, à autorização do Congresso Nacional, que, acorde com as mais antigas e melhores tradições do Brasil, nos permite preservar a liberdade além de nossas fronteiras, de modo a poderemos coarctá-las em nosso próprio território.

Contudo, na luta que nos é imposta para conservarmos a democracia, não basta essa compreensão de refe-

rência aos nossos deveres e necessidade internacionais. E' também tanto ou mais importante que a frente interna da democracia não seja comprometida por aqueles que, em vez de buscarem cumprir suas missões especiais ou normais, pretendem, na realidade, transformar-se numa força autônoma que será pernicioso e inadmissível para alcançarmos os objetivos da Revolução. Não importa escarem animações de patrióticas intenções, pois a verdade é que, em vez de ajudarem a fortalecer e consolidar o regime, contribuem para abrir brechas em áreas que deveriam ser pilares da nossa democracia. Em lugar de ajudar, desviam esforços, acarretando desconiança quando melhor seria carrear mais confiança para o regime. Tudo isso, certamente, por estarem esquecidos de que a justiça ou aperfeiçoamento que desejam decorre inevitavelmente de um sistema, e jamais de impulsos isolados, que dividem, quando deveriam somar.

Davo, porém, afirmar que o Governo não se submete a qualquer desvio de austeridade. E o faz não apenas por julgar do seu dever, mas também porque a opinião pública não deseja agitação, seja no seio do Governo, seja entre aqueles desinformados por não estarem no gozo do poder. O povo quer ordem jurídica; quer eleições, quer o legítimo exercício da autoridade pelos governantes; quer sentir o apoio das forças Armadas coesas, para o rápido seguimento do País. E essa e a orientação seguida inflexivelmente pelo Governo, dentro dos seus deveres e prerrogativas.

Também não devemos omitir aqueles que tentam fazer proselitismo a custo das liberdades da democracia, ou de um regime de força, ao qual seria talvez inicialmente chamado de "governo" a Nogueira, mas sem sucesso, já que voltar a normalidade legal e democrática, sem dúvida a melhor solução de vida para os brasileiros. Ao que não têm as responsabilidades do Governo e as naturais dificuldades da administração, e certamente todos os acenaram com os atalhos do auxílio ou da violência, tão sedutoras a primeira vista, mas na realidade bem capazes de incertezas e perigos. Não aceitamos, porém, que o povo esteja inclinado a pagar tão alto preço. E é justamente para o não pagar que nos temos esforçado, e em boa hora com a plena compreensão e colaboração do Congresso Nacional, para alcançar leis, que, sem deixarem de se aplicar a todos os brasileiros, sem exceções, permitam a Revolução prosseguir o árduo trabalho de reorganização e democratização do Brasil. Esperamos fazer assim, dentro de lei, o que outros, por convicção ou mera conveniência política, o imaginam ser bem melhor, ou mais fácil, realizar-se mediante a supressão de garantias legais e judiciais. Esse não será o nosso caminho, pois não é o caminho da Revolução.

O que não exclui ser imperioso atualizarmos a nossa legislação, adaptando-a às necessidades da nossa segurança. Até por que somente um conjunto de leis adequadas ao nosso tempo e às suas circunstâncias permitira a confiança e o fortalecimento das instituições. Venhamos os nossos dias vividos pelo País, é imprescindível tentarmos criar condições legais que não permitam retrocedermos a uma fase, que esteve a pique de nos levar ao caos político e financeiro.

Assim, ao solicitar do Congresso Nacional a aprovação de normas compatíveis com os nossos dias, o Governo reafirma a determinação no sentido de se apoiar na ordem legal, única que proporcionará ao País a tranquilidade necessária para se refazer das males que o assolaram. Após mais de um ano, em fase particularmente difícil, e quando muitos fatores poderiam conduzir-nos à violência, bem mais do que a certeza de que o Governo não se

entrega a qualquer excesso, nem desanão. E também que não os permitirá, pois espera ter nas leis e na Constituição e no Ato Institucional os elementos indispensáveis à defesa dos elevados ideais da Revolução, supremo objetivo de todos nós.

Isso significa também ser determinação do Governo não transigrir ou condescender com atitudes ou tentativas contra-revolucionárias. Equivocam-se, pois, os que imaginam o contrário, e talvez por isso se enganam nessa cadeia de pronunciamentos, visivelmente encomendados e coordenados com a finalidade de enganarem e perturbarem a opinião nacional. Esta, no entanto, não se deixará iludir, pois o que almeja é implantar no Brasil os princípios, ideais e aspirações do grande movimento revolucionário de 31 de março.

Quem não percebe os objetivos dos rumores surgidos aqui e ali em torno da anistia e das revisões? E' outro engano dos que esperam tão cedo, e através do sentimentalismo e da violência, alcançar as suas finalidades anti-revolucionárias. Fiel à Revolução, não nos esqueceremos diante desses apelos, antes de tudo inoportunos. Até porque não seria compreensível, nem admissível, que, não havendo ainda terminado a institucionalização dos seus objetivos, cuidasse a Revolução de abrir mão da garantia e da segurança inseparáveis da sua comunidade.

Dentro dessas arraigadas concepções, bem sei não ter legitimidade para criar — como por vezes têm associado os eternos semeadores de falsas notícias — um novo Ato Institucional. Outrossim, ninguém, nem mesmo o mais algum, poderá, nas circunstâncias atuais, julgar-se com poderes de competência para alterar ou suprimir o que foi solenemente prescrito no Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

O que almeja e o apoio dos brasileiros. Apoio de que necessitamos, principalmente, para levar a bom termo a urgente tarefa de assegurar ao País, dentro da liberdade e sob a égide das leis, as grandes obras de que precisa como condição inseparável da estabilidade social e política.

Aqui mesmo no Nordeste ninguém ignora que terríveis condições de miséria transformaram uma região outrora tranquila num dos pontos mais inquietos do País. Urge propor e realizar os meios adequados para que encontre os caminhos da prosperidade.

Nem outra, alias, tem sido a preocupação do atual Governo, que, apesar de contar pouco mais de um ano, já pode creditar no seu acervo executivos empreendimentos em toda o Nordeste. Tudo a obedecer um grande programa perfeitamente delineado, e que se ira desdobrando progressivamente, num seguro esforço no sentido de proporcionar aos nordestinos novas e melhores condições de vida. Assim, somente em 1965, foram liberadas para obras de eletrificação verbas num total superior a dez milhões de cruzeiros. A rodovias destinaram-se mais de três bilhões; e em serviço de água e esgoto empregaram-se um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, além de convênios que se elevaram a um bilhão e cem milhões de cruzeiros. E mais de mil bolsas de estudos foram concedidas.

Se alinharmos esses números pertinentes ao Nordeste é porque a superação das deficiências econômicas em cada qual dos Estados que compõem há de pressupor, inevitavelmente, a implementação de condições propícias ao desenvolvimento em toda a região. Não poderemos planejar com êxito se não o fizermos de modo global, considerando o Nordeste como um todo, e não a qualquer um dos seus pontos. É impossível separar sem risco de graves inconvenientes. Daí, aliás, a importância da SUDENE, na qual tem o Governo o seu principal meio de ação, e que as autoridades locais não podem comprometer, sob pena de

querer transformá-la num instrumento político de subversão.

Agora, com o plano do Governo, pôde-se planejar e encetar uma obra grandiosa de recuperação do Nordeste vencendo, inclusive, os fortes fatores que tanto dificultam o processo de mudanças, e dentre os quais seriam o assinalar o problema das secas, e emigração das populações, a inadequada exploração da terra e as deficiências da comercialização, transportes e financiamento da produção.

Na realidade, considerada a escassez de recursos por parte dos Estados e Municípios, caberá à União corrigir, não através de investimentos historicamente assistenciais, mas mediante a ação executiva dos órgãos de administração direta, o panorama econômico da região. Correção que em boa parte será realizada com a abolição da monocultura da produção agrícola, como ocorre com a cana-de-açúcar e a cana-de-melaço, em Pernambuco e no Piauí, respectivamente, e pela produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, sobretudo nas áreas úmidas ainda ocupadas pelo plantio de matérias primas. Do mesmo modo que deverão ser criadas condições de infraestrutura para a industrialização, inclusive substituindo a ação inarmoniosa e concorrentes das administrações públicas pela sua integração numa programação regional.

Ben vêdes, pois, o esforço cíclico que está a reclamar e a exigir o ambicioso programa de mudar definitivamente a fisionomia do Nordeste que deverá emergir das condições de pauperismo e sofrimento, que até bem pouco se tinha melhora da natureza para se integrar no progresso e bem-estar já usufruídos por outras regiões do país.

Mas, se já vos disse alguma coisa do Nordeste, grato me é falar-vos do Piauí, com o qual tenho fortes e profundos os meus vínculos afetivos. De fato, dentro do conjunto nordestino não se tem o Governo o quecido do Piauí, que deve começar a sentir haver passado a época em que era, realmente, uma região inteiramente esquecida pela administração federal. Não vale a pena, porém, revolver o passado; devemos, sim, ter os olhos voltados confiantemente para o futuro.

Amanhã, por exemplo, terei o privilégio de dar início às obras do Jato do Parnaíba, que deixará a breve de ser apenas a nossa grande e bela via fluvial para transitar-se em fonte poderosa de energia. Refiro-me à barragem de Boa Esperança, que representará para o Piauí e o Maranhão papel idêntico ao de Paulo Afonso para as demais áreas do Nordeste. Contudo, embora seja esse o empreendimento isolado de maior significação, em muitos outros setores é possível perceber nitidamente a presença do Governo Federal. Para citar apenas alguns dados relativos ao Ministério da Viação, nas obras que, em 1965, deverão efetuar no Piauí, lembrei que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estão reservados 360 milhões a serem aqui empregados. No seu sistema de apudagem deverá o Departamento de Obras Contra Secas dispensar quase sete bilhões de cruzeiros. A ligação ferroviária entre Oiticica e Teresina absorverá um bilhão e meio. E, incluindo o sistema de esgotos de Teresina, dependerá o Departamento de Saneamento cerca de 400 milhões de cruzeiros.

Também o Ministério da Saúde tem um longo programa cujo custo ascenderá a mais de quatrocentos milhões de cruzeiros. E o Ministério da Educação, por meio da mesma obra, triz do ano passado, ampliou substancialmente o ensino do Piauí. O que decorre, aliás, da convicção em



estamos de que qualquer plano de desenvolvimento será perdido se não puder contar, paralelamente, com acentuado progresso das bases educacionais. Ou melhor, não há progresso sem educação. Assim, ao passo que, em 1963, haviam sido liberadas, pelos Fundos de Educação Primária e do Ensino Médio, 242 milhões, teve o Piauí, em 1964, 576 bilhões. E a dotação prevista para 1965, exceto o salário educação, que deverá montar a 60 milhões, eleva-se a mais de dois bilhões de cruzeiros, isto é, quatro vezes mais do que no ano passado. E isso sem mencionar os convênios diretamente firmados com as Prefeituras, que totalizaram, em 1964, mais de cem milhões de cruzeiros.

Creio, pois, não haver exagerado ao afirmar que o Piauí deixará de ser um recanto esquecido do Brasil. Hoje — e é com satisfação que o digo, participa, em igualdade de condições com todas as demais unidades da Federação, dos esforços que o país dispense no sentido de sanar desigualdades, que são inevitáveis nas fases do desenvolvimento de qualquer país. Não devemos, pois, censurar, e, sim, evitar, na medida de nossas possibilidades. E é a essa tarefa que o Governo se está dedicando consciente e corajosamente.

Ao renovar os meus agradecimentos pela maneira por que me recebeis, quero assegurar aos piauienses que, após tantos e tão longos anos de sofrimentos e abandonos, eles devem ter motivos para se voltarem confiantes para o futuro, no qual, podem divisar alguma coisa que muitos haviam perdido: a esperança.

#### DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. PRESIDENTE HUMBERTO DE ALENCAR CASTILHO BRANCO NA BARRAGEM DE BOA ESPERANÇA — PIAUÍ

Dificilmente o exercício da Presidência da República poderá proporcionar-me oportunidade mais grata do que esta de agora. Vinculado ao povo desta região, conhecedor de seus sofrimentos, da sua energia e da sua capacidade de realização em meio às extraordinárias dificuldades, que se habituou a enfrentar, constitui para mim feliz circunstância esta de poder contribuir para obra capaz de mudar profundamente a fisionomia econômica de vasta área do Piauí e do Maranhão e, no futuro, também no norte do Ceará.

Foi, aliás, pelo conhecimento do que significará para população superior a um milhão, e ainda hoje considerada a mais empobrecida do país, que determinei as providências que tiveram como consequência notável aceleração dos trabalhos e deverão prosseguir no mesmo ritmo e com o mesmo vigor. Possivelmente, não seria necessário dizer-vos o que representa a barragem, que tão apropriadamente se denomina da Boa Esperança. Contudo, não há mal que lembre não se limitar a sua finalidade apenas ao fornecimento de energia elétrica. Ao lado desse aspecto, por certo o mais importante, há ainda a considerar que a obra, que vemos neste momento, também servirá para a irrigação de largos tratos de terra, ao mesmo tempo em que, nas épocas de chuva, controlará as enchentes, melhorando as condições de navegabilidade do Parnaíba, o que bem explica e justifica tenha o Governo Federal resolvido levar a cabo um investimento que, na base do orçamento de 1964, montará, a mais de quarenta bilhões de cruzeiros e sete milhões de dólares.

Planejada para ser efetuada em duas etapas, a conclusão da primeira, prevista para 1967, entregará ao consumo 100 mil quilowatts, que as estimativas consideram suficientes para

atender à região até 1975. Posteriormente, ao ser completado o projeto, dever-se-á dispor de cerca de 200 mil quilowatts. De singular importância, a barragem da Boa Esperança tem para a zona a que servirá, significação igual à de Paulo Afonso para o Nordeste.

Para concluir em tempo apreciável obra de tal porte, foi mister conjugar os recursos de vários setores governamentais, que se uniram no mesmo patriótico objetivo. Assim é que a Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, a cujo cargo estão os trabalhos de construção e distribuição, apresenta uma sociedade de economia mista sob o controle da União e cujos recursos provêm do Ministério das Minas e Energia, no qual se compreende a Eletrobrás; do Ministério da Coordenação dos Organismos Regionais, que tem a seu cargo a SUDENE; e do Ministério da Viação, através da contribuição do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

E, pois, graças a uma notável soma de esforços que veremos dentro de algum tempo a energia aqui produzida ser utilizada em Teresina, em São Luís, em Bacabal e em Campo Maior, levando a cada um desses centros, maiores ou menores, novas e admiráveis possibilidades de desenvolvimento, mediante o advento da industrialização, somente possível com a presença desse novo fator.

Devem, porém, ser acentuado que ao celebrar este memorável acontecimento, prova eloquente do que pode ser feito com a escolha de técnicos capazes e administradores dedicados, uns e outros livres das terríveis injunções da política quando mal compreendida e ainda pior praticada, o Governo não se afasta da orientação de estimular a iniciativa privada, base das instituições democráticas.

É lamentável verificar que o pendulo da paixão política continua a oscilar de uma extremidade a outra, sem se deter na análise objetiva dos fatos e das realizações do Governo.

Antes haviam dito que a ação governamental pretende deliberadamente enraquecer as empresas estatais com objetivo de passar o seu controle para o setor privado e, até mesmo, para as mãos estrangeiras.

Contraditoriamente, afirma-se agora que o programa de Ação Econômica destina-se a aumentar o grau de estatização da economia brasileira já demasiadamente levado a girar da inflação.

É fácil identificar o rendimento político visado por uma e outra dessas acusações, mas o Governo não permitirá que a orientação, em problemas pertinentes à segurança e o bem-estar do povo brasileiro, se decida ao arrepio do primeiro grito com que se pretende assustar alguns e comprometer outros.

Uma e outra das alegações não têm fundamento. Ao contrário do que se diz, o processo inflacionário é o responsável pela ampliação da atividade do Estado em detrimento da iniciativa. Empreendimentos como o da COSIPA e o da USIMINAS, por exemplo, foram concebidos como cabendo à iniciativa privada, mas a inflação progressista obrigou o Estado a arcar cada vez mais com a responsabilidade da sua realização pois a inflação retirava as possibilidades da iniciativa privada em tão vultosos investimentos. Na realidade o processo inflacionário impede o cálculo adequado dos custos, obrigando as empresas privadas a concentrarem apenas em investimentos de rentabilidade a curto prazo e aliando-as dos investimentos de longa maturação.

O Governo está consciente de que o revigoramento da iniciativa privada só se poderá fazer a medida em que se cure a inflação e se assegure

um grau mínimo de estabilização, que torne possível sua participação nos investimentos de longo fôlego.

A proporção em que for detido o processo inflacionário assumirá a iniciativa privada o papel que lhe compete no processo de desenvolvimento econômico e se restringirá a ação do Estado aos setores que lhe são apropriados. O Governo está consciente de que esta intervenção do Estado se deve limitar aos casos em que se faz necessária a ação reguladora de custos e preços, ou quando a excessiva dimensão dos investimentos e o longo prazo de maturação tornam impraticável a participação privada, ou ainda nos casos ditados pela Segurança Nacional.

Dentro desses limites preciosos de coexistência da ação do Estado e da livre empresa, o Governo não hesitará em levar avante todos os empreendimentos que lhe caibam, pois está certo de que não será fugindo às responsabilidades desta natureza que conseguirá reorientar a economia brasileira no sentido da predominância da livre iniciativa.

Se há um propósito firme de não deixar o Estado intervir senão onde se torne impossível ou desaconselhável a participação do setor privado, há também mais firme ainda, o propósito de restabelecer condições que assegurem ao empresariado brasileiro recursos e recompensas que o estimulem a promover o desenvolvimento do país, sem deixar ao Estado a obrigação de substituí-lo. É este precisamente, o sentido maior do combate à inflação, pois a deterioração do valor da moeda, destruindo o capital de giro das empresas e tornando temerários os investimentos que exigissem longa maturação e rentabilidade, inibiu a ação empresarial e levou o Estado a certas taxas de atividades econômicas do País.

Não aspira o Governo a ampliação da ação estatal na economia brasileira, pois o que significam os perigos da ineficiência da deturpação política e da excessiva concentração do poder deliberativo nas mãos do Estado. A medida em que for debelada a inflação, será possível restituir à livre iniciativa setores que não se integrarem nos requisitos já citados de intervenção do Estado ao mesmo tempo em que respeitado tais requisitos, se procurará desde já estimular a iniciativa privada a investimentos em novos setores.

Ainda agora, resguardado o monopólio da Petrobrás e cercando-se das garantias necessárias, o Conselho Nacional do Petróleo fixou a política no setor da Petroquímica, inclusive fertilizantes. E a empresa privada terá não apenas condições, mas estímulos a empreendimentos imprescindíveis ao desenvolvimento econômico do país, corrigindo o atraso que nos separa mesmo em relação a países vizinhos que estão avançando rapidamente nesse setor.

Assim, os que criticam a exagerada estatização brasileira, herança de governos anteriores, devem distinguir entre o que compete inevitavelmente à ação governamental e o que deve ser confiado aos empresários particulares. E ainda mais: precisam saber que as inúmeras empresas erroneamente confiadas ao Governo não ofendem, no momento, e justamente pelos mesmos desmandos em que se encontravam, condições que permitam transferi-las normalmente à responsabilidade de capitais privados.

Em verdade, dentro do próprio programa que se traçou e externou na mensagem apresentada no início dos trabalhos legislativos deste ano, a ação do Governo desdobra-se em duas tarefas principais: corrigir as deformações institucionais e adotar uma estratégia para a retomada do desenvolvimento. E é óbvio que Boa Esperança se enquadra dentro dessa estrat-

tégia. Nem poderia ser de outro modo se o que visa o Governo com o seu programa de aumento da nossa produção de energia elétrica é justamente a assegurar meios para o desenvolvimento da iniciativa privada, que não tem condições para empreendimentos dessa natureza.

Nem é possível esquecer o baixo potencial de energia no Nordeste, que nessa deficiência tem um dos principais fatores de sua pobreza. Enquanto o consumo "per capita" ano no país era, em 1959, de 253 quilowatts-hora, nesta região montava apenas a 45 quilowatts-hora. Daí os motivos por que o Governo atendendo à extraordinária demanda de energia, já cogita de medidas ao seu alcance para, no próximo triênio, aumentar de 70% a capacidade geradora atual do Nordeste. Graças a isso é que, em 1968, disporíamos de eletricidade para atender a mais de 600 localidades, sem falar na eletrificação rural propriamente dita, e que será imediatamente considerada. E tanto essa orientação está certa que já em 1964 o consumo "per capita" ano se elevou para 60 quilowatts-hora, numa inequívoca demonstração de que no atendimento à demanda de energia temos o meio mais adequado para fortalecer a infraestrutura, que, ao lado da melhoria dos transportes, dará condições para desenvolvimento industrial e agrícola da região.

Realmente, maxime num país em desenvolvimento, será impossível deixar de atentar para estas palavras de ilustre colaborador do Presidente Roosevelt, por ocasião do New Deal: "Em qualquer nação em fase de desenvolvimento, o governo deve desempenhar um papel central e criticamente importante. Somente por meio do planejamento governamental, do governamental podem ser proporcionados muitos dos instrumentos básicos necessários para pôr as causas em movimento — e em movimento na direção certa". Nem mais nem menos do que fazemos neste momento.

De fato, embora sem dever expandir as suas atividades como empresário, não pode o Estado deixar de estar presente, quicá ter a iniciativa numa série de trabalhos para os quais não se poderia contar com o particular, mas os déles de baixa rentabilidade, ou reclamando investimentos extraordinariamente vultosos. Do mesmo modo que o Estado deverá, inevitavelmente, caber a tarefa de implantar condições infraestruturais que facilitem e estimulem a aplicação das economias privadas.

Estamos, pois, diante de um magnífico exemplo de realização estatal destinada a fomentar e fortalecer a iniciativa privada. Nem outra tem sido a orientação do atual governo, que apenas em dois setores — o da energia elétrica e o da habitação — permitiu que aumentassem os investimentos estatais. O primeiro representado, principalmente, pela compra das concessionárias do grupo Amfor, numa operação cujo alto significado nacional os brasileiros não demoram a compreender totalmente; e o segundo pela criação do Banco Nacional de Habitação, arrojada iniciativa para beneficiar e amparar milhares de famílias em todo o país.

Estou certo de que ao iniciar os trabalhos que desviarão o curso do Parnaíba estamos simultaneamente desviando o curso da História de toda uma vasta região brasileira. Uma História marcada por séculos de bravura e de sofrimento, e que, em pouco, esperamos ver assinalada por uma era de prosperidade e de confiança no futuro. Assim, ao dirigir às populações do Piauí, do Maranhão e do Ceará estas palavras de esperança congratulo-me jubilosamente com todos aqueles que por qualquer modo contribuíram para este fato memorável da vida nacional.



## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

REUNIAO, REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 1965

As dezessete horas e trinta minutos do dia primeiro do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e cinco na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Mem de Sá, Antonio Carlos, Lino de Mattos, Walfredo Gurgel e Edmundo Levi, reúne-se a Comissão dos Projetos do Executivo.

Deixam de comparecer com causa justificada os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, José Guimard, José Ermirio, Bezerra Netto e João Agripino.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e em seguida aprovada.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Mem de Sá que emite os seguintes pareceres:

— pela aprovação ao PLC nº 73, de 1965, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao artigo 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964;

— pela aprovação ao PLC nº 97, de 1965, que altera o art. 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1963, que autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências.

Em discussão e votação, são os pareceres aprovados, tendo o Senhor Senador Walfredo Gurgel votado com restrições quanto ao PLC nº 97-65.

Em seguida, usa da palavra o Senhor Senador Antonio Carlos, que relata favoravelmente o PLC nº 82, de 1965 que dispõe sobre a série de classe de Pesquisador e dá outras providências.

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

## ATAS DAS COMISSÕES

Prosseguindo, o Senhor Presidente faz a leitura dos pareceres favoráveis emitidos pelo Senador José Ermirio aos Projetos de Lei da Câmara números 84, de 1965, que modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino, de iniciativa do Senhor Presidente da República, e favorável com emendas ao PLC nº 76, de 1965, que altera a Lei nº 2.743, de 6 de março de 1956, e cria a Campanha de Erradicação da Malária.

Submetidos à discussão e votação são os pareceres aprovados.

Em seguida o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Lino de Mattos para assumir a presidência e emite os seguintes pareceres:

— pela aprovação ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1965, que disciplina o recolhimento, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, de seus saldos orçamentárias, já empenhados, e dá outras providências;

— pela aprovação ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1965, que dispõe sobre o exercício da atividade hemoterápica no Brasil e dá outras providências.

Em discussão e votação são os pareceres aprovados.

Reassumindo a presidência o Senhor Senador Jefferson de Aguiar concede a palavra ao Senhor Senador Lino de Mattos que relata favoravelmente o PLC nº 67, de 1965, que dispõe sobre a alteração do artigo 7º da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, que trata do aforamento, pelo Poder Executivo, dos acrescidos de marinha resultantes de obras e dá outras providências.

Em votação é o parecer aprovado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

6ª REUNIAO, EXTRAORDINARIA, REALIZADA NO DIA 2 DE JUNHO DE 1965

As quatorze horas e quarenta minutos do dia dois de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Padre Calazans, Presidente, presentes os Senhores Senadores Aurélio Vianna, Dix-Huit Rosado, José Leite e Victorino Freire, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco, Mello Braga, Silvestre Péricles e Aloysio de Carvalho.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida, aprovada.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Senhor Senador Aurélio Vianna

— pela aprovação, com emenda de redação, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1965, que "Modifica a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)" — Apresentado pelo Senhor Senador Vazconcelos Torres;

— pela aprovação, com a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei do Senado número 74, de 1965, que "Modifica a redação de dispositivo da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961; e

— pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1965, Projeto de Lei nº 2.754, de 1965 — na Casa de Origem, que "Fixa novos valores para os símbolos dos cargos da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências".

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### ATOS DO DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 50, DE 2 DE JUNHO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar, a pedido, das funções de Chefe da Seção de Registro da Diretoria do Pessoal, a Oficial Legislativo, PL-5, Maria José Miranda de Siqueira Lima, mandando constar nos assentamentos da servidura os agradecimentos pelos bons serviços prestados no desempenho de suas funções.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de junho de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 54, DE 2 DE JUNHO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Maria José Miranda de Siqueira Lima, Oficial Legislativo, PL-5, para ter exercício na Diretoria da Inspecção.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de junho de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 55, DE 2 DE JUNHO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Hermano Franco dos Santos, Auxiliar Legislativo, PL-10, para ter exercício na Diretoria do Pessoal.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de junho de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)  
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)  
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)  
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)  
 2º Suplente — Guido Monodin (PSD)  
 3º Suplente — Vasconcelos Torres (PTB)  
 4º Suplente — Raul Guberti (PSP-LS)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Gomarard — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura Andrade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Atílio Fontana — Santa Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Monodin — R. G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedito Valladares — M. Gerais
8. Wilson Gurgel — R. G. Norte	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	11. José Ermírio — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
4. Edmundo Levi — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
5. Arthur Virgílio — Amazonas	14. Nelson Maculan — Paraná
6. Antônio Jucá — Ceará	15. Mello Braga — Paraná
7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba	17. Bezerra Neto — Mato Grosso
9. Barros Carvalho — Pernambuco	

## UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arinos — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R. G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia  
 2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará  
 2. Lino de Mattos — São Paulo

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Guberti — Espírito Santo  
 2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

## SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia  
 2. Heribaldo Vieira — Sergipe

## RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Demócrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	1
	66

## BLOCOS PARTIDARIOS

## Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

## LIDERANÇAS

Líder de Governo:  
 Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:  
 Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:	Josaphat Marinho (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes:	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Vianna (PSB)	Arnon de Mello (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

## PARTIDOS

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Filinto Müller

Líder: Mem de Sá  
 Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves  
 Sigefredo Pacheco  
 Walfredo Gurgel  
 Victorino Freire

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto  
 Vice-Líder: Raul Guberti

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos  
 Vice-Líder: Cattete Pinheiro

## III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello  
 PARTIDO REPUBLICANO (PR)  
 Representante: Júlio Leite

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

## AGRICULTURA

## PSD

## SUPLENTE

1. José Feliciano  
 2. Atílio Fontana

## PTB

1. Dix-Huit Rosado  
 2. Antônio Jucá

## UDN

1. Daniel Krieger  
 2. João Agripino

## BPI

1. Aurélio Vianna

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PSB

## SUPLENTE

1. Menezes Pimentel  
 2. José Feliciano  
 3. Filinto Müller  
 4. Benedito Valladares

## PTB

1. Argemiro Figueiredo  
 2. Mello Braga  
 3. Oscar Passos

## UDN

1. Daniel Krieger  
 2. Eurico Rezende  
 3. João Agripino

## BPI

1. Josaphat Marinho

TITULARES  
 1. Jefferson de Aguiar  
 2. Antônio Balbino  
 3. Wilson Gonçalves  
 4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi  
 2. Bezerra Neto  
 3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos  
 2. Heribaldo Vieira  
 3. Aloysio de Carvalho

1. Aarão Steinbruch

## DISTRITO FEDERAL

## PSD

## TITULARES

1. Pedro Ludovico
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

## PTB

1. Arthur Virgílio
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lope da Costa

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

## ECONOMIA

## PSD

## TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

## PTB

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

## BPI

1. Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

## EDUCAÇÃO E CULTURA

## PSD

## TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

## PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

## UDN

1. Padre Calazans
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

## BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

## FINANÇAS

## PSD

## TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

## UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

## PL

1. Mem de Sá

1. Aleysio de Carvalho

## BPI

1. Lino de Mattos
2. Josaphat Marinho

1. Miguel Couto

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## PSD

## TITULARES

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

## PTB

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

## LEGISLAÇÃO SOCIAL

## PSD

## TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barros

## SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

## PTB

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

## MINAS E ENERGIA

## PSD

## TITULARES

1. Benedicto Valladares
2. Jefferson de Aguiar

## SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

## PTB

1. José Ermírio
2. Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antonio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

## POLICONA DAS SECAS

## PSD

## TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

## PROJETOS DO EXECUTIVO

## PSD

## TITULARES

1. Wilson Gonçalves
2. José Guimard
3. Jefferson de Aguiar

## SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

## PTB

1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

## UDN

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

## BPI

1. Lino de Mattos

1. Aurélio Vianna

## PL

1. Mem de Sá

1. Aleysio de Carvalho



## REDAÇÃO

## PSD

TITULARES  
1. Walfredo Gurgel  
2. Sebastião Archer

SUPLENTE  
1. Lobão da Silveira  
2. José Feliciano

## PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

## UDN

1. Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

## RELAÇÕES EXTERIORES

## PSD

TITULARES  
1. Genedicto Valladares  
2. Filinto Müller  
3. Menezes Pimentel  
4. José Guilomard

SUPLENTE  
1. Ruy Carneiro  
2. Victorino Freire  
3. Wilson Gonçalves  
4. José Leite

## PTB

1. Pessoa de Queiroz  
2. Vivaldo Lima  
3. Oscar Passos

1. Nelson Maculan  
2. Antônio Jucá  
3. Mello Braga

## UDN

1. Antônio Carlos  
2. José Cândido  
3. Rui Palmeira

1. Padre Calazans  
2. João Agripino  
3. Mein de Sá

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

## SAÚDE

## PSD

TITULARES  
1. Sigefredo Pacheco  
2. Pedro Ludovico

SUPLENTE  
1. Walfredo Gurgel  
2. Eugênio Barros

## PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

## UDN

1. José Cândido

1. Lopes da Costa

## BPI

1. Miguel Couto

1. Lino de Mattos

## SEGURANÇA NACIONAL

## PSD

TITULARES  
1. José Guilomard  
2. Victorino Freire

SUPLENTE  
1. Ruy Carneiro  
2. Atílio Fontana

## PTB

1. Oscar Passos  
2. Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado  
2. José Ermírio

## UDN

1. Zacarias de Assunção  
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco  
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

## PSD

TITULARES  
1. Sigefredo Pacheco  
2. Victorino Freire

SUPLENTE  
1. José Feliciano  
2. Filinto Müller

## PTB

1. Mello Braga  
2. Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá  
2. Dix-Huit Rosado

## UDN

1. Padre Calazans  
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos  
2. Mein de Sá

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

## PSD

TITULARES  
1. Eugênio Barros  
2. José Leite

SUPLENTE  
1. Jefferson de Aguiar  
2. José Guilomard

## PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

## UDN

1. Lopes da Costa

1. Josaphat Marinho

## BPI

1. Arnon de Mello

1. Irineu Bornhausen

## COMISSÕES ESPECIAIS

## A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 28 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 193-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

## B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 581-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.

Arthur Virgílio — PTB.

Edmundo Levi — PTB.

Adolpho Franco — UDN.

Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.  
Josaphat Marinho — S/legenda.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castellan Branco.

## C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 8 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963 do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.

José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.

José Ermírio — Relator — PTB.

Adolpho Franco — UDN.

Aurélio Vianna — PSD.

PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

## D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na economia

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.

José Ermírio (Presidente) — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.

Aurélio Vianna (Relator) — PSD.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

## E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 685-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

## Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Atílio Fontana — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.

José Ermírio (Relator) — PTB.

Bezerra Neto — PTB.

Melo Braga — PTB.

Lopes da Costa — UDN.

Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Secretário: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ª feiras às 16 horas.

## F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 759-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.

Sigefredo Pacheco — PSD.

José Ermírio — PTB.

Irineu Bornhausen — UDN.

Júlio Leite — PR.

Secretária: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.



**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Aloysio de Carvalho - PL.  
 Aurílio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

#### Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 23 de maio de 1962.  
 Prorrogada:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 188-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira Vice-Presidente - UDN.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Aloysio de Carvalho - PL.  
 Lima de Matos - PTN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.

#### R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISÃO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ATO ADICIONAL)

Eleita em 10 de julho de 1962.  
 Prorrogada:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.148, aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Mem de Sá - PL.

#### S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.  
 Prorrogada:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.148-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Menezes Pimentel - Presidente - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 Josaphat Marinho - (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 23 de abril de 1963 - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Mem de Sá - PL.  
 Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

#### T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO)

Eleita em 13.9.62.  
 Prorrogada:  
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 780-62 aprovado em 12.12.62;  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 FEDERAL NO SENADO.  
 Lobão da Silveira - Relator - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 Josaphat Marinho - (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Eurico Rezende - (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Mem de Sá - PL.  
 Júlio Leite (23 de abril de 1963) - PR.

#### U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 51 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 8.12.62.  
 Prorrogada:  
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Pedro Ludovico - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD.  
 Benedito Valladares - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 João Agripino (23-4-63) - UDN.  
 Amaury Silva (23 de abril de 1963) - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Mem de Sá - PL.  
 Raul Gluberti - PSP.

#### V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63.  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Wilson Gonçalves - Relator - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Leite Neto - PSD.  
 Amaury Silva - PTB.  
 Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.

#### (AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Silvestre Péricles - PTB.  
 Argemiro de Figueiredo - PTB.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Milton Campos - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.  
 Aloysio de Carvalho - PL.

#### W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designada em 23.4.63.  
 Prorrogada:  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63 aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - Presidente - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Wilson Gonçalves - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD.  
 Amaury Silva - PTB.  
 Bezerra Neto - PTB.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.  
 Silvestre Péricles - PTB.  
 Artur Virgílio - PTN.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Milton Campos - Relator - UDN.  
 João Agripino - UDN.  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.  
 Aloysio de Carvalho - PL.

#### X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.6.63.  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Wilson Gonçalves - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.

Leite Neto - PSD.  
 Amaury Silva - PTB.  
 Bezerra Neto - PTB.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.  
 Vaga do Senador Eduardo Catalão - Vice-Presidente - PTB.  
 Vaga do Senador Eduardo Assis - Presidente - UDN.  
 Eurico Rezende - UDN.  
 Milton Campos - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Aloysio de Carvalho - PL.  
 Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda.

#### Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE INUNDAÇÕES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63.  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63 aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Wilson Gonçalves - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Leite Neto - PSD.  
 Amaury Silva - PTB.  
 Bezerra Neto - PTB.  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.  
 Silvestre Péricles - PTB.  
 Adalberto Sena - PTB.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Milton Campos - UDN.  
 Aloysio de Carvalho - PL.  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.  
 João Agripino - UDN.

#### Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63.  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Wilson Gonçalves - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Leite Neto - PSD.  
 Amaury Silva - PTB.  
 Bezerra Neto - PTB.  
 Vaga do Senador Humberto Nader - PTB.  
 Argemiro de Figueiredo - PTB.  
 Eurico Rezende - UDN.  
 Milton Campos - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Aloysio de Carvalho - PL.  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.

#### Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63.  
 Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.155-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Wilson Gonçalves - PSD.  
 José Feliciano - PSD.  
 Walfrido Gurgel - PSD.  
 Argemiro de Figueiredo - PTB.  
 Bezerra Neto - PTB.  
 Silvestre Péricles - PTB.  
 Edmundo Levi - PTB.  
 Eurico Rezende - UDN.  
 Milton Campos - UDN.  
 Aloysio de Carvalho - UDN.  
 Afonso Arinos - UDN.  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.  
 Raul Gluberti - PSP.  
 José Leite - PR.



## 2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63  
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovada em 10.12.63

### Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
José Feliciano - PSD  
Walfredo Gurgel - PSD  
Argemiro de Figueiredo - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Silvestre Péricles - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Aloysio de Carvalho - PL  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
Júlio Leite - PR

## 3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovada em 10.12.63.

### Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
José Feliciano - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
Bezerra Neto - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Argemiro de Figueiredo - PTB

Melo Braga - PTB  
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
Aloysio de Carvalho - UDN  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

Aurélio Vianna - PTB  
Júlio Leite - PR

## Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República).

Designada em 20.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD),  
Ruy Carneiro (PSD),  
Lôzão da Silveira (PSD),  
Wilson Gonçalves (PSD),  
José Feliciano (PSD),  
Bezerra Neto (PTB),  
Arthur Virgílio (PTB),  
Antônio Jucá (PTB),  
Oscar Passos (PTB),  
Antônio Carlos (UDN),  
Aloysio de Carvalho (PL),  
Eurico Rezende (UDN),  
Milton Campos (UDN),  
Josaphat Marinho (BPD),  
Júlio Leite (BPD),  
Aurélio Vianna (BPD).

## Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

— os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

— os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 23.5.1964

Jefferson de Aguiar (PSD),  
Antônio Balbino (PSD),  
Wilson Gonçalves (PSD),  
Ruy Carneiro (PSD),  
Menezes Pimentel (PSD),  
Edmundo Levi (PTB),  
Bezerra Neto (PTB),  
Arthur Virgílio (PTB),  
Oscar Passos (PTB),  
Afonso Arinos (UDN),  
Milton Campos (UDN),  
Eurico Rezende (UDN),  
Aloysio de Carvalho (PL),  
Josaphat Marinho (BPD),  
Aurélio Vianna (BPD),  
Aarão Steinbruch (BPD).

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149 ALÍNEA A DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11 de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963  
— Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

### Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Leite Neto (Presidente) - PSD  
Nelson Maculan - PTB  
João Agripino (Relator) - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963

Membros (11) - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD  
Leite Neto - PSD  
Artur Fontana - PSD  
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

Artur Virgílio - PTB  
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB  
Melo Braga - PTB  
João Agripino - UDN  
Daniel Krieger - UDN  
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
Aurélio Vianna - PSB  
Secretário Auxiliar Legislativo: PL-9, J. Ney Passos Dantas